



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

PLANO PLURIANUAL 2016 - 2019



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

Plano Plurianual 2016 – 2019

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

Volume I

Anexo I

Boa Vista – Roraima
2015



Governo do Estado de Roraima

Poder Executivo

GOVERNADORA DO ESTADO
Maria Suely Silva Campos

VICE-GOVERNADOR
Paulo César Justo Quartiero

CASA CIVIL
Danielle Silva Ribeiro Campos Araújo

CASA MILITAR
CEL. QOCPM Nelson de Deus Silva

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
Venilson Batista da Mata

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL
Ivo José Wanderley Gallindo Filho

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Alexandre Alberto Henklain Fonseca

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO
Selma Maria de Souza e Silva Mulinari

SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E BEM-ESTAR SOCIAL
Emília Silva Ribeiro Campos dos Santos

SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO ESTRATÉGICA E ADMINISTRAÇÃO
Frederico Bastos Linhares

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
João Batista Campelo

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
Kardec Jakson Santos da Silva

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Kalil Gibran Linhares Coelho

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA
Francisco Flamarion Portela

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Gilzimar de Almeida Barbosa

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA
Josué dos Santos Filho

SECRETARIA DE ESTADO DO ÍNDIO
Ozélito Izidório Messias

SECRETARIA DE ESTADO DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO DE RORAIMA EM BRASÍLIA
Francisco Mozarildo de Melo Cavalcanti

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
Marcos Jorge de Lima

COMPANHIA ENERGÉTICA DE RORAIMA
Antônio Pereira Carramilho Neto

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RORAIMA
Rafael Alves da Cruz Pereira

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA
Danque Esbell da Silva

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO
Ronaldo Marcilio Santos

INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO
Isabella de Almeida Dias Santos



INSTITUTO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO DE RORAIMA
Alysson Rogers Soares Macedo

INSTITUTO DE AMPARO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA
Marcelo de Magalhães Nunes

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DE RORAIMA
Vicente de Paula Vasconcelos Barreto

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE RORAIMA
Weberson Reis Pessoa

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA
Regys Odlares Lima de Freitas

UNIVERSIDADE VIRTUAL DE RORAIMA
Júlia América Vieira Campos

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
CEL QOCPM João Lins dos Santos Filho

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO
CEL QOCBM Edivaldo Claudio Amaral

ACADEMIA DE POLÍCIA INTEGRADA
CEL Rosael da Silva Dias

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
Juscelino Kubitschek Pereira

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DE RORAIMA
Alessandro Felipe Vieira Sarmiento – Interino

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
Ubirajara Riz Rodrigues

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
Carina Leite Lima – Interina

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO
Stelio Denner de Souza Cruz

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Alceu Walter Rosa Junior

DELEGACIA-GERAL DE POLÍCIA
Haydêe Nazaré de Magalhães

RADIORAIMA
Jadir Correia da Costa

Poder Legislativo
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
Dep. Est. Jalser Renier Padilha

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
Cons. Henrique Manoel Fernandes Machado

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO
Paulo Sérgio Oliveira de Sousa

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
Almiro José Mello Padilha

Ministério Público do Estado
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Proc. Elba Christine Amarante e Moraes



SUMÁRIO

ANEXO I – ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	6
1. INTRODUÇÃO	7
2. O ESTADO DE RORAIMA HOJE E SEUS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS ...	11
ASPECTOS FUNDIÁRIOS	13
3. OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO PARA RORAIMA – UMA ANÁLISE SISTÊMICA.....	29
3.1. VANTAGENS COMPETITIVAS DE RORAIMA, UM ESTADO COM FORTE VOCAÇÃO AGROPECUÁRIA	57
4. O PLANO PLURIANUAL 2016 – 2019.....	61
4.1. O RESULTADO DO PLANEJANDO COM POVO POR CÂMARA TEMÁTICA	64
4.1.1 – Agronegócio Empresarial	64
4.1.2 – Agronegócio Familiar e Indígena.....	67
4.1.3 – Indústria, Mineração, Comércio, Turismo e Serviços	71
4.1.4 – Meio Ambiente, Planejamento e Ordenamento Territorial:.....	76
4.1.5 – Infraestrutura e Urbanismo	79
4.1.6 - Ciência, Tecnologia & Inovação	81
4.1.7 – Educação, Cultura e Desporto.....	83
4.1.8 – Saúde	86
4.1.9 - Trabalho, Emprego e Desenvolvimento Social.....	87
4.1.10 – Segurança Pública, Justiça e Cidadania	90
4.1.11 – Modernização do Estado	93
4.2. O PROGREDIRR	94
5. OS GRANDES NÚMEROS DO PPA 2016 - 2019	100
6. DEMONSTRATIVOS DOS PROGRAMAS POR DIMENSÃO ESTRATÉGICA.....	103
6.1 – DIMENSÃO CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL	103
6.2 – DIMENSÃO EFICIÊNCIA E TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA	106
6.3 – DIMENSÃO INCLUSÃO SOCIAL.....	109
PLANEJANDO COM O POVO	112



ANEXO I – ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

1. INTRODUÇÃO

Roraima dispõe da maior diversidade de solos, relevos, tipos de vegetação e clima da Amazônia Legal, apesar de corresponder a tão somente 5% do território dessa região colossal. Em seus 225.000 km², coexistem os vários tipos de ambientes possíveis do Bioma Amazônia, além de vastas áreas de transição e de savanas do interflúvio Amazonas – Orinoco. Campos e florestas de planícies e de montanhas compõem mosaico de inigualável heterogeneidade.

Esse autêntico laboratório natural da biodiversidade, com imensa riqueza de flora e fauna, belezas cênicas e hidrografia privilegiada, detém inequivocamente oportunidades extraordinárias no âmbito do legítimo desenvolvimento sustentável, capaz de integrar harmonicamente as dimensões econômica, social e ambiental.

O desafio consiste em conquistar consensos junto a uma população também muito diversificada em suas origens, valores e costumes. Ademais, a exuberância da biodiversidade se soma ao potencial mineral do subsolo, atraindo diversos tipos de interesses que amplificam os conflitos com os quais se debate a sociedade local.

Nesse contexto desafiador e paradoxal, caracterizado por impressionantes forças internas, como por agudas fragilidades, com a perspectiva de esplêndidas oportunidades contrapostas por severas ameaças, Roraima luta para afirmar-se, para vencer a estagnação e assumir uma direção segura para a prosperidade.

Esforços vêm sendo empregados há anos na busca da construção de consensos em torno de iniciativas que propiciem o ambiente para um desenvolvimento sustentável, capaz de gerar os empregos e renda pelos quais Roraima anseia.

Nessa perspectiva, um fator faz a diferença. Trata-se da sinergia, que conceitualmente é o esforço coordenado de diversos atores que se orientam para um propósito comum, produzindo resultados mais consistentes com menos dispêndio de recursos. A sinergia entre os agentes envolvidos e responsáveis pela construção deste ambiente é fundamental.

A compreensão de que há uma missão de governo muito acima dos objetivos isolados, gerando uma capacidade nova de trabalho em parceria, com a eliminação gradual de paralelismos e de eventuais superposições de ações, deve ser resultante do trabalho de planejamento participativo intragovernamental.

Sobretudo, busca-se o alinhamento estratégico entre os órgãos de governo, gerando direcionamento programático claro, com o estabelecimento de objetivos e metas comuns. O resultado conquistado nesse esforço de proposição de estratégias e metas deve ser sistematizado e reunido em programas, projetos e atividades no contexto do planejamento plurianual – PPA, referente ao período 2016-2019.

A decisão de submeter ao crivo da população todo o conjunto de ações estruturadas, conforme as condições necessárias à criação de ambiente favorável ao empreendedorismo em Roraima, foi outro fator fundamental que contribuiu enormemente para fortalecer o compromisso institucional dos órgãos de governo com a iniciativa dos fóruns de desenvolvimento regional.

Neste PPA, estão fincadas as diretrizes e princípios para o Programa de Desenvolvimento Sustentável, Geração de Empregos e Renda do Estado de Roraima – *PROGREDIRR*. Este programa de desenvolvimento está integrado ao planejamento plurianual, constituindo a força motriz do esforço governamental para superar, em definitivo, as amarras da pobreza e do atraso e traduzindo a integral disposição do Governo com a transformação da realidade.

Representa um esforço coordenado e articulado de planejamento estratégico e gestão sistêmica, orientado para o desenvolvimento sustentável, de caráter multiinstitucional, abrangendo as esferas pública e privada, com a proposição de metas ousadas, porém exequíveis, desafiando a capacidade empreendedora do povo de Roraima.

O maior desafio de Roraima para os próximos anos ainda é a geração de trabalho, emprego e renda. Como os governos, em suas diversas instâncias, exauriram a capacidade de geração de empregos, a única saída é o setor produtivo.

Nesta perspectiva, o Estado dispõe de características e potencialidades favoráveis para um modelo de desenvolvimento fundamentado no agronegócio, agricultura familiar e indígena, agroindústria, comércio, serviços e turismo.

A meta superior é atingir em 2019 uma produção total de grãos (soja, milho, arroz e algodão) de 955.500 toneladas, em 240.500 hectares plantados. Até o referido ano, pretende-se alcançar rebanho de 1.600.000 cabeças, resgatando a pecuária bovina. A produção de mel deve chegar a 1.500 toneladas/ano e a produção de madeira serrada a 200.000 m³/ano.

A agroindustrialização, especialmente do leite, mandioca, rações, óleos, processamento de carnes – bovinos, suínos e aves, haverá de avançar celeremente,

e as indústrias de móveis, confecções e calçados deverão se consolidar com melhores níveis de qualidade e produtividade, com foco no mercado.

Com as potencialidades turísticas completamente diagnosticadas, produtos turísticos formatados e divulgados nos mercados-alvo, obras estruturantes realizadas, o segmento do turismo deverá experimentar grande crescimento, enquanto o setor privado de comércio e serviços, como um todo, deverá alcançar a participação de 40% na composição do PIB estadual.

Eleger-se como propósito superior neste PPA, a causa da produção, contemplando a dimensão econômica, mas esta seria uma pretensão incompleta e insuficiente, caso não se desse igual relevância às dimensões social e ambiental. É o desenvolvimento sustentável, capaz de gerar riqueza, renda e qualidade de vida que se quer para Roraima.

Por esse motivo, é fundamental ressaltar que a questão social é um dos objetivos mais sensíveis do PPA 2016-2019. Todos os esforços empreendidos devem ser amplos o suficiente para beneficiar toda a sociedade, da forma mais justa e equânime possível. O caráter de justiça social somente será pleno, quando a relação do Estado para com o seu povo não precisar mais da mão assistencialista. Esse, portanto, é mais um dos desafios na conquista de um novo tempo, no qual se instale a figura do Estado gerador de meios e parceiro social.

Entretanto, na transição de uma economia dependente do setor público para uma economia de mercado moderno e considerando o quadro muito grave de extrema pobreza em Roraima (um dos estados brasileiros com maior incidência de extrema pobreza), certamente será necessário preservar programas sociais como o “Crédito do Povo”, enquanto as oportunidades de emprego e renda gradualmente se avolumam.

Em síntese, muito mais do que a meta do crescimento, os esforços serão pelo desenvolvimento integrador e inclusivo, sustentável em todas as suas dimensões. O resultado concreto de tamanho esforço será o fortalecimento da dimensão privada em relação à pública, diminuindo extraordinariamente as pressões sobre o setor público quanto à geração direta de empregos, assim como reduzindo muito os dispêndios dos programas sociais do governo.

Por outro lado, com o crescimento acelerado do PIB, o consequente incremento na arrecadação de impostos contribuirá para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro nas contas públicas, propiciando, ademais, o resgate da



capacidade de investimentos do setor público, condição essencial para a sustentabilidade do processo de desenvolvimento.

“Consertando de fora para dentro”, do ambiente da iniciativa privada empreendedora para o setor público que, menos pressionado por tensões sociais e renovado por mais recursos, além de tecnologicamente modernizado e gerido com eficiência crescente, certamente será capaz de proporcionar serviços de elevada qualidade, em especial em suas funções precípuas – educação, saúde, segurança, assistência social e infraestrutura.

Os desafios estão postos: gestão pública eficaz e austera capaz de oferecer melhores serviços públicos, sensível às necessidades daqueles que não auferem sequer recursos suficientes para a alimentação, comprometida com a mudança de paradigmas, do modelo socioeconômico, rumo a uma economia de mercado de base agroindustrial, plena de oportunidades para todos.

2. O ESTADO DE RORAIMA HOJE E SEUS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

Localizado no extremo norte do Brasil, Roraima possui 224.298,98 km² de área territorial, o que representa 2,63% do território brasileiro e sua área está distribuída entre 15 municípios. São 2.255 km de fronteiras internacionais, sendo 964 km com a Guiana e 1.291 km com a Venezuela.



Fonte: CEGEPETERR/SEPLAN

Com essa extensão territorial, Roraima apresenta grandes vazios demográficos, visto que a densidade demográfica é de apenas 2,2 habitantes por quilômetro quadrado em 2014, sendo que a maior parte de seus municípios tem população inferior a 20 mil habitantes.

De acordo com o Censo Demográfico/2010, o Estado tinha uma população de 450.479 habitantes. Em 2014, segundo estimativas do IBGE, houve um aumento para 496.936 habitantes, exatos 46.457 novos habitantes.

População Residente no Estado de Roraima 2000 a 2014

MUNICIPIOS	*2010	2011	2012	2013	2014
Alto Alegre	16.448	16.336	16.228	16.428	16.301
Amajari	9.327	9.637	9.936	10.432	10.721
Boa Vista	284.313	290.741	296.959	308.996	314.900
Bonfim	10.943	11.067	11.188	11.525	11.632
Cantá	13.902	14.311	14.707	15.393	15.774
Caracaraí	18.398	18.714	19.019	19.696	19.981
Caroebe	8.114	8.300	8.480	8.826	8.997
Iracema	8.696	8.997	9.288	9.762	10.043
Mucajá	14.792	15.064	15.328	15.890	16.137
Normandia	8.940	9.155	9.364	9.754	9.953
Pacaraima	10.433	10.697	10.953	11.423	11.667
Rorainópolis	24.279	24.808	25.319	26.326	26.811
São João da Baliza	6.769	6.898	7.023	7.284	7.401
São Luiz	6.750	6.860	6.968	7.210	7.309
Uiramutã	8.375	8.572	8.764	9.127	9.309
RORAIMA	450.479	460.157	469.524	488.072	496.936

Fonte: IBGE- Instituto Brasileiro Geografia e Estatísticas; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

* - Censo realizado em 2010

Este aumento populacional tem gerado elevação considerável na demanda por serviços públicos, principalmente na capital, onde vivem aproximadamente 63% da população total, é o centro dinâmico do Estado e concentra grande parte dos bens e serviços públicos e privados.

Crescimento da População Residente no Estado de Roraima 2010 a 2014

Roraima	*2010	2011	2012	2013	2014
População	450.479	460.157	469.524	488.072	496.936
Crescimento Absoluto	28.980	38.658	9.367	18.548	8.864
Crescimento%	6,88%	8,58%	2,04%	3,95%	1,82%

Fonte: IBGE- Instituto Brasileiro Geografia e Estatísticas; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

* - Censo realizado em 2010

Corroborar ainda com esses números a dinâmica da taxa de urbanização. Em 2010, 76,6% dos roraimenses residiam em áreas urbanas e 23,4% em áreas rurais. Essa taxa se modificou nos últimos anos. Dados recentes mostram que já em 2013, passamos para 83,5% residindo em áreas urbanas e 16,5% em áreas rurais.

Taxa de Urbanização – Brasil, Região Norte e Roraima

Taxa de Urbanização	2010*	2011	2012	2013
Brasil	84,4%	85,0%	84,8%	84,8%
Região Norte	73,5%	74,7%	75,3%	74,6%
Roraima	76,6%	83,9%	84,3%	83,5%

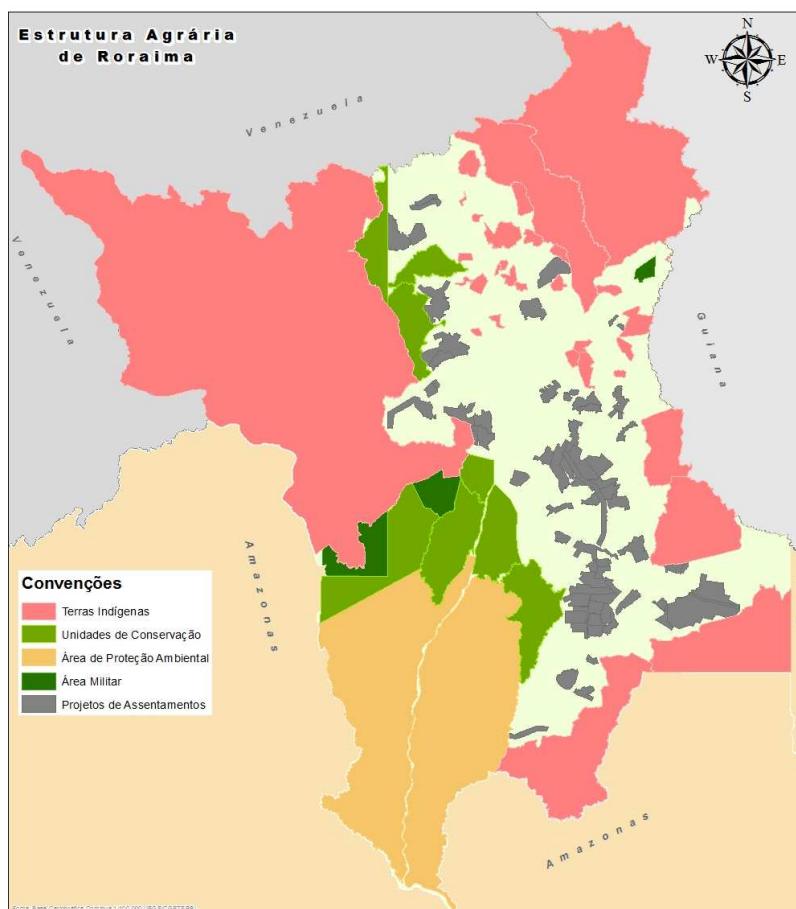
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios - PNAD e Censo 2010; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

*Dados referente ao CENSO 2010

Taxa de Urbanização - Porcentagem da população da área urbana em relação à população total.

Aspectos Fundiários

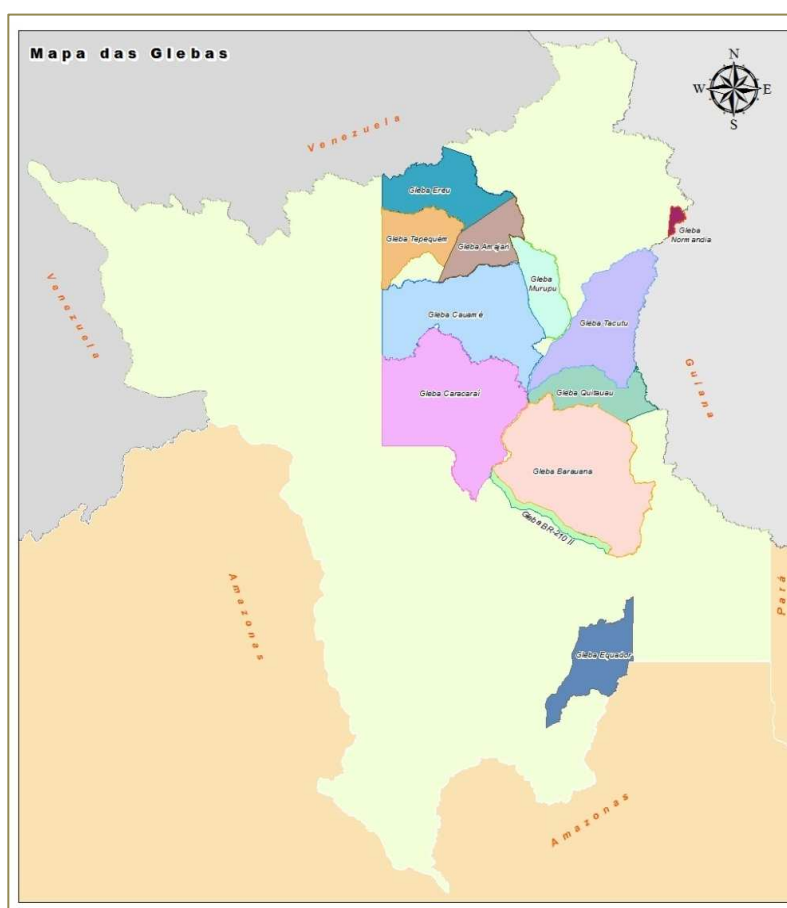
O Governo do Estado vem desenvolvendo um intenso e bem articulado trabalho orientado para o equacionamento definitivo do imbróglgio fundiário e da questão da transferência das terras da União, com o firme e resolutivo propósito de regularizar as terras produtivas do Estado, condição básica para oferecer segurança jurídica aos proprietários, atrair investidores e viabilizar o crédito agrícola em larga escala.



Fonte: CEGEPETERR/SEPLAN

Concretamente, os esforços voltam-se à consolidação do processo de transferência das Terras da União para o Estado: Glebas: Murupu, Quitauau, Tacutu, Amajari, Ereú, Cauamé, Caracaraí, Equador, Barauana, BR-210-II e Tepequém.

Além disso, busca-se assentimento prévio junto ao CDN para convalidação dos títulos já emitidos, visando sanear os processos em tramitação.



Fonte: CEGEPETERR/SEPLAN

Infraestrutura

Para o incremento da economia local, o Estado precisa desempenhar o papel principal, proporcionando as condições estruturantes para que o segmento empresarial, de forma independente, faça sua parte. Estradas, energia e saneamento básico surgem como itens de primeira grandeza.

A malha rodoviária total do Estado de Roraima contempla 10,4mil KM de estradas, destas 1,3mil km são pavimentadas. Os principais eixos rodoviários são as BR's 174 (Manaus e Venezuela), 401 (Município de Normandia, Bonfim à Guiana), 210 (Municípios S L Anauá, S J Baliza e Caroebe), 431 (Município do Cantá), 433 (Surumu - Normandia).

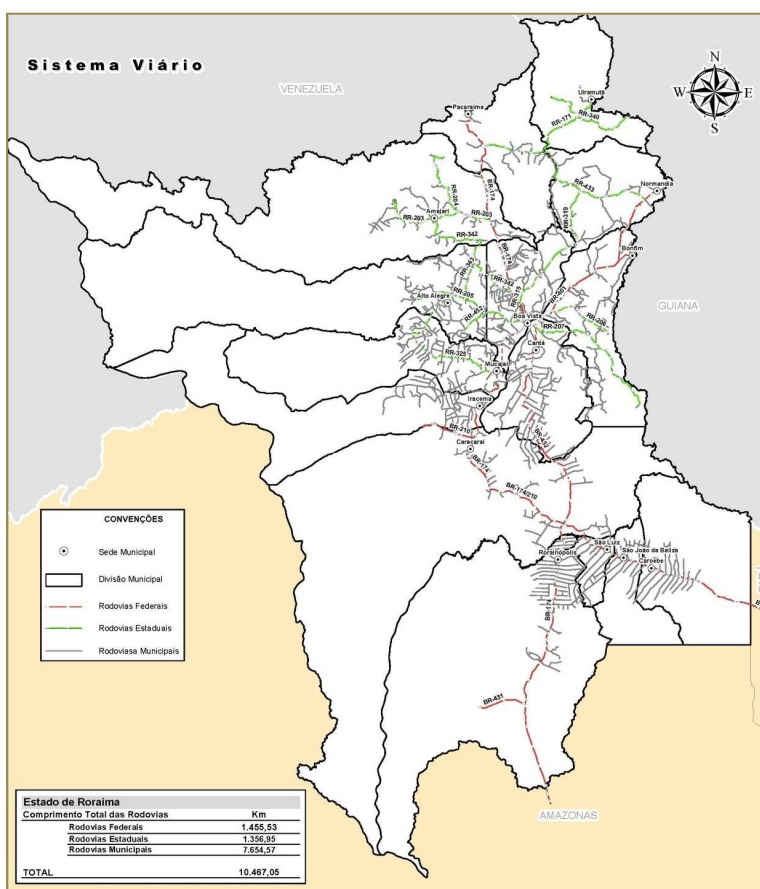
A BR-174 – Manaus - Boa Vista – Venezuela compõe corredor rodoviário internacional que, partindo de Manaus, segue até Caracas. Cruza o Estado de Roraima no sentido Sul-Norte. É o principal elemento físico componente do corredor de Integração Brasil-Venezuela. A rodovia tem seu início na cidade de Manaus e se estende até Pacaraima, na fronteira com a Venezuela, sendo que 254 km da rodovia estão no Amazonas e os restantes 718 km em Roraima.

Além de representar importante ligação terrestre de Roraima com o resto do país, a BR-174 representa fator fundamental para qualquer estratégia de desenvolvimento concebida para o Estado.

Especialmente no que diz respeito ao agronegócio, será preferencialmente pela BR-174 que transitarão insumos e máquinas importados e os produtos a serem exportados. As pistas asfaltadas da BR-174 colocam a produção a cerca de 1.400 km do porto venezuelano de La Guaira, nas proximidades de Caracas e a 690 km do porto de Georgetown e daí ao mercado mundial.

Essa interconexão rodoviária inclui-se dentre as perspectivas de integração do Estado de Roraima com a Venezuela e a Guiana, sob a ótica da oportunidade de conquistas de novos mercados. A BR 401 liga Boa Vista a Bonfim na fronteira com a cidade guianense de Lethem, em 125 km asfaltados.

As bases estruturais passam pela melhoria das condições de tráfego da malha rodoviária estadual, incluindo construção, recuperação e pavimentação de vicinais, pontes de madeira e obras de arte, com a meta de atingir 100% da RR's e vicinais em boas condições já em 2016.



Fonte: CEGEPETERR/SEPLAN

Na malha rodoviária federal, um longo e completo trabalho de captação de recursos de convênios foi empreendido e várias obras estão em andamento pela SEINF/DENIT. Na BR 174, no trecho Manaus-Boa Vista, os serviços de recuperação e reconstrução, pavimentação asfáltica tipo CBUQ camada dupla, está em fase final de conclusão. O trecho Norte, Boa Vista-Pacaraima (Roraima/Venezuela) as obras já estão em execução.

Outro item de relevante importância refere-se às condições de suprimento de energia elétrica. Obras de interiorização da energia importada da Venezuela (Complexo Guri-Macáguas II) e/ou gerada na Capital do Estado, através de centrais termelétricas, também estão sendo executadas. Os Eixos Sul e Oeste contemplam a construção de linhas de subtransmissão em 34,5KV / 69 KV e subestações abaixadoras nos Municípios de Mucajaí, Iracema, Caracaraí, Rorainópolis, Baliza, São Luiz, Caroebe, Cantá e Bonfim. Parte do Eixo Norte/Leste atende os Municípios de Normandia, Alto Alegre e Amajari. No Eixo Norte, Municípios de Pacaraima e Uiramutã, os projetos básicos estão concluídos e aptos para a contratação das obras.

O Governo do Estado, juntamente com a Companhia Energética de Roraima – CERR, está empreendendo a 2ª e 3ª Etapas do Programa Luz para Todos, do Governo Federal, levando energia para moradores e produtores rurais em todo o Estado de Roraima.

Estas obras estruturantes são preparatórias para a chegada do Linhão de 500KV – Manaus/Boa Vista, que integrará o Estado ao Sistema Interligado Nacional (SIN) através da Hidrelétrica de Tucuruí.

No item Energia, o principal desafio é transpor o impedimento colocado pela Funai para a passagem do Linhão pela Reserva Indígena Waimiri-Atroari. Apesar da obra e da própria interligação ser de responsabilidade do Governo Federal, o Estado está presente na busca de uma solução rápida para essa questão. A obra, que deveria estar concluída em 2015, foi suspensa por decisão judicial e aguarda cumprimento de exigências das comunidades indígenas.

Sem a interligação ao Sistema Nacional, Roraima não dispõe de excedente de energia para atender o crescimento industrial e o agronegócio. Com a integração ao SIN, Roraima estará imediatamente em condição ideal para o crescimento e passará de importador de energia para potencial exportador, haja vista a capacidade hidráulica da Bacia do Rio Branco, estimada em mais de 2000MW.

Educação

A educação é considerada por muitos analistas em desenvolvimento social, políticos, sociólogos e estudiosos como o principal vetor para o progresso de um povo. Nesse sentido, a observação das estatísticas referentes ao tema é muito relevante.

Roraima dispõe de rede física satisfatória, atendendo à capital e aos municípios em todos os níveis, inclusive cursos técnicos profissionalizantes reconhecidos pelo MEC.

A educação no Estado, nos seus mais variados níveis escolares, evidencia números consideráveis, desde a educação infantil até a educação superior. Sendo o ensino fundamental o nível que apresentou o maior percentual de alunos matriculados em 2014, o que representa 61,31% do universo de matrículas efetivadas.

Matrículas, Professores e Escolas por Nível e Modalidade de Ensino em Roraima – 2010 a 2014

Modalidade	2010	2011	2012	2013	2014
Educação Infantil	16.664	18.967	18.864	8.357	8.448
Ensino Fundamental	90.481	94.349	91.221	93.710	91.248
Ensino Médio	18.710	19.651	20.921	21.722	22.446
Educ. Jovens e Adultos	13.587	11.346	10.992	9.716	10.155
Educação Especial	1.065	1.485	1.674	1.824	2.025
Educ. Profissional (Nível Técnico)	820	742	742	1.460	1.428
EJA Integrado a Educ. Profissional	0	13	0	0	22
TOTAL DE ALUNOS	141.327	146.553	144.414	145.798	148.825
Nº de Professores (1)	7.214	7.358	7.434	8.622	8.461
Nº de Escolas (2)	726	726	751	776	787

Fonte: SEED/RR-Gerência de Avaliação e Informações Educacionais/GAIE; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

(1) O mesmo docente pode atuar em mais de um nível / modalidade de ensino e em mais de uma escola.

(2) O mesmo estabelecimento pode oferecer mais de um nível / modalidade de ensino.

O ensino de qualidade, uma meta fundamental, especialmente na educação básica, é capaz de gerar resultados importantes para a sociedade, tais como a melhoria das condições de trabalho, a possibilidade de diminuição da criminalidade, a capacidade de assimilação de campanhas educativas nas mais diversas áreas e, no longo prazo, a melhoria da qualidade educacional é um princípio essencial para a busca do desenvolvimento social e econômico.

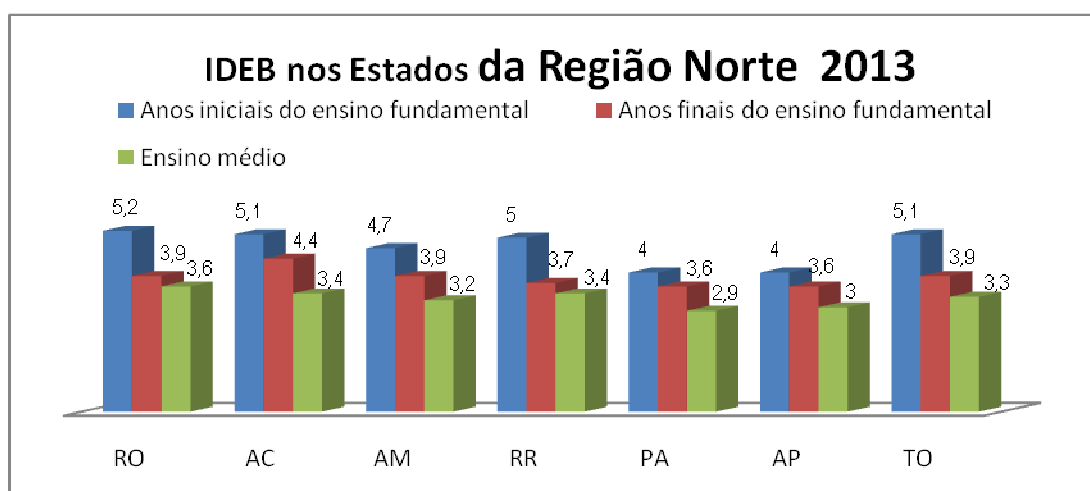
As instituições de ensino superior, públicas e privadas, com mais de 20.000 alunos matriculados em 2013, representaram 14,04% do total de alunos do Estado, distribuídos nas áreas de humanas, exatas e biomédicas.

O IDEB é um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb) – obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio) – com informações sobre rendimento escolar (aprovação).

IDEB Estados da Região Norte –2013

Unidades da Federação	Anos iniciais do ensino fundamental	Anos finais do ensino fundamental	Ensino Médio
Rondônia	5,2	3,9	3,6
Acre	5,1	4,4	3,4
Amazonas	4,7	3,9	3,2
Roraima	5,0	3,7	3,4
Pará	4,0	3,6	2,9
Amapá	4,0	3,6	3,0
Tocantins	5,1	3,9	3,3

Fonte: Portal IDEB - Elaboração: CGEES/SEPLAN-RR



Estudos e análises sobre qualidade educacional raramente combinam as informações produzidas por esses dois tipos de indicadores, ainda que a complementariedade entre elas seja evidente. Um sistema educacional que reprova sistematicamente seus estudantes, fazendo com que grande parte deles abandone a escola antes de completar a educação básica, não é desejável, mesmo que aqueles que concluem essa etapa de ensino atinjam elevadas pontuações nos exames padronizados. Por outro lado, um sistema em que todos os alunos concluem o ensino

médio no período correto não é de interesse, caso os alunos aprendam pouco na escola. Em suma, um sistema de ensino ideal seria aquele em que todas as crianças e adolescentes tivessem acesso à escola, não desperdiçassem tempo com repetências, não abandonassem a escola precocemente e, ao final de tudo, aprendessem. Sabe-se que, no Brasil, a questão do acesso à escola não é mais um problema, já que quase a totalidade das crianças ingressa no sistema educacional. Entretanto, as taxas de repetência dos estudantes são bastante elevadas, assim como a proporção de adolescentes que abandonam a escola antes mesmo de concluir a educação básica.

Taxa de Analfabetismo

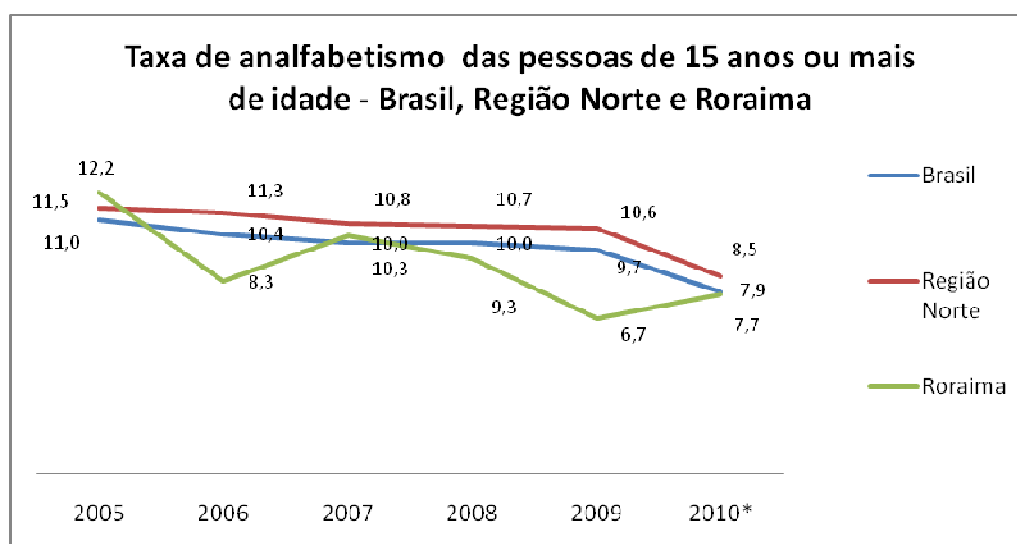
O analfabetismo recuou em todas as regiões do Brasil e em todas as faixas etárias. Em Roraima, considerando as pessoas de 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo caiu de 9,3% em 2008 para 7,7% em 2010.

Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade - Brasil, RN e UFs.

Unidades da Federação	2005	2006	2007	2008	2009	2010*
Brasil	11,0	10,4	10,0	10,0	9,7	7,9
Região Norte	11,5	11,3	10,8	10,7	10,6	8,5
Roraima	12,2	8,3	10,3	9,3	6,7	7,7

Fonte: IBGE, Síntese de Indicadores Sociais e Censo 2010; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

*Dados referente ao CENSO 2010



Expectativa de Anos de Estudo

O indicador Expectativa de Anos de Estudo também sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar. Mais precisamente, indica o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Entre 2005 e 2009, ela passou de 6,6 anos para 7,5 anos, em Roraima, enquanto no Brasil passou de 6,6 anos para 7,2 anos. Analisando os números, verifica-se que a média do Estado supera a do Brasil e da Região Norte.

Média de anos de estudos da População de 10 anos ou mais de idade o - Brasil, Região Norte e Roraima

Local	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	6,6	6,8	6,9	7,1	7,2
Região Norte	6,0	6,2	6,3	6,5	6,7
Roraima	6,6	6,8	7,1	7,4	7,5

Fonte: IBGE, Síntese de Indicadores Sociais; Elaboração: SEPLAN-CGEES/RR

Saúde

O Sistema Estadual de Saúde de Roraima, apesar de ainda conviver com inúmeros problemas relacionados à qualidade da atenção à saúde prestada à população, fragilidade do controle social e qualidade deficiente dos processos de gestão, vem sendo estruturado no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, na perspectiva de garantir o acesso igualitário à atenção integral à saúde, que priorize o aprimoramento da eficiência e da resolutividade, frente às diferentes situações e demandas dos usuários.

Constituído pelo conjunto dos sistemas municipais, observa na sua lógica de estruturação e organização a premissa da complexidade crescente, portanto da hierarquização do cuidado. Nesse sentido, o Governo do Estado tem fomentado e estimulado as esferas locais (municípios), para assumirem as responsabilidades que lhes são próprias enquanto parceiras e instâncias fundamentais na estruturação e consolidação do Sistema Único de Saúde no Estado.

Desta forma, sem prejuízo da prestação de serviços assistenciais de média e alta complexidade, coerentemente com a lógica da hierarquização e regionalização dos serviços de saúde no SUS, o Estado tem investido no sentido de apoiar e estimular os municípios a priorizarem ações de promoção e prevenção da saúde. Os esforços vão em direção à consolidação de um conjunto de estratégias que viabilizem

a mudança efetiva do Modelo Assistencial Curativo para um enfoque ou Modelo de Atenção que tenha na Prevenção e na Promoção da Saúde o foco central de organização dos serviços. Nesse processo, reafirma a responsabilidade precípua de materializar uma política pública de saúde que, regida pelos princípios da universalidade, equidade e integralidade, consiga enfrentar e diminuir as iniquidades no acesso à saúde.

Reconhecido como sendo a expressão material de uma política pública com o maior potencial para viabilizar a universalização do acesso à atenção integral à saúde, o SUS enfatiza nas ações empreendidas pelas instâncias gestoras (Estado e Municípios), a necessidade de uma prestação de serviços humanizada, acessível e resolutiva. Na perspectiva de alcançar esse propósito, o Estado de Roraima busca intensificar esforços para o ajuste organizacional e para o aprimoramento da qualidade das ações, serviços e práticas de saúde em todos os níveis, de modo a contemplar a integralidade da atenção, a qualidade de vida e a melhoria nas condições de saúde da população.

Alguns indicadores permitem que se faça uma breve análise da situação da saúde no Estado. Dentre eles, destacam-se a taxa de mortalidade infantil e a esperança de vida ao nascer.

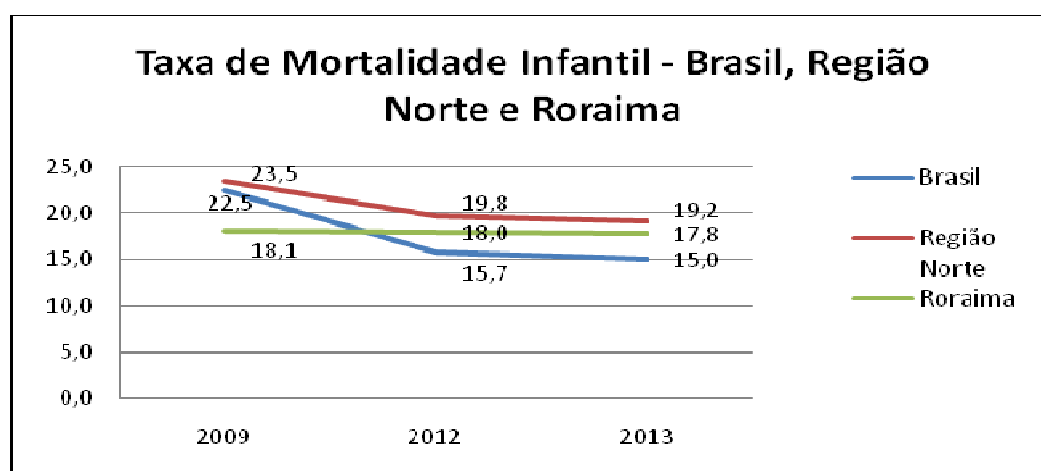
A taxa de mortalidade infantil tem sido uma das principais medidas de aferição das condições de vida e de saúde da população, pois relaciona o número de óbitos de crianças de até 01 ano de idade ao número de mil crianças nascidas vivas e assim permite perceber indiretamente a sua relação com questões de alimentação, de qualidade do atendimento pré-natal, de cuidados neonatais, de condições domiciliares, de saneamento, dentre outros.

No Estado de Roraima, a taxa de mortalidade infantil foi a menor dentre os estados da Região Norte ao longo dos últimos anos, embora esteja acima da média nacional. O foco permanece em se dispor de um conjunto de políticas públicas voltadas às mães e às crianças, através de assistência adequada, acesso a serviços de saúde e à disponibilidade de informação.

Campanhas para a sensibilização das gestantes sobre a necessidade do acompanhamento pré-natal, campanhas de vacinação infantil, com taxas de cobertura acima das metas estipuladas anualmente, realização de exames e testes nos recém-nascidos e campanhas de aleitamento materno, essenciais para a saúde da mãe e dos bebês, serão sempre iniciativas importantes neste Governo.

Taxa de Mortalidade Infantil - Brasil, Região Norte e UFs			
Taxa de mortalidade infantil (por 1000 nascidos vivos)	2009	2012	2013
Brasil	22,5	15,7	15,0
Região Norte	23,5	19,8	19,2
Roraima	18,1	18,0	17,8

Fonte: IBGE, Síntese de Indicadores Sociais e DATASUS; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES



Esperança de Vida ao Nascer

A esperança de vida ao nascer relaciona-se diretamente com a saúde da população em geral, refletindo um panorama das condições de vida, de forma bastante ampla. Indica, portanto, o número médio de anos de vida esperados para um recém-nascido, mantido o padrão de mortalidade existente na população residente em determinado espaço geográfico no ano considerado.

A elevação da longevidade é uma tendência mundial, uma vez que várias doenças estão sendo erradicadas ou tratadas e as pessoas têm alcançado um padrão de vida melhor, que lhe assegura melhores condições de alimentação, de moradia, de lazer, que se traduzem em mais anos de vida.

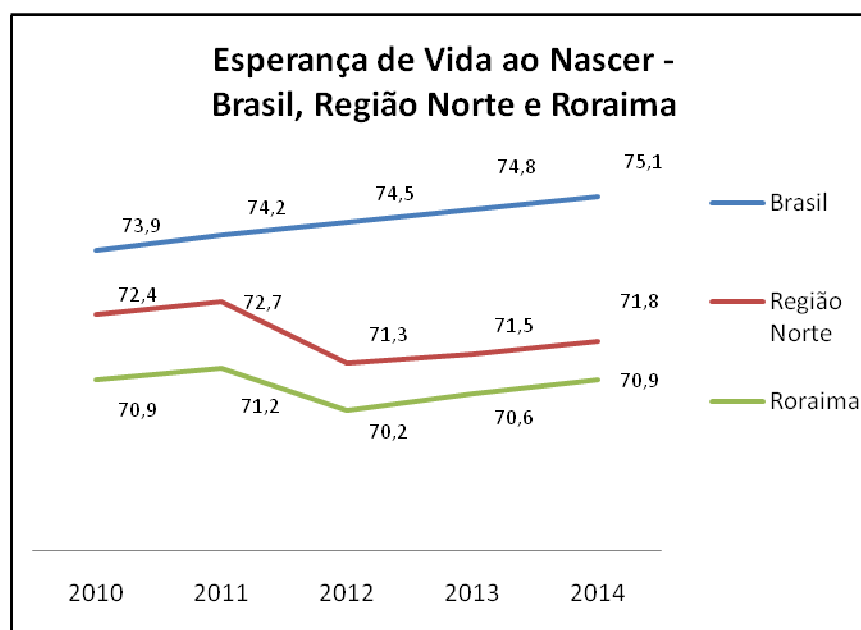
A expectativa de vida do roraimense, contudo, não tem experimentado elevação sistemática nos últimos anos, contrariando a tendência nacional e acompanhando o comportamento irregular da Região Norte.

Esperança de Vida ao Nascer - Brasil, Região Norte e Roraima

Local	2010	2011	2012	2013	2014
Brasil	73,9	74,2	74,5	74,8	75,1
Região Norte	72,4	72,7	71,3	71,5	71,8
Roraima	70,9	71,2	70,2	70,6	70,9

Fonte: IBGE/DPE/Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS/DATASUS; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

Fonte: IBGE/Projeções demográficas preliminares – DATASUS; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

**IDH**

O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH é um índice que serve de comparação entre os países, com objetivo de medir o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida oferecida à população. O relatório anual de **IDH** é elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Ele difere de outros indicadores como o Produto Interno Bruto (PIB) e o Produto Nacional Bruto (PNB) por não analisar apenas valores econômicos. O IDH oferece um olhar mais abrangente, incluindo no desenvolvimento a vertente social.

É formado por três componentes que possuem o mesmo peso no cálculo: renda, longevidade e educação. Cada um destes recebe uma avaliação que varia de 0 (zero) a 1 (um), sendo 0 (zero) a pior perspectiva possível e 1 (um) a melhor.

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – Roraima 1991 -2010

Data	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação	IDHM
1991	0,643	0,628	0,24	0,459
2000	0,652	0,717	0,457	0,598
2010	0,695	0,809	0,628	0,707

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Roraima alcançou 0,707, em 2010, o que situa essa Unidade Federativa (UF) na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM da UF é Longevidade, com índice de 0,809, seguida de Renda, com índice de 0,695, e de Educação, com índice de 0,628.

Roraima ocupa a 13ª posição entre as 27 unidades federativas brasileiras e a 2ª na Região Norte segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,824 (Distrito Federal) e o menor é 0,631 (Alagoas).

De 1991 a 2010, o IDHM de Roraima passou de 0,459, em 1991, para 0,707, em 2010, enquanto o IDHM do Brasil passou de 0,493 para 0,727, respectivamente. Isso implica em uma taxa de crescimento de 54,03% para a UF e 47% para o país; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 54,16% para a UF e 53,85% para o Brasil. Na UF, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,388), seguida por Longevidade e por Renda. No Brasil como um todo, igualmente a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda.

Evolução do IDHM – Roraima - UF de maior IDHM - UF de menor IDHM- IDHM Brasil 1991-2000-2010

Data	Roraima	UF de maior IDHM no Brasil	UF de menor IDHM no Brasil	IDHM Brasil
1991	0,459	0,616	0,357	0,493
2000	0,598	0,725	0,471	0,612
2010	0,707	0,824	0,631	0,727

Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Economia

Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB) representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos num determinado país, estado ou região, durante um determinado período. O PIB é um importante indicador da atividade econômica de uma região, representando o crescimento econômico.

O PIB de Roraima ocupa o 27º lugar no *ranking* nacional, com o valor de R\$ 7.314 milhões, em 2012, representando 0,17% do Brasil e 3,16% da Região Norte.

Produto Interno Bruto, a Preços Correntes					
BRASIL, REGIÃO E RR	VALORES EM MILHÕES DE REAIS				
	2008	2009	2010	2011	2012
Brasil (A)	3.031.864	3.239.404	3.770.085	4.143.013	4.392.094
Região Norte (B)	154.704	163.208	201.511	223.538	231.383
Roraima (C)	4.889	5.593	6.341	6.951	7.314
C / A - %	0,16	0,17	0,17	0,17	0,17
C / B - %	3,16	3,43	3,15	3,11	3,16

Fonte: IBGE – CONAC - Coordenação de Contas Nacionais; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES.
Em 2009 dados sujeitos à revisão.

PIB Per Capita

É o PIB de um determinado país, estado ou região, dividido pela sua população total do período em referência.

É uma medida do nível de bem-estar econômico de um país, estado ou região, pois informa qual seria a renda de cada habitante se o PIB fosse igualmente distribuído entre todos os seus habitantes.

Geralmente quanto maior o PIB per capita, maior é o nível de bem - estar econômico.

Produto Interno Bruto <i>per capita</i>					
BRASIL, REGIÃO E RR	VALORES EM REAIS				
	2008	2009	2010	2011	2012
Brasil	15.990	16.918	19.766	21.535	22.646
Região Norte	10.216	10.626	12.701	13.888	14.179
Roraima	11.845	13.270	14.052	15.106	15.577

Fonte: IBGE – CONAC - Coordenação de Contas Nacionais; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES.
Em 2009 dados sujeitos à revisão.

Principais Atividades Econômicas

A Administração pública continua sendo a principal atividade econômica do Estado, com uma participação de 50,7% do PIB estadual. Em seguida, o comércio com 10,9% e a construção civil com 8,3%.

Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos

Atividades	Participação no valor adicionado bruto a preços básicos (%)		
	2010	2011	2012
Agropecuária	4,7	4,5	4,7
Indústria	13,0	11,4	11,2
Indústria extrativa	0,3	0,5	0,1
Indústria de transformação	1,8	1,6	1,4
Construção civil	9,5	7,9	8,3
Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana	1,6	1,3	1,4
Serviços	82,2	84,1	84,1
Comércio	12,0	13,3	10,9
Transportes, armazenagem e correio	2,2	1,9	2,5
Serviços de informação	1,5	1,5	1,2
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	3,1	3,4	4,1
Atividades imobiliárias e aluguéis	6,5	6,4	6,3
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	49,7	49,4	50,7
Outros serviços	7,2	8,1	8,4
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE

Balança Comercial

A Balança Comercial do Estado de Roraima encerrou o ano de 2014 com um saldo positivo de US\$ 9,113 milhões, conforme os dados do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

As exportações do ano acumularam um total de US\$ 19,209 milhões, dos quais 83,29% referiram-se à venda de soja ao exterior, totalizando no ano US\$ 15,999 milhões. Os demais produtos da pauta de exportação foram a madeira com US\$ 1,623 milhões, combustível de aviação com US\$ 870 mil, ferro com US\$ 248 mil, água

mineral com US\$ 194 mil, milho em grãos com US\$ 182 mil, materiais de papelaria com US\$ 1 mil e os demais produtos exportados somaram US\$ 92 mil.

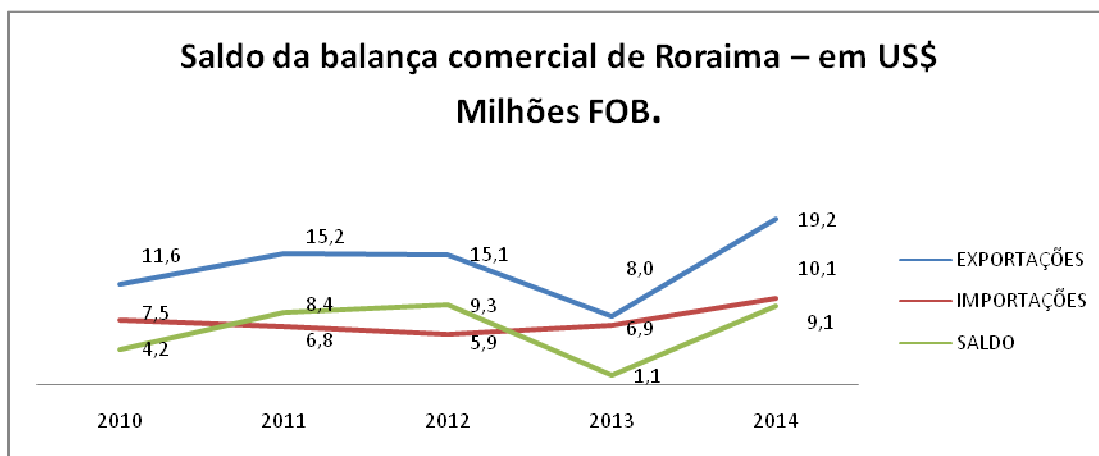
O principal destino das exportações roraimenses em 2014 foi a Rússia, que, no período, adquiriu 79,12% do total exportado pelo Estado, resultando num valor de US\$ 15,198 milhões. A soja foi o principal produto adquirido.

Foram importados em mercadorias para o Estado US\$ 10,095 milhões no ano de 2014. Os três produtos de maior relevância na pauta de importações de Roraima foram as centrais de ar condicionado com US\$ 2,531 milhões, correspondendo a 25,07% do total, tendo o cimento ficado em segundo lugar com US\$ 1,617 milhões e a farinha de trigo com US\$ 410 mil.

Saldo da balança comercial do Estado de Roraima – em US\$ Milhões FOB.

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012	2013	2014
EXPORTAÇÕES	11,6	15,2	15,1	8,0	19,2
IMPORTAÇÕES	7,5	6,8	5,9	6,9	10,1
SALDO	4,2	8,4	9,3	1,1	9,1

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior/SECEX/DEPLA.; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES



Saldo Roraima, Região Norte e Brasil

Brasil / Região / RR	SALDO - VALORES EM US\$ 1.000 FOB				
	2010	2011	2012	2013	2014
Brasil	20.146.849	29.792.610	19.394.537	2.557.744	-4.036.189
Região Norte	2.373.224	6.135.604	1.991.273	2.945.081	2.696.992
Roraima	4.150	8.424	9.294	1.147	9.113

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior/SECEX/DEPLA.; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES



Principais Produtos Exportados – Roraima

ITENS	VALORES EM US\$ 1.000 - FOB				
	2010	2011	2012	2013	2014
Soja	438	2.704	5.044	1.858	15.999
Madeira	4.816	5.810	6.927	4.230	1.623
Combustível de Aviação	4.155	2.455	1.599	963	870
Ferro e derivados	-	10	1.128	-	248
Água Mineral	146	147	117	72	194
Milho	-	-	-	159	182
Materiais de Papelaria	-	0	-	-	1
Couro	1.667	3.963	193	611	-
Maquinas e equipamentos	-	11	52	-	-
Produtos Alimentícios	153	37	4	-	-
Produtos de Madeira	238	1	1	-	-
Diamantes	-	-	-	-	-
Sementes	-	-	-	-	-
Demais produtos	23	41	85	120	92
Total	11.636	15.179	15.149	8.012	19.209

Fonte: MDIC/SECEX/DEPLA; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

3. OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO PARA RORAIMA – UMA ANÁLISE SISTÊMICA

Desenvolvimento & Crescimento no Período do PPA e no Longo Prazo

Uma visão mais ampla e abrangente das perspectivas de desenvolvimento de Roraima remete à percepção de oportunidades múltiplas em várias direções. Desenvolvimento sustentável e inclusivo, que contemple de forma integrada, muito mais do que a mera conciliação, as dimensões econômica, social e ambiental. Que, em determinadas abordagens produza crescimento contínuo, pujança e a consequente melhoria da qualidade de vida; e, em outras, possa gerar elevação contínua dos indicadores de desenvolvimento humano mesmo sem crescimento econômico significativo.

Por outro lado, a perspectiva plurianual centrada em quadriênio tende a perfazer visão reducionista das possibilidades, em função da dificuldade natural de perscrutar transformações radicais e mudanças mais profundas quando se pensa no curto prazo. A rigor, uma cenarização voltada ao longo prazo poderia permitir a construção de planejamento de curto e médio prazos que fosse capaz de contemplar as bases de um novo modelo, não convencional, mais avançado e consoante as tendências de futuro que ora estão se firmando.

Esse propósito deverá ser alcançado nos dois próximos anos, mediante processo estruturado de planejamento estratégico, combinando metodologias tais como matriz SWOT e construção de cenários (provável e alternativos), com o intuito de vislumbrar, por exemplo, a realidade desejada e exequível no âmbito de uma geração – Roraima 2040 – com a elaboração dos planos, programas e projetos necessários em diversos horizontes de tempo.

Entretanto, o planejamento plurianual acrescido de análise de tendências já propicia enxergar o futuro próximo com maior acurácia e precisão, “embutindo” na cenarização de curto prazo forças impulsionadoras e restritivas emergentes, vinculadas a oportunidades e ameaças constatadas. Essa prospecção de forma expedita oferece uma visualização das perspectivas de atuação governamental, ensejando o delineamento de planos, programas, projetos e ações com a assimilação do caráter estratégico.

Condições necessárias à criação de ambiente favorável à Produção

Segundo diagnóstico prévio, foram identificadas as condições necessárias à criação de ambiente favorável à produção, empreendedorismo e negócios: Zoneamento Ecológico-Econômico, Regularização Fundiária, Licenciamento Ambiental, Defesa Sanitária, Incentivos Fiscais, Tecnologia, Agroindustrialização, Infraestrutura, Atração de Investidores, Mercados e Crédito.

Programas Estruturantes – Sócio-Regionais, Multi-Setorial e Setorial

Na fase de consolidação das proposições para o PPA 2016-2019 deu-se a conotação estratégica, através de tendências de futuro identificadas, com a definição de programas estruturantes, sendo três de ênfase sócio-regional, um de caráter multi-setorial e um com característica setorial.

Programa de Integração e Desenvolvimento Regional - Programa Guyanas

No domínio sócio-regional mais amplo, o futuro parece reservar para Roraima uma inserção natural em região geoeconômica internacional, composta pela Venezuela, Norte do Brasil e Guiana, cuja “elipse central” abrange uma extensa área de savanas, conhecida pelo nome de “lavrados”, com extraordinário potencial para transformar essa região geoeconômica em plataforma de produção de alimentos, potencializada pela sinergia capaz de ser obtida com a integração viária, energética e portuária, complementaridade de insumos, intercâmbio tecnológico, estruturação de *joint ventures* orientadas para a produção agrícola e industrial, e de *tradings* voltadas à comercialização da produção.

Essa imensa região poderia apropriadamente ser denominada de *Guyanas*, dado que abrange a *Guayana* venezuelana, a “Guiana Portuguesa” (Roraima no período colonial) e a República Cooperativista da Guiana, promovendo a integração não só no campo econômico, como também da educação, cultura, ciência, tecnologia e inovação. Esse Programa de Integração e Desenvolvimento Regional (Programa Guyanas) poderá assumir relevância estratégica, ao representar a superação da antiga relação de dependência de estado periférico no país e na região, para um novo cenário em que Roraima ocupa o centro geoeconômico de zona dinâmica, rica em biodiversidade e capacidade produtiva.

Programas Estruturantes de Desenvolvimento Social

Dentro do espaço territorial estadual há dois outros grandes programas de natureza sócio-regional ora contemplados, igualmente com viés estratégico, no PPA 2016-2019: Programa de Desenvolvimento Sustentável das Terras Indígenas Raposa-Serra do Sol / São Marcos (Programa Terras Indígenas) e Programa de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Rio Branco (Programa Baixo Rio Branco).

Assistência social só é capaz de vencer a miséria absoluta, jamais a pobreza

A concepção desses dois programas está alinhada a um propósito central do Governo do Estado, que é o de acabar com a pobreza em Roraima. Os programas assistenciais têm a capacidade de eliminar a miséria absoluta, porém são incapazes de proporcionar níveis satisfatórios de qualidade de vida e desenvolvimento humano. A única opção é proporcionar meios e condições para que atividades econômicas como a agricultura, a pecuária, a piscicultura, a agroindústria, o comércio, os serviços e o turismo sejam intensamente desenvolvidos, gerando trabalho, emprego e renda para os muitos milhares de roraimenses em busca de ocupação.

Todos são vítimas da falta de oportunidades para produzir

O problema da desocupação econômica e da falta de perspectiva de renda digna aflige populações urbanas e rurais afetando, sobretudo, comunidades indígenas, famílias em projetos de assentamento e populações ribeirinhas tradicionais que, apesar de disporem de meios de produção, não têm recursos para custeio, insumos, equipamentos e tecnologia que lhes permitam garantir a produtividade, escala e qualidade necessárias à geração de excedentes à subsistência para oferecer no mercado, auferindo em consequência ganhos adicionais imprescindíveis à melhoria da qualidade da vida.

Programa Terras Indígenas Raposa Serra do Sol / São Marcos - Em Prol da Melhoria de Vida e de Novas Perspectivas

A idéia do Programa Terras Indígenas nasceu da consciência da necessidade de um tratamento diferenciado às demandas, reivindicações e possibilidades das comunidades indígenas, mediante suas múltiplas interações com o meio ambiente envolvente. Evoluiu das consultas às comunidades para uma formulação preliminar de

estratégias, passando por um fórum de desenvolvimento sustentável especificamente voltado a essas demandas, ocorrido na sede do Uiramutã, assim como por reuniões com lideranças indígenas sob os auspícios da Secretaria de Estado do Índio – SEI, realizadas na SEPLAN, na SEI e no Conselho Indígena de Roraima – CIR. Nesses eventos e encontros foram debatidas oportunidades de projetos e ações na agricultura, pecuária, piscicultura e, sobretudo, no turismo.

O Programa Terras Indígenas considera uma ampla área protegida contígua, composta por terras indígenas, habitada por diversas etnias, com vocações relativamente bem definidas, a depender da vontade e iniciativa de suas populações em empreender as atividades produtivas delineadas. Em seus mais de dois milhões e trezentos mil hectares, cerca de vinte e sete mil indígenas vivem da agricultura de subsistência com suas roças de mandioca, criação de gado (mais de cinquenta mil cabeças somente nessas terras indígenas) e, em algumas comunidades, cultivo de frutas como a melancia, plantio de feijão e piscicultura. A atividade do turismo é desenvolvida de forma assistemática, por exemplo, no Uiramutã e no Caracaranã.

Projetos como o **Pró-Genética**, da SEAPA, que propicia a aquisição de touros selecionados para a melhoria do rebanho bovino e o **Projeto de Irrigação**, da SEI, que viabiliza culturas com alta produtividade, são demonstrativos da vontade política do Governo do Povo em promover condições dignas de vida a todos os roraimenses, em especial, os indígenas.

Programa Baixo Rio Branco – Controle, Gestão, Serviços Públicos & Conservação

A proposta do Programa Baixo Rio Branco surgiu da percepção clara da relevância estratégica de incorporar efetivamente essa extraordinária região a Roraima, através da presença concreta do Estado, com ações consistentes e continuadas nas áreas do controle, fiscalização e gestão ambiental como, igualmente, de saúde, educação, ciência, tecnologia e desenvolvimento, com ênfase ao turismo sustentável.

A Região do Baixo Rio Branco é uma área tradicionalmente habitada por indígenas e ribeirinhos. Estes, no geral praticam atividades econômicas de extrativismo dos produtos da floresta e pesca artesanal para o consumo e venda do excedente, além da agricultura de subsistência.

Esta região, trata-se de uma área estratégica para conservação e uso otimizado dos recursos naturais os quais deve servir de amparo à sobrevivência e bem estar social e econômico da população local, garantido seu modo de vida e sua riqueza cultural.

O Baixo Rio Branco está localizado ao sul do estado de Roraima inserido nos limites geográficos dos municípios de Caracaraí e Rorainópolis, em uma área continua que se sobrepõem a unidade de conservação estadual APA Baixo Rio Branco, limítrofe a Estação Ecológica do Niquiá e aos Parques Viruá e Serra da Mocidade, os quais que abrigam uma vasta flora e fauna. Além destas, ainda existem as Terras indígenas que por lei, impossibilita o avanço de atividades não tradicionais indígenas nestas áreas, o que fortalece a região para preservação e conservação de seus recursos.

O Baixo Rio Branco se apresenta com floresta Ombrófila Aluvial composta por uma vegetação que sofre a influência de processos de inundação periódica ou permanente, provocada pelos movimentos de enchentes e vazantes de rios. A vegetação nativa é rica em frutas, óleos, resinas, corantes naturais, fibras, cipós e plantas medicinais em abundância, madeiras nobres, castanhas, balata etc. A Fauna apresenta uma grande diversidade de animais, tanto aquáticos quanto terrestres. A prática da caça é uma atividade de necessidade à sobrevivência da população local, sendo os mais cobiçados: veados, tatus, pacas, quelônios, peixe boi, pirarucu. Contudo há um grande movimento de caçadores e pescadores recreativos e predadores, principalmente na caça de mamíferos e pesca dos quelônios e do pirarucu.

Existem também as iniciativas sustentáveis desenvolvidas na região, o Ecoturismo em algumas comunidades como: Sacaí, Lago Grande, Xixuaú, Samaúma, Cachoeirinha e Canauini, que se tornou a principal fonte de renda para os habitantes dessas comunidades.

A região tem fenomenal potencialidade, o que tem provocado grande pressão antrópica sobre seus recursos, situação que tem preocupado não só as autoridades como também a população local, por entenderem que seu modo de vida está ameaçado.

No entanto, apesar do grande potencial ambiental produtividade local é extremamente baixa. Com uma fiscalização deficiente a região vem sofrendo com a pesca predatória realizada pelos pescadores comerciais em sua maioria vinda do estado do Amazonas. Outro ponto relevante é a questão dos hotéis de selva que se

encontram em situação ilegal em território roraimense, os quais não tem uma relação intra-institucional e comercial com o estado de Roraima. Assim, a região se caracteriza por grande potencial ambiental acompanhado de grande problema social-político e econômico.

As comunidades locais apresentam grandes desafios social e econômico, isso muito se dá pela ausência do Estado e logística estrutural provocando o sucateamento educacional, falta de energia, água e saneamento nas comunidades etc.

A constância dessa situação aproxima cada vez a população local a estreitar relações com o estado do Amazonas, principalmente para fins de comercialização da produção.

Portanto, como proposta de mudar essa realidade quanto ao isolamento da região com o restante do Estado, o GERR, através da SEPLAN propões que se tome algumas medidas que direcionem ao melhor aproveitamento dos recursos e qualidade de vida da população local através de um programa de governo no qual se possa atender as demandas e otimizar as ações de governo na região.

Para isso, foi constituído grupo de trabalho composto pela SEPLAN, FEMARH, IACTI e UERR, realizadas missões para pesquisar necessidades e identificar os principais problemas enfrentados pelas comunidades, sendo que estas informações subsidiarão a estruturação do programa de desenvolvimento do Baixo Rio Branco.

Uma das principais medidas propostas pelo GERR é criação de um mosaico de unidades de conservação (UC's) composto por 07 (sete) UC's, sendo que 05 (cinco) delas seriam criadas a partir da transformação da APA Baixo Rio Branco e as outras 02 (duas) criadas na área da pretensa APA Xeruini. Estudos preliminares sinalizaram que as modalidades dessas unidades de conservação seriam RDS (Reserva de Desenvolvimento Sustentável), Parque Estadual e RESEX (Reserva Extrativista), sendo que esta última é uma exigência expressa no Decreto nº 6.754/09 que regulamenta a Lei nº 10.304/01 que dispõe sobre a transferência ao domínio do Estado de Roraima, terras pertencentes à União, mas a definição das modalidades será proveniente de audiências públicas, prevalecendo a vontade soberana das comunidades existentes na região.

A APA Baixo Rio Branco, criada pela Lei Estadual nº 755 de 14/07/2006 e alterada pela Lei Estadual nº 714 de 21/05/2009, possui uma área total de 1.564.675,4560 hectares e está sob a gestão da Fundação Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (FEMARH) desde a sua criação, a qual possui na sua estrutura

organizacional uma Divisão específica para gerir as UC's estaduais, bem como integra em seu quadro de servidores, profissionais técnicos habilitados e qualificados para desenvolverem as atividades pertinentes à gestão, investimentos, estruturação e fiscalização de áreas protegidas, como biólogos, engenheiros florestais, engenheiros agrônomos, engenheiro de pesca, geólogo, engenheiro ambiental, zootecnistas, técnicos em agropecuária, dentre outros.

A proposta do Estado em criar um mosaico de unidades de conservação no Baixo Rio Branco se baseia numa melhor gestão das UC's, considerando o tamanho da área, a diversidade ecológica e o potencial de exploração sustentável de cada UC proposta, adicionando ainda o fato de serem unidades de conservação de domínio público, o que permite o aporte financeiro para o desenvolvimento de estudos e iniciativas de conservação, proporcionando uma presença mais significativa do Estado nessa região.

Diante deste novo contexto, tanto a FEMARH, como o Instituto de Amparo a Ciência, Tecnologia e Inovação (IACTI) apresentam propostas de gestão e alocação de recursos dentro do PPA 2016-2019 do Estado para garantir o desenvolvimento de políticas públicas para as Unidades de Conservação estaduais propostas pelo GERR, que além do mosaico de UC's no Baixo Rio Branco, temos também a FLOTA Jauaperí e a FLOTA Parima.

Além das ações propostas dentro do PPA 2016-2019 para alocação de recursos destinados à gestão das unidades de conservação, tanto a FEMARH como o IACTI, possuem em suas estruturas administrativas fundos estaduais de provimentos de recursos, FEMA (Fundo Estadual de Meio Ambiente) e FUNDEFE (Fundo de Desenvolvimento Florestal do Estado de Roraima), respectivamente, destinados a fomentar ações de estruturação, capacitação e socioambientais.

O Programa de Desenvolvimento Sustentável, Geração de Empregos e Renda - PROGREDIRR é imprescindível

O Governo do Estado tem a consciência de que precisa atuar em benefício de todos os roraimenses, mediante um programa multissetorial estruturado de desenvolvimento sustentável que contemple as dimensões econômica, social e ambiental. Um desenvolvimento que seja inclusivo, beneficiando a todos. Um crescimento que traga prosperidade e bem estar comum. Um aumento significativo do PIB estadual que livre Roraima definitivamente da pecha de economia do

“contracheque”, dessa trágica condição de dependência de até 80% do orçamento global resultante da transferência de recursos federais cada vez mais escassos. Crescimento econômico sustentável que se traduza em produção e distribuição de riquezas, postos de trabalho e divisas. Desenvolvimento que propicie a manutenção, o aumento de escala e de qualidade dos serviços públicos de saúde, educação e segurança.

O Programa de Desenvolvimento Sustentável, Geração de empregos e Renda – PROGREDIRR derivou de diagnóstico que apontou as condições necessárias à criação de ambiente favorável à produção, aos negócios e ao empreendedorismo em Roraima, realizado por empresários de diversos portes e dos mais variados segmentos, sucedido por trabalho técnico de equipe multiinstitucional, fóruns de desenvolvimento sustentável em diversas regiões do Estado, convergindo para trabalho de planejamento estratégico participativo, com a definição de estratégias e ações prioritárias, metas e resultados, materializados em projetos voltados à dinamização do setor produtivo.

Pelo exposto, PROGREDIRR precisará ser capaz de aproveitar da forma mais inteligente possível as vocações estaduais, sem desperdício, com foco em produção e em mercado, fundamentado em tecnologia e contemplando todos os atores sociais, integrados e em sinergia. Nessa perspectiva, é que o binômio grãos – lavrados se apresenta como base de um processo de desenvolvimento viável nas três dimensões – social, econômica e ambiental.

Há um estoque líquido de cerca de novecentos mil hectares de áreas de lavrados disponíveis para produção agropecuária intensiva (descontadas as áreas de preservação permanente, impróprias à produção e as reservas legais dos 1,75 milhões de hectares não protegidos) e cerca de um milhão e seiscentos mil hectares de áreas originalmente florestais (desde que atendidas exigências do Código Florestal).

Essas terras fornecem a base para o agronegócio empresarial das culturas de grãos e da conversão desses grãos em rações nas indústrias, que alimentarão criações de animais de pequeno porte mantidas por agricultores familiares e indígenas (no caso das comunidades indígenas, em suas próprias terras protegidas), sendo finalmente processados em frigoríficos, para obtenção de produtos finais como carnes de aves, peixes e suínos. Pelo exposto, fica muito clara a sinergia entre as diversas atividades produtivas, a capacidade de geração de riquezas e a agregação de valor à produção.

O PROGREDIRR preconiza integração exemplar entre o agronegócio nas categorias empresarial, familiar e indígena. Essa capacidade de agregação de valor à produção, via verticalização, com múltiplos aproveitamentos, tendo em vista os subprodutos nas várias etapas de produção, é única. A capacidade do complexo soja – milho – sorgo – arroz de gerar riquezas, fixá-las na região produtora, demandar produtos no comércio e serviços junto a prestadores das mais diversas naturezas, é ímpar.

Esse Arranjo Produtivo Local Sustentável – APL de Grãos que se delineia tem a capacidade de materializar modelo agroindustrial sustentável, a ser complementado, dentre outros segmentos, pela fruticultura, demais cereais e a pecuária bovina (lembrando que a pecuária em suas formas intensiva e de semiconfinamento também consome as rações derivadas dos grãos).

Ademais, o setor de serviços, irrigado com os recursos criados e fixados pelos setores primário e secundário, consolidará tendências e vocações no âmbito da educação, ciência, tecnologia e turismo. Particularmente o turismo, face à diversidade de ecossistemas de Roraima, a maior da Amazônia, com sua imensa variedade de solos, relevos, climas e tipos de vegetação, que fazem do Estado um autêntico paraíso da biodiversidade. Com riquezas cênicas extraordinárias, alternando florestas densas e de transição com savanas de diversas características, planícies e planaltos, serras e rios, Roraima é um “caleidoscópio natural”, repleto de potenciais atrativos.

Soluções para as Áreas Não Protegidas e para as Áreas Protegidas

Em síntese, nas áreas não protegidas, convêm os grãos e a pecuária, integrados nos lavrados; o manejo florestal, sistemas agroflorestais, mel e frutas nas áreas de matas. Já nas áreas protegidas, além da agropecuária de baixo impacto, cabe o turismo em sítios esplêndidos impróprios às culturas agrícolas, como o lago Caracaranã e a região do Uiramutã na T.I. Raposa–Serra do Sol, o sítio da Pedra Pintada e os campos de Maruai na T.I. São Marcos, assim como toda a região do Baixo Rio Branco, preenchida por unidades de conservação. Todas essas oportunidades estão harmonicamente contempladas no programa multi-setorial PROGREDIRR e nos programas sócio-regionais Terras Indígenas e Baixo Rio Branco.

Particularidades de Setores Estratégicos – Turismo & Indústria

A despeito de integrarem o PROGREDIRR, as áreas do Turismo e da Indústria terão tratamento diferenciado, pelas suas características e especificidades.

Roraima & Turismo – Um Gigante Adormecido

No contexto do Turismo, a nova gestão estabeleceu diretrizes estratégicas: O papel fundamental do Estado deve ser o de criar ambiente favorável ao empreendedorismo e aos negócios do Turismo; A gestão estratégica da política pública do Turismo compete ao Estado, abrangendo fundamentalmente estudos e pesquisas, avaliação, regulamentação, infraestrutura, articulação institucional, incentivos fiscais, financiamento e *marketing* dos destinos turísticos; A gestão operacional dos negócios do Turismo deve ser empreendida pelo *Trade Turístico*, ao qual compete organizar coletivamente a promoção e comercialização de produtos turísticos formatados, com ênfase ao *Conventions and Visitors Bureau*; Deve haver integração nos níveis estratégico e operacional entre as entidades governamentais e privadas do Turismo, orientada essencialmente para a promoção dos negócios, o fomento à atração de turistas, a geração de empregos e renda; O Departamento de Turismo deve atuar como unidade descentralizada, com autonomia gerencial e recursos suficientes ao desenvolvimento do Turismo em Roraima; No contexto do turismo de massa, devem ser priorizados pólos emissores mais próximos, especialmente o de Manaus, mediante o fomento à formatação de produtos turísticos específicos às demandas de públicos-alvo de interesse; No contexto dos nichos de turismo, voltados a públicos específicos, com interesses bem definidos, os diferenciais ecológicos competitivos de Roraima devem ser maximizados; Absoluta ênfase deve ser conferida a investimentos em infraestrutura capazes de fomentar segmentos específicos do Turismo, pressupondo a formulação de parcerias público-privadas ou a terceirização a instituições, no que concerne à gestão dos empreendimentos.

As três últimas diretrizes estratégicas merecem explicação mais detalhada, pelos resultados práticos que poderão oferecer quando materializadas em ações, inclusive de curto prazo, dentro do horizonte do PPA 2016-2019:

Quanto aos produtos turísticos de massa específicos para o pólo emissor de Manaus, deve-se considerar que os seus dois milhões de habitantes dispõem de ofertas turísticas limitadas de baixo custo; que a capital, Boa Vista, pode ser acessada por estrada pavimentada em cerca de 8 horas ou por avião em 1 hora, contando com

tarifas promocionais nos finais de semana; que Roraima dispõe de paisagens diferenciadas constituídas por savanas e montanhas, com atrativos tais como clubes de lazer nos lavrados e uma variedade de opções no Tepequém e na rota da Serra Grande; que Roraima tem fronteiras facilmente acessíveis com a Venezuela (214 km) e Guiana (126 km), asfaltadas, onde o turismo de compras, o acesso a outras culturas, línguas, gastronomia e paisagens perfazem os atrativos; que Roraima é passagem obrigatória para o turismo rodoviário para a Venezuela, devendo potencializar oportunidades de “retenção” desses turistas, com atrativos diversos. Pelo exposto, é praticamente imperativo que sejam estruturados produtos turísticos para os manauaras de classe média baixa, tais como: pacote de final de semana para Boa Vista e fronteiras, roteiro da Serra Grande, roteiro do Tepequém, roteiro das savanas.

Quanto aos nichos de turismo, o destino Monte Roraima precisa ser cada vez mais trabalhado, com produtos de maior valor agregado, incluindo o turismo místico e o motivacional empresarial; o destino Uiramutã, a partir de iniciativas das comunidades indígenas, deve ser contemplado, também com produtos para públicos mais selecionados, composto por amantes da cultura indígena e da natureza envolvente; o destino Caracaranã pode ser estruturado com hotel-escola indígena e infraestrutura de lazer e entretenimento para um público mais diversificado; os destinos Sítio Arqueológico da Pedra Pintada e dos Campos de Maruai devem ser explorados sustentavelmente pelas comunidades indígenas de São Marcos, com apoio governamental na infraestrutura de estradas, pontes e equipamentos, além da capacitação técnica, em gestão e em marketing, constituição de cooperativas e oferta de linhas de financiamento; os destinos do Baixo Rio Branco devem contemplar o convívio com as comunidades ribeirinhas, costumes, folclore e gastronomia, além do turismo de contemplação e a pesca esportiva, antecipando toda uma estratégia de concepção e implantação de projetos turísticos para essa região absolutamente diferenciada; nichos como o Turismo de Aventura e o Turismo de Observação de Aves, já indissociavelmente vinculados a Roraima, devem ser definitivamente profissionalizados, com a qualificação de empresas e técnicos.

Relativamente à infraestrutura: é prioritária a sinalização turística e a implantação de equipamentos turísticos, como o Marco da Linha do Equador, restaurantes e mirantes da BR 174, estrada símbolo da biodiversidade, partindo da hileia amazônica, avançando sobre florestas de transição já nas planícies de Roraima e daí para os lavrados, com suaves acréscimos de altitude e sutis mudanças na

paisagem dos campos aqui e ali interrompidos por igarapés sinuosos e suas franjas de buritis até alcançar as montanhas no horizonte, enquanto à frente o paredão fronteiro se aproxima, mudando completamente o relevo, a paisagem, o clima e a vegetação nos últimos quilômetros; também são essenciais as estradas turísticas do Tepequém e do Uiramutã, com as respectivas sinalizações e equipamentos, inclusive mirantes; o Centro de Convenções de Boa Vista, cuja concepção deverá considerar funcionalidade, economicidade, espaços amplos para feiras e exposições, auditórios e salas com dimensões flexíveis para eventos, será uma conquista fundamental para viabilizar o nicho bastante promissor do Turismo de Eventos – empresariais (de negócios), profissionais, acadêmicos (científicos e tecnológicos), culturais, políticos, esportivos, etc, em consonância com a estratégia de consolidação de região geoeconômica.

O documento preliminar da Política de Desenvolvimento Turístico de Roraima – PDT - RR assevera que: “Os destinos turísticos são competitivos quando tem uma alta ATRATIVIDADE (oferecem um alto valor percebido), empregam com alta PRODUTIVIDADE seus recursos turísticos, financeiros, humanos e dispõem de uma eficaz GESTÃO, desenvolvendo um MARKETING efetivo, bem como implantação de INFRAESTRUTURA turística adequada.” A estratégia de regionalização proposta pelo PDT – RR Roraima em grandes áreas de intervenção turística, mediante critérios ecológicos e geográficos: 1.O Extremo Norte do Brasil; 2.Roraima, a Savana Amazônica; 3.Águas e Florestas da Linha do Equador.

Indústria e Roraima 2040

A Indústria deverá ser contemplada por uma política de desenvolvimento de longo prazo, concebida por um conjunto de atores capitaneados pela SEPLAN e pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC, com a ativa participação da Federação das Indústrias de Roraima – FIER, Confederação Nacional da Indústria – CNI e do SEBRAE. Esse exercício de planejamento estratégico participativo orientado para “Roraima 2040” constituirá uma antevisão das oportunidades que se abrirão particularmente para a Indústria em virtude de tendências já consolidadas.

Tendências de futuro cristalizadas tais como a priorização das energias renováveis de baixíssimo impacto ambiental como as fontes solar e eólica nos projetos de investimento governamentais e privados; a execução de obras de infraestrutura de transporte que minimizem danos aos ecossistemas; o acelerado desenvolvimento da

biotecnologia, moldando novos rumos para o setor industrial; a crescente utilização de resíduos da produção em todos os setores, gerando novas oportunidades de negócios e reduzindo as fontes de poluição industrial; a consolidação das políticas, tecnologias e modelos de gestão de manejo sustentável dos recursos naturais, notadamente os florestais; a inexorável integração de países e mercados em regiões geoeconômicas, tendo como fatores impulsionadores a busca da eficiência produtiva e dos ganhos de escala de produção, da maximização ao acesso a insumos com preços acessíveis, do compartilhamento da logística de suprimento e escoamento, do intercâmbio de tecnologias, da estruturação de *joint ventures* funcionando como empresas-âncora de *clusters*, dentre outras tendências.

O documento preliminar da Política de Desenvolvimento Industrial de Roraima – PDI RR declara: “No caso do sistema federado brasileiro, notadamente em face da liderança da União na arrecadação tributária, políticas estaduais de desenvolvimento econômico precisam necessariamente conectar-se com as estratégias do governo federal. (...) A estratégia nacional que mais interessa são as diretrizes estabelecidas para a política industrial brasileira, anunciada pela presidenta Dilma Rousseff, em agosto de 2011, sob o nome Plano Brasil Maior. Adotando o slogan “Inovar para competir. Competir para crescer”, essa política apresenta dois focos de centralidade. O primeiro foco estimula a inovação e a produção nacional, com o intuito de incrementar a competitividade da indústria nos mercados interno e externo. O segundo foco integra e alinha os vários ministérios e órgãos do governo com as necessidades da política industrial, além de mobilizar as forças produtivas para inovar, competir e crescer. Em especial, o plano busca aproveitar competências presentes nas empresas, na academia e na sociedade.”

O texto-base da PDI-RR assume como diretriz: “Nossa Política Industrial será uma política de inovação e de promoção do comércio exterior, articulada com a política do governo federal. Não será, portanto, uma política autárquica e centrada apenas nas oscilações da produção e da renda no curto prazo. Como política pública de desenvolvimento econômico, nosso olhar se fixa em uma perspectiva sistêmica e de longo prazo, de construção de um modelo de desenvolvimento industrial, de confiança no futuro de Roraima. Para tanto, retomamos a noção de planejamento de longo prazo da economia roraimense e adotamos o conceito-chave de Sistema de Desenvolvimento Econômico.”

O documento da PDI-RR afirma: “No intuito de se construir uma Política de Desenvolvimento Industrial a longo prazo, se faz necessário o exercício de prospecção objetivando a construção de um cenário macroeconômico com alcance de uma geração, ou seja, pensar Roraima autossustentável daqui a 25 anos - RORAIMA 2040”.

Economia de Bioprodutos de Base Tecnológica – BIOTEC

Finalizando a apresentação dos programas estruturantes, deve-se enfatizar que o programa setorial efetivamente diferenciado é o da Economia de Bioprodutos de Base Tecnológica – BIOTEC, decorrente das imensas potencialidades da biodiversidade de Roraima em propiciar sustentavelmente, mediante extrativismo e cultivo / criação, as matérias primas para a produção de base tecnológica de alimentos, fármacos, perfumes, cosméticos, etc. A riqueza da fauna e da flora locais, resultante dos muitos ecossistemas, constitui a vantagem competitiva de Roraima diante dos demais estados da Amazônia. Aqui se encontram as florestas densas com as de transição e a seguir as savanas, tanto em regiões montanhosas como de planície. Aqui coexistem climas diversos em termos de temperatura e umidade.

Dos pântanos quase permanentes nas campinaranas, passando por lavrados pontilhados de lagos e igarapés até lavrados praticamente semiáridos nos verões, a paisagem sempre muda e assim multiplicam-se as oportunidades para a ciência, tecnologia e empreendedorismo. A ousadia do Programa BIOTEC requer materialização sob a forma de projetos no curto prazo, para que essa abordagem não convencional de modelo de desenvolvimento para Roraima (e típica do século XXI) possa prosperar e ganhar espaço no universo das políticas públicas.

O Projeto Caçari de Roraima constitui uma primeira experiência nessa direção. Conforme o Dr. Edvan Chagas, da EMBRAPA – RR, “o Caçari, hoje conhecido pelo título de “Rei da Vitamina C”, é a fruta com maior teor de vitamina C já conhecida no mundo. Além dessa importante propriedade do fruto, o Caçari também possui concentrações de outros compostos funcionais como flavonoides, carotenoides, antocianinas, entre outros compostos fenólicos. Os flavonoides têm propriedades antimutagênicas e, por isso, podem atuar na prevenção do câncer. Os antioxidantes atenuam a ação dos radicais livres e contribuem para evitar doenças crônicas. Assim, ultimamente os compostos fenólicos têm ganhado grande atenção, devido à sua capacidade antioxidante, ou seja, sua capacidade de eliminação de radicais livres, o

que indica potenciais implicações benéficas na saúde humana. Outra grande vantagem do Caçari é o seu elevado teor de potássio, o que sugere a sua indicação para hipertensos, uma vez que proporciona melhor equilíbrio de sais no organismo, principalmente em relação ao cloreto de sódio.”

Internacionalmente conhecido como *Camu-Camu*, dada a proeminência do Peru nas exportações de polpa para os EUA, onde é liofilizado e vendido encapsulado, e para o Japão, onde é consumido em sucos, sorvetes e geléias, as variedades existentes em Roraima são as mais ricas em ácido ascórbico (vitamina C), razão pela qual se justifica uma marca específica: Caçari de Roraima. Impressiona a produção científica e tecnológica alcançada no Estado, em virtude dos estudos da EMBRAPA – RR, conforme o documento “Desenvolvimento da Cadeia de Valor do Caçari de Roraima”, que assim se expressa em relação aos avanços alcançados na pesquisa:

“Em Roraima, diversos são os estudos já realizados com o Caçari pela Embrapa Roraima. Dessa forma, nos últimos seis anos foi possível obter diversas informações e tecnologias que permitiram o avanço do conhecimento relacionado com a domesticação e adaptação do Caçari às condições de cultivo no Estado de Roraima. Entre estas, podem-se citar: o estudo mais detalhado da ocorrência e distribuição geográfica do Caçari no Estado de Roraima (Chagas et al., 2012a e Carvalho, 2012); mapeamento da variabilidade agrônômica (Bardales Lozano, 2013; Chagas et al., 2015); obtenção de metodologia de propagação seminífera (Ribeiro et al., 2010a; Ribeiro et al., 2010b; Silva 2012b); obtenção de metodologia de propagação vegetativa (Moraes et al., 2010; Chagas et al., 2012b; Andrade, 2014); obtenção de metodologia de desinfestação e estabelecimento in vitro (Araújo, 2012 e Silva, 2012a); obtenção de metodologia adequada de conservação de sementes (NASCIMENTO et al., 2014); definição de substratos adequados para produção de mudas (CHAGAS et al., 2013; RIBEIRO, 2014); avaliação do desenvolvimento inicial de clones superiores de Caçari nas condições de cerrado, floresta de transição e floresta (Almeida et al., 2012 e 2014); caracterização física, química, nutricional, funcional (SILVA, 2013) e; obtenção de produtos a base de Caçari (Grigio, 2015). Dessa forma, inúmeras tecnologias já estão disponíveis e podem ser utilizadas pela comunidade em geral.”

Em síntese, o Caçari já é cultivável, tecnologias de adubação foram desenvolvidas e é hora de fomentar a produção extrativista e agrícola e o beneficiamento, mediante a aquisição da polpa para atender à merenda escolar. Na sequência, deverão ser apoiados os empreendedores na verticalização da produção

industrial – sucos e sorvetes – até chegar ao encapsulado contendo o pó do Caçari, uma autêntica pílula de vitamina C, com grandes perspectivas nos mercados nacional e internacional.

Trata-se de um projeto demonstrativo das possibilidades do Programa BIOTEC, do qual também fazem parte os projetos de produção de etanol de batata doce e da produção de energia a partir da biomassa.

Desenvolvimento Sem Crescimento – Uma Perspectiva para Comunidades Não Integradas

Até agora, toda a abordagem desenvolvimentista contida nessa contextualização centrou-se no esforço e trabalho humanos orientados para o crescimento econômico com base nas vocações competitivas de Roraima. Porém, é factível pressupor que o desenvolvimento também possa ocorrer sem crescimento?

Segundo Tim Jackson, autor de *Prosperity without Growth – Economics for a Finite Planet*, é possível. Para Jackson “os dias de gastar dinheiro que não temos em coisas das quais não precisamos para impressionar as pessoas com as quais não nos importamos chegaram ao fim”. Jackson afirma que o mais importante é procurar viver bem, e não viver com mais e “viver bem está ligado à nutrição, a moradias decentes, ao acesso a serviços de boa qualidade, a comunidades estáveis, a empregos satisfatórios. A prosperidade, em qualquer sentido da palavra, transcende as preocupações materiais. Ela reside em nosso amor por nossas famílias, ao apoio de nossos amigos e à força de nossas comunidades, à nossa capacidade de participar totalmente na vida da sociedade, em uma sensação de sentido e razão para nossas vidas”.

Outro defensor da idéia é Peter Victor, autor de *Managing Without Growth*. Ao estudar o modelo de desenvolvimento para o Canadá no decorrer dos últimos 30 anos, Victor assegura que é possível prosperar sem crescer. De que forma? Criando um modelo econômico que seja capaz de equilibrar a capacidade produtiva da economia com o nível de gastos para que haja pleno emprego, sem necessariamente manter a economia expandindo ao longo do tempo. O que o modelo faz é empregar os benefícios de um aumento de produtividade na forma de mais lazer – vida melhor. Nas palavras de Victor: “Assim, podemos nos tornar mais produtivos sem ter de produzir mais, apenas trabalhar menos. Desde que haja distribuição, é possível ter muito menos desigualdade, sem crescimento”.

Um modelo dessa natureza poderia ser aplicável em terras indígenas nas quais suas lideranças e as próprias comunidades são refratárias ao *modus operandi* capitalista e ao consumismo. Trata-se de um debate e um modelo passível de construção, segundo as especificidades culturais locais.

Crescimento Econômico é Indispensável para Ampliar e Melhorar Serviços Públicos

Entretanto, a convicção do “Governo do Povo” é de que, em linhas gerais, o crescimento econômico é indispensável à própria manutenção dos serviços públicos, posto que a capacidade de geração de empregos pelos governos em suas diversas esferas está exaurida e, sobretudo, a ampliação quantitativa e a melhoria da qualidade desses serviços depende de respostas urgentes e eficazes, que conduzam o Estado a um “ponto de inflexão”, rumo à prosperidade econômica, enquanto ainda é possível custear a máquina administrativa e investir recursos preciosos em políticas de desenvolvimento e de assistência social.

Um dos resultados do crescimento econômico desejado será a geração de mais impostos conferindo, portanto, maior capacidade de atendimento pelo Estado às demandas sociais. Outro resultado do crescimento econômico será a geração de empregos no setor privado, reduzindo substancialmente as pressões por empregos no Governo.

Pela Melhoria Radical da Gestão dos Serviços Públicos

Como o desenvolvimento representa mais do que a dimensão econômica, a presente contextualização detém-se a seguir no desenvolvimento social propriamente dito. Não considera, em princípio, os resultados do crescimento econômico, posto que o retorno dos investimentos no setor produtivo poderá demandar alguns anos. Trata-se, portanto, de estabelecer a visão de governo para o desenvolvimento social nos próximos quatro anos, considerando-se fundamentalmente os resultados a serem obtidos com a melhoria radical no âmbito da gestão dos serviços públicos.

Um Estado Menor & Melhor Guiado por Indicadores

Trabalha-se por um estado menor, mais enxuto, com estrutura organizacional menor e mais eficiente, com menos funcionários comissionados em todos os níveis, reduzindo-se tanto quanto possível gratificações, bônus, *jetons* e outras remunerações

acessórias, tudo isso associado ao combate sistemático à corrupção e ao desperdício generalizado, assim como comprometido com a gestão pública orientada para resultados, com base em diretrizes e metas. Reduzindo o custeio, surgirão recursos para investimento; deixando de olhar para “o próprio umbigo”, para suas próprias demandas internas, o Estado terá mais recursos para aplicar em prol da sociedade, melhorando a prestação de serviços na Saúde, Educação, Assistência Social e Segurança Pública.

A abordagem do desenvolvimento social se fará de forma objetiva, baseada em indicadores demonstrativos de evolução nas últimas décadas, comparativamente às demais unidades da federação. A partir desses diagnósticos, a prospecção de futuro será orientada para o atingimento de determinadas metas, em conformidade com um novo modelo de gestão, contratualizado e sob os princípios da administração pública gerencial.

Índice de Desenvolvimento Humano – Educação, Longevidade & Renda

O Índice de Longevidade evoluiu de 0,628 em 1991, para 0,717 em 2000 e 0,809 em 2010. O Índice de Educação evoluiu de 0,240 em 1991, para 0,457 em 2000 e 0,628 em 2010. O Índice de Renda evoluiu de 0,643 em 1991, para 0,652 em 2000 e 0,695 em 2010. Na prática, entre 1991 e 2010, enquanto o Índice de Renda subiu 8%, o Índice de Longevidade subiu 29% e o Índice de Educação cresceu exponencialmente em 162%.

Hoje, Roraima ocupa a 13^a posição no ranking geral do IDH-M, tendo perdido uma posição em relação aos rankings de 2000 e 1991. Presumindo que no IDHM Longevidade, Roraima alcance em 2019 (limite do PPA) um crescimento mais discreto (2/3 do observado na década anterior), experimentaria no período de quase uma década crescimento de cerca de 8%, desafiador diante das dificuldades estruturais enfrentadas pelo Estado e pela economia nessa primeira metade da década 2010-2020. Ainda assim, considerando a revolução na gestão, que possibilitará “fazer muito mais com menos”, a meta desafiadora é alcançar até 2019 um IDH-M Longevidade de 0,888, superior à do Distrito Federal em 2010.

Relativamente ao IDH-M Educação, a expectativa é de que até 2019, experimente um crescimento de, ao menos 10%, o que representa meta de 0,691, correspondente ao índice de Santa Catarina em 2010.

IDEB & Índice de Nível Superior

O IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica apresenta os seguintes resultados para Roraima: Anos Iniciais do Ensino Fundamental (4ª série / 5º ano) – Em 2007 – 4,1 em 2009 – 4,3 em 2011 – 4,7 e em 2013 – 5,0. Anos Finais do Ensino Fundamental (8ª série / 9º ano) – Em 2007 – 3,4 em 2009 – 3,7 em 2011 – 3,7 e em 2013 – 3,7. Ensino Médio (3º ano) – Em 2007 – 4,1 em 2009 – 4,3 em 2011 – 4,7 e em 2013 – 5,0. Deve-se ressaltar que somente em relação aos “Anos Iniciais do Ensino Fundamental” Roraima atingiu a meta estabelecida para 2013.

As metas do IDEB Roraima para 2019 são: Anos Iniciais do Ensino Fundamental – 5,5 Anos Finais do Ensino Fundamental – 5,0 Ensino Médio – 4,8

Um índice associado é o percentual de pessoas com nível superior, de 6,72% em Roraima em 2010 (14º colocado), abaixo da média nacional de 8,31% e bastante inferior ao primeiro colocado, o Distrito Federal, cujo percentual era de 17,49%.

O Caráter Virtuoso da Relação Professor-Aluno

A experiência acumulada em todo o mundo demonstra que a relação professor-aluno é determinante para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem. Como explicar, por exemplo, que campeões de olimpíadas brasileiras de matemática sejam continuamente procedentes de duas escolas estaduais de Cocal dos Alves, no interior do Piauí, a não ser pela dedicação ímpar de um competente professor de matemática ao ensino de álgebra e geometria?

“Esforço honesto e trabalho com persistência”, diz o professor de matemática Antônio Cardoso do Amaral. O trabalho tem dado resultado: nos últimos seis anos, estudantes de Cocal dos Alves conquistaram 120 premiações em Olimpíadas de Matemática.

O que o Estado pode fazer para fomentar a relação professor-aluno? Políticas públicas de valorização profissional, requalificação, desenvolvimento de habilidades e competências, sensibilização e mobilização de pais e estudantes, melhoria de infraestrutura, metodologias contemporâneas, enfim todo um conjunto de abordagens deverá ser considerado.

Pois bem, educar é, antes de tudo, um exercício de ética, um sacerdócio. Ensinar é vocação, é entrega a uma causa. Quão distante está a realidade cotidiana dessa possibilidade? Possibilidade que se materializa na escolinha do Piauí e, certamente, em muitas outras escolas pelo país afora, inclusive em Roraima. Quem,



dentre os mais velhos, não se lembra do saudoso professor de matemática Carlo Casadio, um ícone do zelo e comprometimento com a educação?

Nesse contexto, palestras estruturadas com o propósito de fomentar uma nova mentalidade de compromisso integral com o desenvolvimento pleno dos talentos dos jovens estudantes, capaz de se espalhar o máximo possível entre nossos educadores, constitui idealismo ousado, porém exequível.

Esse idealismo possível guarda relação direta com o respeito que lhes deve ser devotado em primeiro lugar pelos próprios alunos e, inquestionavelmente, pelo próprio sistema de ensino, aí incluídos funcionários administrativos, diretores e gestores superiores, os pais e a comunidade.

Compromisso com a Educação é um papel de todos, uma responsabilidade do Estado, ao qual compete resgatar o caráter formador de cidadãos plenos de valores. Trata-se de objetivo que transcende um quadriênio, seja pela necessidade de sua permanência ao longo do tempo, seja pela natural demanda por tempo suficiente para forjar, não apenas em professores e alunos, porém em toda a comunidade, o sentimento e convicção de que tudo ajuda, porém somente a relação professor-aluno soluciona a equação do aprender a conhecer, aprender a ser, aprender a conviver, aprender a ser útil à sociedade, em direção ao mundo do trabalho.

Que venham a tecnologia, as novas metodologias, boas edificações e ambientes climatizados, entretanto sempre acompanhados do essencial: o professor que partilha, dialoga, aprende, cultiva o gosto pelo conhecer, experimentar e inovar, fazendo germinar a curiosidade e abrir as portas do conhecimento.

Uma nova abordagem da comunidade escolar

A escola, muito mais do que um espaço físico, deve ser um ambiente de conhecimento, curiosidade, inventividade, intuição, arte, cultura, contemplação, lazer, entretenimento, convívio, debate, consciência crítica, prática política, enfim uma reprodução do macrocosmo humano adequada à missão de educar jovens em várias dimensões do desenvolvimento do ser. Deve ser, além de espaço de ensino, um fértil ambiente de iniciação à pesquisa científica e de trabalhos de extensão, de integração ao bairro e à cidade.

Dela devem participar, igualmente, não apenas professores, alunos, gestores e funcionários administrativos; os pais, os gestores superiores e os atores sociais, particularmente profissionais e empreendedores do entorno escolar, integrantes da

comunidade de onde procedem os alunos, igualmente devem estar presentes, naturalmente em condições, atribuições e frequências diferenciadas.

As políticas públicas devem mobilizar todos esses atores para participarem cada vez mais intensamente do cotidiano escolar, vitalizando-a, gerando um ambiente de melhoria contínua, avaliação cruzada, controle social e diálogo construtivo. Em especial, se os pais compreenderem, de fato, o caráter estratégico da educação para o futuro de seus filhos, perceberão que, muito mais importante que a colação de grau e o diploma, é o aprendizado efetivo, é o desenvolvimento do raciocínio, da criatividade, da iniciativa, da capacidade de resolver problemas, do conhecimento útil e prático para embasar a formação profissional e a vida em sociedade.

Cabe ao Estado elaborar e implantar estratégias que alcancem os pais, que os façam compreender a necessidade imperiosa de se dedicarem cotidianamente à educação de seus filhos, acompanhando-os, tanto quanto possível, nas tarefas, nos trabalhos em grupo, nas pesquisas, demonstrando genuíno interesse e preocupação, advertindo-os, estabelecendo responsabilidades e cobrando resultados.

A experiência da Coreia do Sul é ilustrativa dessa dinâmica: Há 60 anos, Brasil e Coreia do Sul encontravam-se em situação similar em diversos indicadores de desenvolvimento econômico e social; entretanto, o Governo da Coreia concebeu e colocou em prática um plano educacional de longo prazo que proporcionou gradualmente ao país o aproveitamento do potencial intelectual, esportivo, artístico, científico e empreendedor de gerações de jovens, até elevar a nação ao seleto clube das nações desenvolvidas do planeta, sendo reconhecida atualmente como potência em áreas na fabricação de automóveis, celulares e televisores, dentre outros destaques.

Um dos aspectos mais fascinantes dessa revolução educacional coreana é a ênfase atribuída à relação entre pais e filhos estudantes, estimulados sistematicamente a estudar em prol de uma carreira profissional bem sucedida no futuro. Por que, então, considerando o processo de cooperação em curso entre governos e empresários de Roraima e da Coreia, não deve o Estado trazer essas boas práticas do país asiático, transmitindo a toda a comunidade escolar essa determinação em vencer desafios? Trata-se de objetivo relativamente simples.

Os asiáticos de um modo geral, não apenas coreanos, como também japoneses e chineses, além de outras nacionalidades, são reconhecidos pelos resultados em testes internacionais de ciências e matemática. O que os distingue não é uma

inteligência superior. A diferença reside em atributos culturais, como disciplina, persistência e responsabilidade.

Por um Modelo de Administração Pública Gerencial na Educação de Roraima

Conceitos contemporâneos de gestão são aplicáveis a todas as áreas do conhecimento humano, porque propiciam utilizar adequadamente processos cíclicos de planejamento, execução, avaliação e atuação corretiva, conduzindo a melhorias verificáveis, sistêmicas e contínuas da qualidade dos serviços oferecidos.

O gerenciamento pelas diretrizes, um dos sistemas de gestão mais bem sucedidos no universo organizacional brasileiro, objeto de interesse do Governo de Roraima, preconiza o desdobramento das diretrizes anuais em metas e ações, a serem executadas nos diversos níveis hierárquicos, utilizando a força intelectual dos colaboradores no estabelecimento de metas de sobrevivência da organização.

Assegura ainda a coerência entre os indicadores utilizados na avaliação da implementação das estratégias e aqueles utilizados na avaliação do desempenho dos processos.

Nesse contexto, propõe-se que seja realizado, se possível no primeiro ano do novo PPA, planejamento participativo de longo prazo, integrando todo o sistema educacional, o qual contemplará a conceituação das diretrizes estratégicas (missão, visão e valores), diagnóstico dos problemas enfrentados, análise ambiental, identificação de tendências e cenários e delineamento do cenário provável.

O cotejamento entre a situação atual (do diagnóstico) e a situação desejada (do cenário provável) propiciará ao Sistema Estadual de Ensino a definição dos objetivos e respectivas metas a serem atingidas no longo, médio e curto prazos, assim como dos caminhos (estratégias) para alcançar esses resultados qualitativos e quantitativos.

Os indicadores comporão o “painel de instrumentos” que possibilitará ao Governo do Povo o monitoramento sistemático dos resultados, mensurando discrepâncias entre resultados previstos e alcançados. Programas e projetos serão então formulados, mediante a sistematização, desenvolvimento e desdobramento de objetivos, metas e correspondentes estratégias, chegando às ações e à definição de executores, orçamentos e cronogramas.

Conforme o aforismo da administração – a estratégia precede a estrutura – a estrutura organizacional deverá então ser adequada para prover as condições ideais à

consecução dos propósitos superiores. Na sequência, nos diversos níveis do sistema de ensino serão firmados contratos de gestão, com prazos e metas específicas, até o nível das direções de escolas.

Índices estratégicos de grande envergadura como o IDEB e o IDH – Educação, serão meticulosamente acompanhados pelo Governo do Povo, expressando as metas mais relevantes a serem conquistadas, no desiderato de elevar a qualidade da Educação e de preparar jovens para os desafios do mundo do trabalho e em sociedade.

Os desafios da Saúde

Associando os investimentos em infraestrutura de saneamento básico ao esforço governamental de melhoria das condições de saúde da população roraimense, o Governo do Estado pretende investir cada vez mais em ações preventivas de saúde.

O modelo de gestão da saúde reflete essa iniciativa quando segue os princípios da universalidade, da acessibilidade do vínculo, da continuidade do cuidado, de integralidade da atenção, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social. Nesse contexto, a Atenção Básica, ou atenção primária, é a principal porta de entrada e atua preventivamente tendo elo de comunicação com Redes de Atenção à Saúde (RAS) de média e alta complexidade. Busca-se atualmente o desenvolvimento do papel do Estado como cuidador e ordenador das Redes de Atenção a Saúde, que, de forma sistemática, objetiva fornecer apoio técnico, logístico e de gestão.

Entre os desafios atuais, está o de administrar a insuficiência no quadro funcional. Com o intuito de minimizar essa problemática, e ampliar os serviços, serão realizados estudos, tendo em vista o impacto financeiro para convocação responsável de candidatos aprovados em concurso público, bem como estudo para realização de novo concurso para onde houver vazios assistenciais.

A gestão da saúde também se dará na ampliação de novos serviços oportunizando diminuir o Tratamento Fora de Domicílio – TFD; o objetivo é cuidar das pessoas em Roraima e minimizar a necessidade de se deslocar para outros Estados. Para melhorar e valorizar os serviços oferecidos, a prioridade será a qualificação, garantia de direitos como progressões atrasadas, além da contratação de novos servidores que em contrapartida se refletirão na melhoria do atendimento de forma digna e humanizada.

Em Roraima, cerca de 90% da população do Estado é usuária dependente do Sistema Único de Saúde (SUS). Os serviços públicos de assistência de média e alta complexidade estão organizados no Hospital Geral de Roraima (HGR) e seus complexos de Pronto Atendimento. Para os próximos anos, o desafio é garantir a ampliação da matriz infraestrutural. Para tanto, está prevista a ampliação do Hospital Geral de Roraima com novo anexo que conterà 120 leitos de internação, 40 leitos de UTI e 10 salas cirúrgicas. No primeiro semestre do ano de 2016 está prevista a inauguração do Hospital de Clínicas de Roraima (HC), atualmente, com mais de 90% de sua obra concluída. Sua localização estratégica na zona oeste de Boa Vista, com pronto atendimento clínico especializado, laboratórios, consultórios de triagem, salas de raio-x, ultrassonografia e sala de gesso, diminuirá a demanda do HGR.

Merecem destaque, ainda, as diretrizes para a organização da rede de apoio ao diagnóstico laboratorial e a assistência farmacêutica com a promoção do acesso a medicamentos.

A gestão em saúde é retratada pela institucionalização de planejamento, monitoramento e avaliação das políticas e ações. Com a aplicação desses conceitos basilares, os processos de gestão de qualidade e o uso eficiente dos recursos públicos, permitirão o acompanhamento sistemático das políticas e dos processos de trabalho, assegurando as práticas efetivas para o fortalecimento do SUS.

O processo de planejamento no âmbito da Gestão Estadual do SUS será desenvolvido de forma articulada, integrada e solidária entre as três esferas de gestão. Como parte integrante do ciclo de gestão, o sistema de planejamento busca induzir o processo de monitoramento e avaliação e promove a participação social e a integração intra e intersetorial, considerando os determinantes e condicionantes da saúde.

No cumprimento da responsabilidade de coordenar o processo de planejamento no nível estadual para os próximos anos é considerado a regionalização e suas diversidades existentes, de modo a contribuir para a consolidação das Redes de Atenção a Saúde e a melhoria do acesso, contribuindo com a resolubilidade e melhora da qualidade, tanto da gestão, quanto das ações e serviços prestados à população roraimense. Assim, se oportuniza formular metodologias e ferramentas para estimular a governança, por meio da implementação de estratégias de cooperação entre o Estado e Municípios. O exercício da governança implica no enfrentamento de questões políticas, técnicas e estruturais, capazes de dar sustentabilidade financeira, atenção com assistência regulada e humanizada, com padrões de qualidade e provisão de

serviços unindo esforços nas três esferas de gestão tanto da União, com do Estado e também dos Municípios. Dessa forma, a gestão da saúde em Roraima demonstra o compromisso do Governo com o Estado para viabilizar soluções por meio de ações concretas no sentido de resolver problemas tendo como meta fazer um trabalho cada vez melhor para o povo.

Trabalho e Bem Estar Social

O compromisso com as famílias e indivíduos vulneráveis, econômica e socialmente, é permanente. Os governos devem estar atentos para desencadear ações de fortalecimento da Política da Assistência Social, que por sua vez, deve estar em conformidade com as normativas, Lei Orgânica da Assistência Social e a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social e demais políticas intersetoriais, como forma de garantia da proteção social, vigilância social e defesa social e institucional.

A gestão do Sistema Estadual de Assistência Social é estruturada em programas, projetos, serviços, benefícios e ações que buscam o aprimoramento e o cumprimento dos requisitos e responsabilidades de gestão e tem como finalidade o fortalecimento da função protetiva da família em situação de vulnerabilidade social e econômica, de forma integrada a diversas políticas públicas, como Assistência Social, Trabalho e Renda, Esporte, Habitação, Infância e Juventude, Melhor Idade, Atenção Especial à Mulher.

As iniciativas governamentais destinadas ao apoio do autoemprego e à criação do “próprio negócio” são fundamentais. Nesse grupo destacam-se a estruturação dos Centros de Geração de Emprego e Renda (CPC; CPS e ASS) e a reforma e reativação dos Clubes de Mães, ampliando o atendimento de famílias carentes e com dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

O reordenamento e o monitoramento do Programa Estadual de Transferência Condicionada de Renda são centrais. O novo “Crédito do Povo” é uma forma de ampliara distribuição de rendas.

O Governo do Estado mesmo reconhecendo a importância e a prioridade do emprego na superação da questão da pobreza, não poderia se furtar da implementação de iniciativas voltadas para a assistência às populações em situação de risco social. Por intermédio dos programas e das ações voltadas para o

desenvolvimento social, o Estado reafirma o seu compromisso com a garantia da melhoria da qualidade de vida da população.

Dentre o conjunto de iniciativas da assistência social no Estado, merecem destaques as ações, os serviços e as garantias de direitos sociais, dentre esses, recebe atenção especial, a rede de atendimento dos VIVA'S (Melhor Idade, Comunidade e Criança), com uma proposta de reformulação necessária de sua normatização para que sejam autossustentáveis.

A realização do direito ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis, é o que se pode definir como política de Segurança Alimentar e Nutricional.

Uma das iniciativas fundamentais, nesse quesito, é a consolidação do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, que será efetivada com ações de fortalecimento dos Conselhos e da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional.

A implantação e a implementação de Política Estadual de Habitação em todos os municípios do Estado, com ações voltadas para o enfrentamento do déficit habitacional direcionadas prioritariamente às famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica, são questões a serem contempladas pelo Governo Estadual. Uma das metas é a criação e implementação da Coordenação de Habitação Social do Estado em concatenação à consolidação do Sistema Público de Habitação.

O programa estadual Bem Morar segue as orientações do PMCMV na sua implementação com apoio técnico, trabalho técnico social, acompanhamento das famílias beneficiadas, responsabilização na parceria com a UFRR na assinatura dos projetos arquitetônicos e aplicação do senso cidadania.

Segurança Pública, Justiça e Cidadania.

A segurança pública e a defesa social são elementos fundamentais para promover as mudanças necessárias à concretização da cidadania e ao alcance da paz social.

Em Roraima, a decisão de estabelecer uma efetiva integração e coesão da força policial do Estado foi determinante para reafirmar essa compreensão com a instalação do Gabinete de Gestão Integrada (GGI). O GGI é um comitê deliberativo de gerenciamento de crises, e com suas ferramentas de inteligências, o trabalho integrado no combate ao crime e suas organizações se tornou muito mais eficiente.

Por conta de sua localização geográfica e extensão de suas fronteiras, estabeleceu-se como iniciativas prioritárias para Roraima, a realização de ações que visam fortalecer a segurança nas fronteiras, na repressão e enfrentamento ao tráfico de drogas. Entre as ações, uma iniciativa é fundamental, promover o intercâmbio entre os países, a fim de serem traçadas estratégias de atuação conjunta. Adicionalmente a isso, propõe-se para os órgãos de segurança, de maneira mais imediata, aprimorar o patrulhamento nas regiões fronteiriças.

Dentre as prioridades para a atuação da segurança em Roraima, estão: o Serviço de Inteligência, a realização de operações policiais e de fiscalização conjuntas, combate ao tráfico de pessoas e de drogas, descaminho, repatriamento dos veículos roubados no lado brasileiro e realização de curso de Inteligência, com a participação de policiais dos países vizinhos.

Nesse sentido, os projetos em andamento do Enafron (Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras) possibilitarão reforço imediato, com a aquisição de um scanner para monitorar todos os veículos que atravessem as fronteiras secas do lado brasileiro. O investimento em tecnologia é ponto crucial para que os trabalhos avancem nas fronteiras, além da participação de pessoas capacitadas para estabelecer e implementar as ações necessárias.

Outro ponto que merece destaque é a criação e a implantação de delegacias especializadas para apuração e combate aos crimes praticados por organização criminosa, à violência no campo e conflitos agrários, bem como a manutenção e o melhoramento do Programa Ronda no Bairro, com foco na diminuição do tempo de atendimento das ocorrências. Também é uma ação de fortalecimento na atuação da segurança ao cidadão, a manutenção e a operacionalização da polícia de Segurança Digital do Estado, que, por meio do sistema de vídeo monitoramento e rádio comunicação do Sistema CIOPs, aumentará a sensação de segurança.

Outra decisão impactante é a filosofia de polícia comunitária no sistema de segurança estadual, que traz em sua sistematização, a criação de Conselho Estadual de Segurança. Esse Conselho terá a função de analisar, acompanhar e planejar a



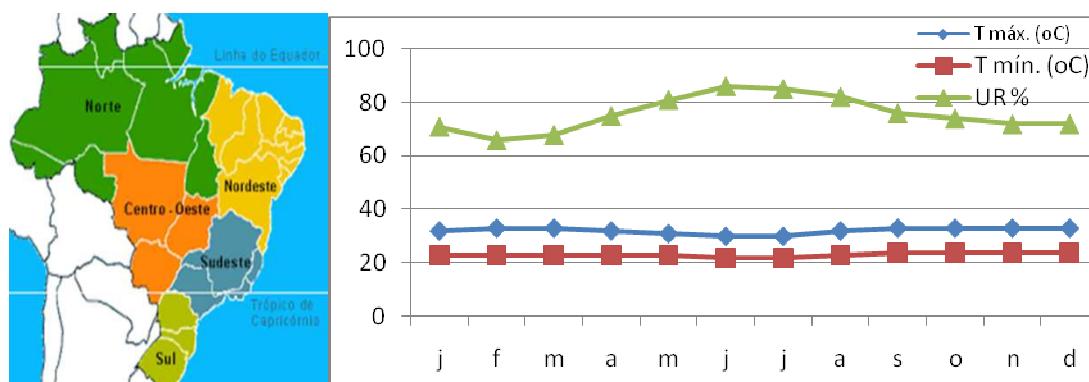
solução de questões comunitárias de segurança, desenvolvendo e envolvendo laços de entendimento e cooperação entre lideranças das comunidades.

Por fim, são orientações a serem seguidas por Roraima, o planejamento e a implantação de ações e operações integradas, permanentes e/ou transitórias, entre todos os órgãos do Sistema de Segurança Pública, Defesa Social, Assistência Jurídica, Justiça e Cidadania do Estado, com ênfase nas áreas de gestão do conhecimento e sistema de inteligência.

3.1. VANTAGENS COMPETITIVAS DE RORAIMA, UM ESTADO COM FORTE VOCAÇÃO AGROPECUÁRIA

Roraima é o “Brasil do Hemisfério Norte”, a nova fronteira agrícola, onde a colheita da soja ocorre na entressafra do restante do país, quando a demanda cresce e os preços da *commodity* estão mais elevados. O plantio ocorre em maio e a colheita em setembro, com chuvas regulares e abundantes no período de abril a agosto, com precipitação pluviométrica média anual de 2.000 mm/ano. Contando com savanas semelhantes aos cerrados do centro-oeste, conhecidas como lavrados, com um relevo plano que favorece a mecanização e solos que requerem, em média 1,5 a 2,0 ton/ha de calcário para correção da acidez, a metade do utilizado no Mato Grosso, Roraima ainda se beneficia da elevada insolação / radiação e ótima faixa de temperatura para o crescimento vegetal, com pequena variação no comprimento do dia (12h), proporcionando maior precocidade das culturas e criações.

RORAIMA – O BRASIL DO HEMISFÉRIO NORTE, COM EXCEPCIONAIS CONDIÇÕES CLIMÁTICAS



Com irrigação, facilitada pela farta disponibilidade de águas superficiais e subterrâneas, há a possibilidade de até três safras anuais, com maior teor de óleo nos grãos (20,7%) e de proteína (40%). Em virtude da logística de escoamento predominante, a soja produzida até hoje é integralmente convencional, o que confere vantagem adicional em mercados onde a soja é usada diretamente para consumo humano ou há maior rigor em relação aos transgênicos. A produtividade dessa soja convencional nos primeiros plantios oscila entre 45 e 60 sacas/ha. Outras culturas também exibem boa produtividade: Arroz - 7.000 a 10.800 kg/ha, Milho - 4.000 a 7.200 kg/ha. O rebanho de gado bovino é de um milhão de cabeças e a produção anual de

tambaqui alcança 20.000 toneladas, estando em Roraima o maior produtor individual desse peixe de água doce do Brasil, com 1.500 ha de lâmina d'água em suas fazendas.

O sistema viário das principais áreas de produção é composto por estradas-tronco (BRs e RRs) pavimentadas (1.600 km) e vicinais em bom estado, sendo compromisso do Governo a garantia de boas estradas, pontes e energia trifásica nas propriedades produtivas. Manaus, com seus 2,0 milhões de habitantes, PIB de US\$ 49,8 bilhões e importações anuais de US\$ 12 bilhões, a Venezuela, com 31 milhões de habitantes, PIB de US\$ 438 bilhões e importações de US\$ 53 bilhões e a Guiana, com 880 mil habitantes, PIB de US\$ 3,1 bilhões e importações de US\$ 1,8 bilhão, constituem os mercados da região geoeconômica, cujo centro é Roraima. Entretanto, os mercados do Caribe, EUA, Europa e Ásia podem ser alcançados muito mais facilmente a partir de Roraima, pois o escoamento da safra é feito em rodovias asfaltadas até o porto de Itacoatiara - AM (1.012 km ao sul) ou até os portos venezuelanos de *Guanta* (1.204 km), *La Guaira* (1.516 km) ou *Puerto Cabello* (1.616 km), que estão a dois dias de navio do Canal do Panamá.

RORAIMA NO CENTRO DE REGIÃO GEOECONÔMICA



RORAIMA & OS MELHORES PORTOS PARA ESCOAMENTO DA SAFRA



Os incentivos à produção são excepcionais, com uma superposição de benefícios fiscais e creditícios da SUFRAMA – Amazônia Ocidental e Áreas de Livre Comércio (ALCs), SUDAM, Banco da Amazônia e Governo de Roraima: Uma ampla pauta de equipamentos e insumos tem isenção de II e IPI, mediante a Portaria 300; nas ALCs de Boa Vista e Bonfim há isenção de IPI, PIS e COFINS para produtos nacionais e de II e IPI para produtos importados, isenção de ICMS para as mercadorias destinadas às áreas de livre comércio, crédito presumido de ICMS correspondente nas operações internas das ALCs e isenção do IPI para as indústrias que se instalarem nessas áreas especiais, desde que utilizem preponderantemente matéria-prima regional (Amazônia Ocidental); empreendimentos podem ser apoiados com redução de 75% do IRPJ; o FNO (Fundo Constitucional do Norte) e o FDA (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia) oferecem linhas de financiamento com juros subsidiados; a Lei 215 concede isenção do ICMS e outros tributos estaduais para máquinas, equipamentos, veículos, insumos agrícolas, materiais de construção e combustíveis adquiridos por produtores cooperativados; lotes no Distrito Industrial são alienados para implantação de empresas em condições extremamente vantajosas.

O estoque de terras agricultáveis disponíveis compreende cerca de 1.750.000 ha de lavrados (cerrados) e 4.400.000 ha de áreas florestais. Deduzindo-se as respectivas reservas legais, áreas de preservação permanente e áreas improdutivas restam estoque líquido de 895.000 ha de lavrados e de 1.600.000 ha de áreas



florestais (conforme Código Florestal). O Estado está executando com responsabilidade o ZEE; trabalhando diuturnamente pela consolidação da transferência das glebas federais; avançando extraordinariamente na sanidade animal e vegetal; agilizando o licenciamento ambiental e resgatando os incentivos fiscais. Nos cerca de 2,5 milhões de hectares que estarão disponíveis para a produção, os preços das terras estarão variando entre R\$ 1.500,00 e R\$ 4.000,00/ha, até trinta vezes inferiores aos preços praticados no centro-sul brasileiro.

As oportunidades na Agroindústria são inúmeras: processamento de grãos para produção de farelo, ração, óleo comestível, biodiesel e etanol. Implantação de frigoríficos para processamento da produção de peixes, bovinos, suínos e aves. Roraima será, em breve, importante plataforma de produção de alimentos para atender a demandas, sobretudo, dos mercados de sua região geoeconômica, Caribe, América Central e Sul dos EUA.

4. O PLANO PLURIANUAL 2016 – 2019

O contexto com o qual se trabalha nesse documento é o da construção participativa do PPA – Planejamento Plurianual e de seus programas socioeconômicos, realizada mediante fóruns de desenvolvimento regionalizados, reconhecendo diversas realidades com suas demandas e especificidades.

Para tanto, foram definidos quatro momentos e respectivas etapas cumpridas ao longo do processo de consulta e elaboração do PPA. O processo só encerra com o encaminhamento do PL à Assembléia Legislativa e posterior sanção da Governadora.

➤ **Primeiro Momento – Informações e entrevistas:**

- Etapa de levantamento de informações primárias, para subsidiar o planejamento
- Etapa de entrevistas com representantes de diversos segmentos produtivos e gestores de órgãos federais, estaduais e municipais.

➤ **Segundo Momento – Elaboração de minuta:**

- Etapa intragovernamental (**elaboração de minuta**)
(análise e adequação da minuta proposta - somada às informações e documentos setoriais)

➤ **Terceiro Momento – Consulta à sociedade organizada:**

- Etapa de realização dos Fóruns municipais (**Planejando com o Povo**) com os temas do PROGREDIRR
- Etapa de realização do Planejando com o Povo (Fórum Estadual de Desenvolvimento Sustentável)

➤ **Quarto Momento - Programático:**

- Etapa de elaboração de programas do PPA
- Encaminhamento a Assembléia Legislativa de Roraima e Sanção da Governadora

No primeiro momento, precedendo os fóruns, ocorreram amplas rodadas de debates, integrando empreendedores dos segmentos da agricultura, pecuária, piscicultura, comércio atacadista, comércio varejista, indústria, serviços e turismo, gerando diagnóstico das condições necessárias à criação de ambiente favorável à produção, empreendedorismo e negócios: Zoneamento Ecológico-Econômico, Regularização Fundiária, Licenciamento Ambiental, Defesa Sanitária, Incentivos

Fiscais, Tecnologia, Agroindustrialização, Infraestrutura, Atração de Investidores, Mercados e Crédito.

Foi sucedida por intenso trabalho técnico, no âmbito das instituições governamentais diretamente vinculadas à causa do desenvolvimento, geração de empregos e renda, servindo de subsídio teórico-conceitual consubstanciado em proposições de ações para equacionamento das condições fundamentais, validadas durante os fóruns regionais, conhecidos como “Planejando com o Povo”, realizados em Iracema, São João da Baliza, Rorainópolis, Bonfim e Uiramutã.

O momento da consulta à sociedade culminou com o grande evento estadual do Planejando com o Povo, instituições governamentais e não governamentais, organizadas em 11 Câmaras Temáticas, que analisaram e definiram as estratégias governamentais para os próximos 4 anos.

Grandes temas, que tem relação direta com a melhoria dos indicadores de qualidade de vida da população, serviram de referência para a definição das Câmaras Temáticas.

O PPA, por sua estrutura, permite o aprimoramento de sua programação, usa para isso os subsídios decorrentes do acompanhamento e da avaliação de desempenho dos programas, em relação aos objetivos e metas especificados na parte programática.

A proposta aqui é garantir que o Plano não seja considerado documento acabado, mas instrumento de interação entre o estado e a sociedade, capaz de receber novas idéias, refletindo as complexidades da nossa realidade atual, incorporando novas estratégias que deverão emergir durante a sua implementação.

Assim sendo, cada programa instituído no PPA contempla os resultados a alcançar em cada área, expressos pela melhoria dos indicadores que se pretende obter ao longo do PPA 2016 - 2019.

A mensuração dos Programas será feita por metas e custos e conterão:

- a) O objetivo claramente definido;
- b) O conjunto de ações que assegure a concretização do Programa;
- c) A identificação precisa do público-alvo;
- d) A relação consistente entre o objetivo, o conjunto de ações (projetos, atividades e outras ações previstas) e suas metas;
- e) Indicador que possua escala adequada, que permita um gerenciamento eficaz.

Integram o Plano Plurianual:

Programas Finalísticos: mediante os quais são organizadas as ações que resultem em bens e serviços ofertados diretamente à sociedade, ou que estejam alinhadas com a missão institucional do órgão ou entidade;

Programa de Serviços ao Estado: nos quais são organizadas ações que resultem em bens e serviços ofertados diretamente ao Estado, por instituições criadas para esse fim;

Programa de Gestão de Políticas Públicas: nos quais são organizadas ações de gestão dos órgãos governamentais, tais como planejamento, orçamento, controle interno, sistemas de informação e diagnósticos de suporte à formulação, coordenação, supervisão, avaliação e divulgação de políticas públicas;

Programa de Apoio Administrativo: no qual estão organizadas atividades relacionadas com gastos de natureza puramente administrativa.

O estabelecimento de Programas tem por base o reordenamento da atuação governamental, agregando as ações do Estado por projetos, atividades e outras ações.

A estrutura do Plano Plurianual - PPA 2016 – 2019 se encontra formada por:

Volume I

a) Anexo I – Orientações Estratégicas;

Volume II

b) Anexo II – Apresentação dos Programas por Dimensão Estratégica;

c) Anexo III – Apresentação do Programa de Apoio Administrativo por Órgão;

Volume III

d) Anexo IV – Apresentação dos Atributos de Programas.

4.1. O RESULTADO DO PLANEJANDO COM POVO POR CÂMARA TEMÁTICA

4.1.1 – Agronegócio Empresarial

Estratégias e Metas:

1. Construção de planejamento e diretrizes para a promoção da sanidade para culturas agrícolas e controle sanitário de alevinos (principalmente daqueles oriundos de outras UF's), de animais aquáticos e do rebanho – febre aftosa, brucelose, clostridiose e tuberculose, e erradicar/controlar pragas quarentenárias;
2. Fomentar mecanismos de controle, adequação, habilitação e demais afins para operacionalizar as agroindústrias com registro sanitário para produtos lácteos a partir de 2016;
3. Implantação do Programa “curral bom, gado sadio”, destacando os Municípios de São João do Baliza, Rorainópolis e Uiramutã;
4. Implementação do SISBI – POA (Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal);
5. Construção e reforma de – Unidades de Defesa Agropecuária - UDAs e EACs (aumento da capilaridade);
6. Promoção de campanhas educativas sanitárias;
7. Manutenção e estruturação de barreiras fixas de fiscalização;
8. Erradicação da febre aftosa – classificação de risco livre de aftosa com vacinação:
 - Executar o Plano de Erradicação, objetivando alcançar o nível BR – 1 (RISCO DESPREZÍVEL) - ATÉ 2019;
 - Roraima com status sanitário de livre de aftosa com vacinação em 2015;
9. Realizar diagnóstico completo identificando potencialidades da agroindustrialização no Estado até final de 2016;
10. Identificação, mediante critérios preestabelecidos, de empresários ou organizações de produtores com competência para implementar as agroindústrias;
11. Elaboração e promoção do plano de marketing para a divulgação dos produtos agroindustriais;
12. Estimular a ampliação de área plantada com culturas de grãos e integração lavoura pecuária, em especial, arroz, soja e milho:
 - 2016 – 64 mil ha
 - 2017 – 80 mil ha
 - 2018 – 120 mil ha

- 2019 – 180 mil ha
 - Obs: metas posteriormente revistas – para 2019, p.ex., 240,5 mil ha.
13. Apoio aos frigoríficos privados em seus esforços voltados à exportação;
14. Aumento da oferta e regularização de lotes no Distrito Industrial de Boa Vista;
15. Apoio à Exportação como perspectiva de ampliação de mercado:
- Suporte para Comercializar carne para países vizinhos (SIF Exportação);
 - Levar ao conhecimento dos empresários a oportunidade de negociar o excedente da produção no mercado exterior, após o cumprimento das exigências sanitárias e fitossanitárias, quando for o caso;
 - Ajudar as empresas que queiram fazer o registro de exportador/importador nas instituições anuentes do comércio exterior e contribuir para que seus prepostos e funcionários possam se inserir nas diversas ações e atividades do segmento, principalmente o de capacitação e prática documental.
 - Incrementar o engajamento de representantes dessas empresas em cursos, seminários, encontros, missões empresariais nos níveis nacional e internacional, bem como, em viagens planejadas por instituições representativas de segmentos empresariais, como FIER, FECOMÉRCIO, FAERR, SEBRAE, SUFRAMA, MRE, UNIR e outras, com a finalidade de prospectar novos mercados para seus produtos.
 - Facilitar a interlocução com os governos centrais, estaduais ou regionais, municipais e com setores empresariais dos países vizinhos, para aproximação e formatação de negócios.
 - Consolidar Roraima como plataforma de produção de alimentos para os mercados do Amazonas, Guiana, Caricom, Venezuela.
16. Manter e ampliar incentivos fiscais:
- a) Prorrogação dos benefícios da LEI 215 até 2050 (proposta):
DESONERAÇÃO DO ICMS PARA OS PRODUTORES;
 - b) DECRETO 710 - Alíquota diferenciada para aquisição de máquinas ou equipamentos destinados ao ativo imobilizado, combustível para aviação, na comercialização de animais, aquisição de insumos agrícolas, isenção de ICMS na tarifa de energia elétrica para até 200 kW/h.
17. Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado de Roraima - FDI:
- a) Assegura benefícios fiscais e extrafiscais para a indústria e agroindústria:
Empréstimo de até 75% do ICMS efetivamente recolhido;

- b) Concessão em regime de comodato de infraestrutura de armazenamento e produção (reformulação da base legal e operacional);
 - c) Alienação de lotes e glebas de terras para fins industriais, agroindustriais e de prestação de serviços, inclusive aqueles localizados no Distrito Industrial "Governador Aquilino Mota Duarte".
18. Implementação de um programa estadual de controle e acompanhamento da qualidade da vacinação do rebanho bovino de Roraima.
19. Implantar zonas sanitárias tampão para combate de pragas quarentenárias e doenças, tanto animal quanto vegetal.
20. Controlar a importação de insumos e sementes sem registro.
21. Efetivação do ZEE até 2016.
22. Acelerar a emissão de títulos definitivos nas glebas transferidas ao Estado, até 2016.
23. Criação de programa estadual de melhoramento genético do rebanho bovino de cria do Estado de Roraima.
24. Criar mecanismos para agilizar titulação das terras rurais.
- Confeccionar cartilhas com prazos e procedimentos para regularizar áreas destinadas à agricultura empresarial até julho de 2016.
25. Criar mecanismos para agilizar licenciamento ambiental.
- Informatizar FEMARH até julho de 2016.
 - Definir prazos limites para emissão das licenças até julho de 2016.
 - Aumentar prazos das licenças ambientais até julho de 2016.
26. Criação de Conselho de Desenvolvimento Econômico para Estudo de Crescimento Agropecuário do Estado de Roraima, composto pela iniciativa privada, sociedade civil organizada e entidade governamental.
27. Descentralizar emissão de DOP (documento de origem de pescado), para os municípios.
28. Transformar a SEAPA em Secretaria de Desenvolvimento Rural;
29. Implantar um Banco de Dados Unificado com informação da produção agropecuária;
30. Implantar projetos de apoio e expansão ordenada da piscicultura no Estado;
31. Promover e divulgar educação fiscal visando os benefícios fiscais existentes para os produtores rurais;

4.1.2 – Agronegócio Familiar e Indígena

Estratégias e Metas:

1. Criação do instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado (com independência orçamentária, financeira e administrativa), considerando as proposições da carta (“ATER que queremos”).
2. Subsidiar o calcário e o fósforo de forma descentralizada.
3. Manter e ampliar incentivos fiscais.
4. Ampliar linhas de crédito e organizar, junto à AFERR e parceiros, equipe de trabalho para avaliar dados cadastrais, elaboração de projetos de financiamento e encaminhamento de propostas aos agentes financeiros e acompanhar projetos e resultados.
5. Estabelecer estudos para desenvolver mecanismos que favoreçam o acesso ao crédito (AFERR) pelas comunidades indígenas.
6. Busca pelo estreitamento de parceria com os órgãos do Governo Federal (como exemplo MDA, FUNAI, EMBRAPA, SUDAM, UFRR e OUTROS) para o desenvolvimento de projetos na agricultura familiar e nas comunidades indígenas.
7. Apoio ao melhoramento genético dos rebanhos, aquisição de sêmen e embriões.
8. Criação do banco de germoplasma e rede de sementes crioulas (sementes tradicional/regional).
9. Reforma, modernização e ampliação do MAFIR, com a manutenção do SIF.
10. Firmar parcerias com as prefeituras para viabilizar a construção de matadouros municipais de animais e implantar o SIM.
11. Realizar o diagnóstico completo da agroindustrialização no Estado e efetivar sua publicização.
12. Identificação, mediante critérios preestabelecidos, de empresários ou organizações de produtores com competência para implementar as agroindústrias.
13. Elaboração e promoção do plano de marketing para a divulgação dos produtos agroindustriais.
14. Estabelecimento de parcerias entre órgãos tais como SEAPA, ADERR, EMBRAPA e AFERR para incentivar o desenvolvimento de agroindústrias artesanais (processamento mínimo).



15. Criação de infraestrutura para beneficiamento da produção das comunidades indígenas, considerando as especificidades locais.
16. Ampliação e manutenção do Programa VAI (VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA INDÍGENA), financiando os investimentos necessários para assegurar produção significativa nas terras indígenas e melhorar a qualidade de vida das comunidades.
17. Fortalecimento das organizações indígenas, visando à criação de grupos de produção agropecuária.
18. Fomento à agricultura irrigada, com perfuração de poços artesianos e captação de águas da chuva, na agricultura familiar e nas comunidades indígenas.
19. Fortalecimento da produção e comercialização do artesanato indígena.
20. Fortalecimento da política de valorização das culturas indígenas.
21. Criação de Pólos de Unidade Integrada de Produção nas comunidades indígenas com estrutura adequada, para qualificação e difusão de tecnologias de manejo e gestão.
22. Regulamentação da lei do Selo Artesanal (incluindo a farinha), visando contribuir para a comercialização dos produtos das comunidades indígenas e agricultura familiar.
23. Fomento à criação de associações e cooperativas de produtores indígenas e da agricultura familiar.
24. Implementação do SISBI – POA (Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal).
25. Construção e reforma de Unidades de Defesa Agropecuária - UDAs e EACs (aumento da capilaridade).
26. Manutenção e estruturação de barreiras agropecuárias fixas de fiscalização.
27. Organizar a cadeia produtiva da pecuária de corte, leiteira e de pequenos animais na agricultura familiar e comunidades indígenas:
 - Revitalização dos parques agropecuários do estado
 - Melhoramento genético, inclusive de raças leiteiras – Gir Leiteiro e Girolando.
 - Estabelecer bacias leiteiras.
 - Aumentar a produção e a produtividade leiteira.
 - Promover eventos agropecuários (ex. torneios leiteiros, etc).
 - Fomentar a produção de silagem e formação e melhoria de pastagens.
 - Estimular a recuperação de pastagens degradadas.
 - Aquisição de matrizes.
 - Disseminar o uso de Inseminação artificial e transferência de embriões.

- Identificar e melhorar os índices zootécnicos.
- Identificação individual de bovinos – brincos.
- Incentivar a ovinocaprino cultura, suínos e aves.

28. Fomento à piscicultura no Estado, organizando a cadeia produtiva através de parcerias com as organizações da sociedade civil, com:

- Incentivo à criação de peixes em tanque e rede.
- Implantação de projetos de piscicultura em áreas indígenas e agricultura familiar.
- Fomento à produção de rações extrusadas.
- Melhoramento genético de alevinos.
- Melhoramento no manejo e na tecnificação de criatórios.
- Capacitação e treinamento em piscicultura.
- Implantar Estação de Alevinagem.

29. Incentivo à pesquisa e desenvolvimento da produção de outras espécies da aquicultura:

- Manejo de quelônios.
- Manejo e produção de peixes ornamentais.
- Jacaré.
- Camarão regional.

30. Organizar a cadeia produtiva da fruticultura irrigada com manejo pós-colheita, especialmente pomares de manga, maracujá, acerola, melancia, melão, mamão, citrus, banana, abacaxi e etc, estimulando as boas praticas de produção dos respectivos produtos, com qualidade para abastecimento local e exportação.

31. Organização da cadeia produtiva da mandiocultura, principalmente na agricultura familiar e comunidades indígenas.

32. Organização, revitalização e implementação de feiras (centro de comercialização de produtos agropecuários da agricultura familiar).

33. Incentivar a realização de Exposições-Feira da agricultura familiar e comunidades indígenas, incluídas no calendário de eventos do estado.

34. Recuperação e ampliação dos Postos de Venda da CODESAIMA com garantia de comercialização do produto do pequeno e grande produtor.

35. Fortalecimento, ampliação, modernização e implementação do PAA/MDS/RR e regionalização da merenda escolar.

36. Criar e implementar o PAA estadual tendo como base o PAA MDS.

37. Promover a compra da produção através do PNAE.

38. Efetivar através do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Roraima - FUNDER:

- a) Taxas de juros diferenciadas para a implantação e expansão de pequenos empreendimentos dos setores primário, secundário, terciário e econômico solidário;
- b) Criação de novas linhas de crédito e microcrédito.

39. Manter e ampliar incentivos financeiros:

- a) LINHAS DE CRÉDITO - Recursos Próprios da AFERR;
- b) CREDFÁCI: Financiamento destinado a Investimento Fixo e Capital de Giro;

40. Manter e ampliar incentivos fiscais para agricultura familiar e comunidades indígenas:

- a) Prorrogação dos benefícios da LEI 215 até 2050 (proposta):
DESONERAÇÃO DO ICMS PARA OS PRODUTORES;
- b) DECRETO 710 - Alíquota diferenciada para aquisição de máquinas ou equipamentos destinados ao ativo imobilizado, combustível para aviação, na comercialização de animais, aquisição de insumos agrícolas, isenção de ICMS na tarifa de energia elétrica para até 200 kW/h.

41. Priorização das agroindústrias para investimentos, tendo como base a oferta de matéria-prima e disponibilidade de mercados atrativos, efetivando:

- Abatedouros de animais de pequeno porte (aves, suínos, ovinos, caprinos).
- Casas e unidades de extração de mel, promovendo a agregação de valor ao mel e outros produtos apícolas através da industrialização e certificação.
- Indústria de beneficiamento de hortaliças e frutas (manga, maracujá, acerola, melão, mamão, citrus, banana, abacaxi e etc.).
- Indústria de laticínio (revitalização).
- Unidade de Fabricação de Ração do Estado (implantação).
- Unidade de Beneficiamento / Frigorífico (apoiar a implantação da indústria de beneficiamento de pescado com SIF).
- Recuperar a agroindústria de filetagem de tambaqui em Iracema. Recuperação e terceirização dos entrepostos pesqueiros existentes, agregando valor ao produto.
- Promoção da agregação de valor ao mel e outros produtos apícolas através da industrialização e certificação.

- Implantação de laboratórios para classificação da farinha, atendendo às exigências para comercialização.
 - Criação e implementação de unidades regionais de produção e beneficiamento da mandiocultura.
 - Criação e implementação de unidades regionais de produção e beneficiamento de produtos extrativistas (castanha, açaí, pupunha, buritis dentre outros)
 - Construção de Silos Graneleiros, revitalização e equipamento das unidades existentes (balança, recepção, secadores, moegas...).
 - Revitalização da esmagadora de soja do Governo.
 - Implantação da Unidade de Fabricação de Ração do Estado.
 - Fomento à construção de uma fábrica de gelo.
 - Terceirização das estruturas de armazenamento.
42. Criar e implementar centros de difusão de tecnologias de acordo com as potencialidades regionais para atender a agricultura familiar e indígena.
43. Revitalização do Projeto Passarão.
44. Elaboração e implantação do plano estadual de agroenergia para a agricultura familiar e indígena como modelo de inclusão social na geração de renda e emprego visando a criação da indústria de bioeletricidade e biocombustíveis, eólica, solar e de biodigestores.
45. Criação de pólos agro industriais para atender a agricultura familiar e indígena de acordo com suas potencialidades regionais.
46. Construir barragens e açudes para a acumulação de águas da chuva, respeitando às Áreas de Preservação Permanente em observação à legislação vigente, visando acesso continuo a água para agricultura familiar e comunidades indígenas.

4.1.3 – Indústria, Mineração, Comércio, Turismo e Serviços

Estratégias e Metas:

1. Implementação do Projeto de Compras Governamentais, com o objetivo de valorizar e expandir a produção e comercialização interna de bens e serviços, diversificar as linhas de produção e elevar o padrão de qualidade.
 - a. Atribuir características regionais na descrição do produto.

2. Incentivo à implantação de Distritos Industriais descentralizados no Estado e apoio à criação de cooperativas com desenvolvimento de Projeto de Interiorização de Empreendimentos nos Municípios, proporcionando a consolidação do Setor de Comércio e Serviços em todo o Estado.
3. Apoio estruturado à criação de Centrais de Compra e de Distribuição, Entrepósitos Comerciais e Pólos de Comércio e Serviços.
4. Criação de uma política de desenvolvimento industrial de Estado.
5. Revitalização do Parque Industrial.
6. Fortalecimento, apoio e instrumentalização da educação fiscal nas Áreas de Livre Comércio ALC's e Zona de Processamento de Exportação (ZPE).
7. Apoio à consolidação do pólo madeireiro/moveleiro, serralheiro e torneiro e implantação do pólo de confecções
8. Incentivos ao aproveitamento de madeira, dentre outros resíduos.
9. Consolidação da infraestrutura e fortalecimento da gestão com parcerias público/privadas no Distrito Industrial de Boa Vista.
10. Incentivo à criação de novas agroindústrias pela iniciativa privada.
11. Incentivos a geração de energia alternativa a partir da atividade industrial.
12. Estímulo à diversificação da pauta exportadora.
13. Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais – APLs das cadeias produtivas e cooperativas para adequações dos produtos para exportação.
14. Ampliação de mercados:
 - a) Consolidar Roraima como pólo de produção de alimentos para os mercados do Amazonas, Guiana, Caricom, Venezuela.
 - b) Identificar e apoiar os mercados locais com o levantamento de suas demandas.
 - c) *Tradings* dos países vizinhos em Roraima - suporte institucional e de investimentos do Brasil.
 - d) Levar ao conhecimento dos empresários a oportunidade de negociar o excedente da produção no mercado exterior, após o cumprimento das exigências sanitárias e fitossanitárias, quando for o caso.
15. Revitalização das Políticas de Atração de Investimentos.
16. Promoção de Roraima em todo o Brasil - Atração de empresários de outros estados - OPORTUNIDADES DE PRODUZIR NUMA DAS ÚLTIMAS FRONTEIRAS

AGROINDUSTRIAIS DO BRASIL. Atrair empresas agrícolas - âncora, indústrias e agroindustriais, tradings, produtores e investidores.

- a) Elaborar o Portal do Investidor.
 - b) Elaborar a Cartilha do Investidor.
 - c) Realizar seminário para apresentação da Cartilha do Investidor.
 - d) Incentivar e apoiar a participação de empresários locais em feiras e eventos nacionais e internacionais.
17. Articulação com Agentes Financeiros voltada para a Captação de Recursos via Linhas de Crédito.
18. Manter e ampliar incentivos financeiros:
- a) LINHAS DE CRÉDITO: Recursos Próprios da AFERR;
 - b) CREDFÁCIL: Financiamento destinado a Investimento Fixo e Capital de Giro;
 - c) Disponibilização de créditos do FDI e FUNDER.
 - d) Disponibilização de linhas de crédito para regularização ambiental e fundiária, de micro e pequenas empresas e produtores rurais.
19. Operacionalização do projeto CRÉDITO A SUA PORTA.
20. Organizar, junto à AFERR e parceiros, equipe de trabalho para avaliar dados cadastrais, elaboração de projetos de financiamento e encaminhamento de propostas aos agentes financeiros e acompanhar projetos e resultados.
21. Manter e ampliar incentivos fiscais:
- a) Prorrogação dos benefícios da LEI 215 até 2050 (proposta):
DESONERAÇÃO DO ICMS PARA OS PRODUTORES;
 - b) DECRETO 710 - Alíquota diferenciada para aquisição de máquinas ou equipamentos destinados ao ativo imobilizado, combustível para aviação, na comercialização de animais, aquisição de insumos agrícolas, isenção de ICMS na tarifa de energia elétrica para até 200 kw/h.
22. Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado de Roraima - FDI:
- a) Assegura benefícios fiscais e extra-fiscais para a indústria e agroindústria:
Empréstimo de até 75% do ICMS efetivamente recolhido;
 - b) Concessão em regime de comodato de infraestrutura de armazenamento e produção (reformulação da base legal e operacional);

- c) Alienação de lotes e glebas de terras para fins industriais, agroindustriais e de prestação de serviços, inclusive aqueles localizados no Distrito Industrial "Governador Aquilino Mota Duarte".
23. Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Roraima - FUNDER:
- a) Taxas de juros diferenciadas para a implantação e expansão de pequenos empreendimentos dos setores primário, secundário e terciário;
 - b) Criação de novas linhas de crédito e micro crédito.
24. Pesquisa de áreas de extração de argila, e regularização junto ao DNPM.
25. Pesquisa / Consultoria / Exploração / Processamento de Minérios em Geral.
26. Fortalecimento do Órgão Oficial do Turismo:
- a) Criar órgão gestor com autonomia administrativa e financeira;
 - b) Criar o Fundo de Desenvolvimento Sustentável do Turismo.
27. Organização da cadeia produtiva do turismo no Estado e fortalecer o setor empresarial – turismo gerenciado pelos empreendedores:
- a) Realizar oficinas de sensibilização da importância do turismo nos 14 municípios no interior do Estado;
 - b) Criar as Instâncias de Governança do Turismo nos 14 municípios no interior do Estado.
28. Mobilização e sensibilização para o enfrentamento da exploração sexual no turismo.
- a) Criação de políticas públicas para o enfrentamento.
29. Promoção e Desenvolvimento Sustentável do Turismo:
- a) Reunir comunidades dos municípios de Pacaraima (Boca da Mata e Bananal) e Amajari (Vila Brasil e Tepequém), a fim de sensibilizar sobre a importância do turismo.
 - b) Elaborar e confeccionar materiais promocionais, tais como: cartilhas, guias, dvd, bandana, camisetas, bonés, etc.
 - c) Promover a Marca RORAIMA
 - d) Capacitar técnicos e colaboradores do *trade* turístico, nas áreas de elaboração de projetos turísticos, gestão de projetos, idiomas, guias, etc.
30. Implementação do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Turismo - PRODETUR:
1. Infraestrutura em serviços básicos:
- 1.1 Construir o Centro de Convenções do Estado.



- 1.2 Implantar a sinalização turística no Polo de Ecoturismo - Rota 174.
- 1.3 Elaboração e implantação de Projeto de Ecoturismo na FLONA ANAUÁ e entorno.
2. Gestão Ambiental:
 - 2.1. Realizar estudo para determinar a capacidade de carga do turismo em RR.
 - 2.2. Estratégia do Produto Turístico.
3. Elaborar o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Integrado e Sustentável – PDTIS.
 - 3.1 Realizar ações de fortalecimento do corredor Caribe - Amazônico.
 - 3.2 Realizar pesquisa sobre o fluxo turístico em RR.
31. Prospecção no Baixo Rio Branco
 - a) Viagem para diagnosticar debilidades.
 - b) Identificar e cadastrar os Barcos-hotéis.
 - c) Identificar o número de pessoas da comunidade, envolvidas na atividade da pesca esportiva.
 - d) Promover capacitações em parceria com a Capitania dos Portos do Amazonas/SENAC/SENAR/MPA/MTur/IFRR/UERR nas áreas específicas incluindo o curso de aquaviário e Amador(Arrais).
32. Organizar e implantar o turismo em locais atrativos.
33. Incremento da produção e da comercialização de peças artesanais.
34. Implantação, em todos os municípios do Estado, incluindo a capital, do Sistema Nacional de Registro de Hóspedes - SNRHos (GER/MTur) - contempla Meios de Hospedagens e Pousadas, por meio da tecnologia Web Service:
 - a) Implementar a infraestrutura necessária, em parceria com o segmento produtivo.
 - b) Implantar o Programa Iniciação Escolar para o Turismo e distribuição de cartilhas aos estudantes do Ensino Fundamental e Médio.
35. Participação em eventos, convocações do MTur e FORNATUR.
36. Apoio, estímulo e promoção do turismo indígena, visando à geração de renda e a divulgação das belezas naturais do Estado.
37. Fortalecimento da produção e comercialização do artesanato indígena.
38. Criação de feiras para comercialização dos produtos com marca indígena.
39. Projeto Trilha do Coatá: Implantação do Centro Empresarial Jiquitaia – CEJ.

40. Projeto Cachoeira do Macaco: Constituição de um Ponto Turístico dentro do perímetro administrativo da Comunidade Indígena da Boca da Mata.
41. Projeto Sítio Arqueológico no Vale do Parimé.
42. Elaboração de projeto para preservação e divulgação do cavalo lavradeiro.
43. Elaboração de projeto para a exploração turística no lavrado do Maruai.
44. Instituir políticas de turismo sustentável, garantindo a participação da sociedade civil no processo de discussão e implantação de modo a garantir uma relação justa nos lucros.
45. Formulação e implementação de política pública de comercio exterior.
46. Institucionalizar em conjunto com os municípios a Política de Estado do turismo por meio do PENEGAT normativa da FUNAI a ser estruturada nas comunidades indígenas o etnoturismo em conformidade a decisão comunitária ao fomento do ecoturismo por meio do segmento turismo ecológico.
47. Consolidação do processo de inventariação das regiões com reconhecido potencial turístico nos ambientes com adesão comunitária e as novas regiões diagnosticadas para o desenvolvimento sustentável do turismo.
48. Projeto Cachoeiras: Constituição de um Ponto Turístico dentro do perímetro administrativo das Comunidades Indígenas

4.1.4 – Meio Ambiente, Planejamento e Ordenamento Territorial:

Estratégias e Metas:

1. Viabilização da conclusão do processo de transferência das Terras da União para o Estado, (Convenio Estado de Roraima e MDA/INCRA) Glebas Murupu, Quitauau, Tacutu, Amajari, Ereu, Cauamé, Caracaraí, Equador, Barauana, BR-210-II e Tepequém;
 - Criação de um banco de dados em comum unificado de todas as instituições que trabalham com ordenamento e gestão territorial (ADERR, FEMARH, ITERAIMA, IACTI, SEAPA, CIPA);
2. Licitar áreas remanescentes pertencentes ao Estado de Roraima, oportunizando a atração de investidores;
3. Regulamentar a Lei de Terras;
4. Regularizar as áreas urbanas de propriedade do Estado de Roraima;

5. Criação de uma Força-Tarefa para intensificar as fiscalizações visando coibir as irregularidades em áreas públicas urbanas e rurais;
6. Elaborar projetos de demarcações urbanísticas de propriedade do Estado de Roraima e de regularização fundiária urbana;
7. Consolidar transferência para o Estado de Roraima das glebas localizadas na Região Sul do Estado, em atendimento a Lei 10304/2001 e suas alterações;
8. Construir um Plano Estadual de Reforma Agrária em consonância com o Plano Nacional de Reforma Agrária, com participação social;
9. Adequar a infraestrutura física dos órgãos de meio ambiente, planejamento, ordenamento e gestão territorial, com instalações físicas, equipamentos e materiais;
10. Implantar Comitês com participação social para incentivar e acompanhar as Ações de Sustentabilidade;

a) Comitê interdisciplinar e paritário.

11. Criação da Política de Incentivo à Aquisição de Equipamentos Ambientalmente Corretos e de Substituição dos equipamentos obsoletos;
12. Construção e implementação do Plano Estadual de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;

12.1 Fortalecimento dos mecanismos de fiscalização e monitoramento do uso de agrotóxicos.

13. Promover Programas de Educação Ambiental visando a Conservação do Patrimônio Público e Sensibilização Ambiental.

Aperfeiçoamento do instrumento (ZEE), inclusive trazendo para uma escala de maior conhecimento: 1/100.000 e, em áreas selecionadas, chegando até na escala de 1/50.000;

14. Modernização dos procedimentos de licenciamento ambiental e regularização fundiária, otimizando os processos;

a) Realização de concurso público.

b) Capacitação dos servidores.

15. Promoção e exploração de produtos e serviços florestais (madeira e não madeira) de forma sustentável:

a) Aumentar a quantidade de área com plano de manejo;

a.1) Implementar Florestas Estaduais para Manejo Florestal Sustentável;

a.2) Instituir as Leis Estaduais de: Gestão de Florestas Públicas e o Sistema Estadual de Unidades de Conservação;

- a.3) Implementar unidades de conservação de uso sustentável.
 - b) Criar Lei Estadual de Pagamento de Serviços Ambientais –
 - b.1) Criação do Decreto que regulamenta o Fundo de Desenvolvimento Florestal do Estado de Roraima – FUNDEFER;
 - b.2) Implementação da redistribuição de recursos do ICMS para o fomento de atividades econômicas pautadas nas regras de proteção ambiental e do desenvolvimento sustentável dos seus municípios (ICMS Ecológico);
 - c) Estabelecer legislação que torne compulsória a cobrança de taxa para financiar a reposição florestal com espécies nativas, realizada por intermédio do órgão ambiental;
 - d) Elaborar estudo para identificar as espécies florestais madeireiras e não madeireiras para o reflorestamento em Roraima;
 - e) Ampliar as áreas de florestamento e reflorestamento com espécies florestais nativas.
 - Criação de um programa de incentivo para implementação de viveiros agroflorestais.
 - f) Implementação do CAR;
 - g) Intensificar pesquisas com culturas no sistema agroflorestal. (ex. caçari, cacau, cupuaçu, café, fármacos, cosméticos, etc.);
 - h) Implantação de um laboratório de análise de solo;
 - i) Implementação do pólo moveleiro;
16. Implantação de um Programa Estadual de Apoio e Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade;
17. Criação da Câmara de Produtos Extrativistas da Sociobiodiversidade em consonância com a POLITICA NACIONAL DE PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE – PNPS com representantes da sociedade civil organizada e das instituições estaduais da área ambiental;
18. Criar escritórios dos órgãos estaduais de meio ambiente, ordenamento e gestão territorial e regularização fundiária no interior do Estado;
19. Criar uma base permanente para fiscalização do baixo rio Branco;
20. Criar programa de incentivo e financiamento para geração de energia solar na escala domiciliar e empresarial;
21. Fortalecimento dos mecanismos de fiscalização e monitoramento do uso de agrotóxicos;

22. Criar mecanismos para garantir o acesso da sociedade civil aos processos de licenciamento ambiental sob responsabilidade da Femarh;
23. Implantação de Bases da Polícia Militar Ambiental na região sul do Estado e o Baixo rio Branco;
24. Elaboração de estudo visando ordenamento territorial do distrito industrial de Boa Vista;
25. Criação e implementação de um programa de recuperação de área de APP em Roraima.
26. Fortalecimento do conselho de recursos hídricos e conselho de meio ambiente do Estado de Roraima.
27. Elaboração de um plano de recuperação das áreas degradadas de olarias.
28. Fortalecer os programas de orientação de educação ambiental.
29. Apoio para a realização das conferências das cidades no âmbito municipal e estadual.

4.1.5 – Infraestrutura e Urbanismo

Estratégias e Metas:

1. Expansão e implantação dos sistemas de águas e esgotos sanitários do Estado (Capital e Interior), tornando eficientes os serviços prestados com a gestão e redução das perdas de água.
2. Melhoria e manutenção dos sistemas de esgoto sanitário implantados pelas prefeituras municipais na capital e no interior do estado.
3. Fortalecimento e desenvolvimento institucional do saneamento básico.
 - 3.1 Manter e ampliar medidas de combate às perdas física e comercial.
4. Inclusão de projetos de expansão e melhoria dos sistemas de água, bem como a aquisição de equipamentos e maquinários pesados para auxiliar na execução dos serviços das equipes de operação e manutenção dos sistemas de água.
5. Melhoria da mobilidade e da infraestrutura dos prédios públicos.
6. Restauração, implantação, pavimentação, manutenção e conservação de rodovias estaduais, federais e Obras de Arte.
7. Restauração, Manutenção e Conservação, Implantação, Pavimentação de Vicinais e obras de arte, priorizando as regiões produtivas.

8. Reestruturação de Terminais Rodoviários.
9. Manutenção e conservação do Complexo Poli Esportivo Flamarion Vasconcelos (Canarinho – Estádio e Ginásio).
10. Implantação de aeródromos no Estado de Roraima
11. Executar estudos de mercado de energia elétrica no Estado
 - 11.1 Prospecção de coleta de informações e articulação institucional;
 - 11.2 Atualização e integração do banco de dados;
12. Integrar o cadastro das linhas e redes existentes no estado na base cartográfica continua do estado de Roraima em escala 1:100.000 elaborada pelo centro de geotecnologia cartográfica e planejamento territorial da SEPLAN e IBGE;
13. Atualizar o Balanço Energético Estadual promovendo a integração dos balanços da Eletronorte, Eletrobrás, CERR e outros órgãos de modo a se ter a noção de oferta/consumo e a matriz energética de Roraima;
14. Ampliar a Oferta de Energia Elétrica no Estado de Roraima com Diversificação da Matriz Energética Estadual.
15. Ampliar o atendimento às comunidades remotas e aplicar no curto prazo o cumprimento da lei 12.111/10 pela Companhia Energética de Roraima;
16. Preparar sob os aspectos técnicos, operacionais, comerciais, de infraestrutura de acesso e comunicações, qualificação de mão-de-obra, visando à entrada de Roraima ao Sistema Interligado Nacional – SIN;
17. Fortalecer a integração entre a CERR e a comunidade;
18. Definir a rede básica estadual de transmissão, subtransmissão para conexão SIN e distribuição;
19. Buscar a qualidade de energia elétrica fornecida (tensão, frequência, frequência de desligamento, duração do desligamento de indicadores coletivos e individuais) visando a eficiência (objetivos), eficácia (metas) e efetividade (bem estar da sociedade) energética;
20. Reestruturar o modelo do setor energético do Estado (Segregação de atividades, atração de capital privado, atração de produtores independentes, definição de novos negócios, renovação de concessões e outorgas);
21. Fortalecer as negociações Brasil, Guiana e Venezuela para encontrar e executar soluções viáveis que visem superar o gargalo energético regional (o aumento da capacidade energética de Roraima é condição necessária para a integração energética do eixo setentrional da América do Sul).

22.Executar obras de Infraestrutura Estadual para Geração e Distribuição de Energia Elétrica – Captação de recursos:

22.1 Conclusão das obras de repotencialização da PCH de Jatapu (5 MW para 10 MW);

22.2 Interligar os municípios do Cantá, Bonfim, Normandia, Alto Alegre, Uiramutã, Amajari e Pacaraima;

23.Ampliar o Programa de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Roraima:

24.Realizar investimentos em projetos de eficiência energética e edificações eficientes que aumentem a disponibilidade de energia no sistema elétrico;

25.Manter e ampliar medidas de combate às perdas técnica e comercial.

4.1.6 - Ciência, Tecnologia & Inovação

Estratégias e Metas:

1. Fomento e desenvolvimento de estudos, pesquisas e adoção de tecnologias inovadoras com vistas a orientar em base científica a ocupação do solo e o uso adequado dos recursos naturais no espaço territorial do Estado de Roraima.

2.Apoio à produção de material científico voltado à transferência de tecnologias.

3. Articulação, promoção e implementação de programas de qualificação científica e tecnológica.

4. Estímulo ao Cooperativismo entre os produtores em todo o Estado.

5. Construção de entreposto de coleta de mel, em áreas de abrangência do CDT-Apicultura.

6. Apoio à construção de uma fábrica de gelo por meio de cooperativas para áreas atendidas pelo CDT Piscicultura.

7. Fortalecimento e modernização dos CDT's existentes bem como implantação dos novos (florestal, mandioca, mineral) e outros.

8. Estabelecimento de parcerias do IACTI/RR com as Instituições Públicas, Privadas e do Terceiro Setor em Ciência, Tecnologia e Inovação.

a) Estimular as empresas privadas e as IES a promoverem a inovação no âmbito da produção. (Aprovado unanimidade)

9. Implantação de uma central de alevinagem em Boa Vista-RR.

10. Fortalecimento da Infraestrutura Logística de coleta, armazenamento e distribuição da matéria prima e da produção dos CDT's.
11. Apoio à construção de sistemas de viveiros de mudas certificadas tecnologicamente, com espécies madeiráveis e frutíferas para usar na recuperação de áreas degradadas e florestamento.
12. Incentivo à implantação de modelos tecnológicos inovadores de integração de floresta, campos gerais, agricultura e pecuária.
13. Apoio à modernização das TDIC (Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação) incluindo acesso simultâneo à internet banda larga para o acesso a multimídias (dados, voz e imagens) nos Municípios, Vilas e Comunidades isoladas.
14. Fomento à ciência e inovação do Núcleo de Inteligência e Mercado/NIM, no Parque Tecnológico fortificando os APL's.
15. Pesquisa para acompanhamento da qualidade da água e combate às pragas, objetivando o aumento da produtividade de grãos.
16. Melhoramento tecnológico para correção e/ou recuperação do solo destinado ao replantio de pastagens visando o aumento de produtividade da pecuária, para implantação do Selo Verde.
17. Pesquisa tecnológica para o aumento da produção de peixe, mel, leite e frutas, nas áreas de produção da agricultura familiar e indígena.
18. Pesquisa tecnológica para o desenvolvimento de fármacos, cosméticos, manejo florestal, madeireiro, não madeireiro e outras finalidades de pesquisas afins.
19. Atualização de gestão tecnológica e inovadora do ZEE, para viabilizar ações governamentais de desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Estado.
20. Desenvolvimento de estudos e projetos tecnológicos e inovação para as unidades de conservação estadual em Roraima, priorizando as unidades do Baixo Rio Branco.
21. Implementação do Fundo Florestal do Estado de Roraima FUNDEFER.
22. Instituição e implantação do Fundo Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima – FECTIRR.
23. Criação de um banco de dados integrado de pesquisas direcionadas ao desenvolvimento tecnológico e científico do Estado de Roraima.
24. Desenvolvimento de Redes de Comunicação com outras Instituições, para disseminar estudos e projetos científicos, tecnológicos e de inovação.
25. Apoio à realização de eventos para a sociedade relacionados à Ciência, Tecnologia e Inovação produzidos pelas Instituições de Ensino e de Pesquisa que visem ao

desenvolvimento do Estado de Roraima.

26. Apoio a projetos inovadores para o agro extrativismo.

27. Criação e implantação de um centro de estudos, pesquisas e adoção de tecnologias com vistas à prevenção, preparação e minimização dos danos causados pelos desastres naturais e tecnológicos no Estado de Roraima. (Aprovado por unanimidade)

28. Criar mecanismos de divulgação e socialização das pesquisas científicas realizadas no Estado de Roraima.

29. Apoio ao desenvolvimento inovador para produção de energia elétrica limpa. (Aprovado por unanimidade)

30. Criação de informativo para divulgação de pesquisas, trabalhos e monografias em diversas áreas em parceria com instituições de ensino. (Aprovado por unanimidade)

31. Estabelecimento de parcerias do IACTI/RR com as Instituições Públicas, Privadas e do Terceiro Setor em Ciência, Tecnologia e Inovação.

4.1.7 – Educação, Cultura e Desporto

Estratégias e Metas:

1. Implantação de novas políticas educacionais para prevenção à evasão e abandono da população estudantil;
2. Manutenção e ampliação dos programas de correção de fluxo do Ensino Fundamental;
3. Garantia de cursos de formação de educação profissional técnica de nível médio e formação inicial e continuada;
4. Criação de programa de qualidade de vida no trabalho que contemple os profissionais da educação;
5. Promoção da formação continuada de professores para oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE e dos demais profissionais para educação inclusiva;
6. Fortalecimento dos Centros Especializados de formação continuada e de produção de materiais acessíveis específicos da Educação especial;
7. Ampliação e manutenção da política de educação escolar do campo, indígena e ribeirinha, a todos os municípios, incluindo povos e comunidades tradicionais, visando o desenvolvimento sustentável e a preservação da identidade cultural;

8. Promoção de políticas públicas que garantam a continuidade dos programas de formação inicial, superior e continuada de professores e profissionais da educação básica;
9. Garantia da execução dos processos de construção, reforma, ampliação, manutenção e aparelhamento de unidades de educação básica, educação indígena e educação do campo;
10. Garantia de recursos para publicação de livros e materiais didáticos que atendam a Educação Básica e compra de acervo bibliográfico;
11. Implantação e implementação de Programas de Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino de forma a assegurar a formação do cidadão com consciência ambiental;
12. Formalização de convênios e/ou termos de cooperação técnica para cursos de pós-graduação (Mestrado e Doutorado) para docentes do Sistema Estadual de Educação;
13. Fortalecimento das políticas públicas no Sistema Educacional do Estado referentes à Educação Tecnológica e Educação à Distância, mediado por tecnologia;
14. Garantia ao acesso, permanência e terminalidade da Educação de Jovens e Adultos, com qualidade, às populações acima de 15 anos que não tiveram oportunidade de iniciar e/ou concluir os estudos nas áreas urbanas, campo, indígena e aos privados de liberdade;
15. Criação de política para a promoção e desenvolvimento do Desporto Escolar e a valorização do profissional de Educação Física;
16. Ampliação de parcerias com instituições de ensino superior, visando à formação inicial e continuada dos servidores da Educação;
17. Revitalização e manutenção do Parque Anauá, como garantia de fomento à educação, desporto, cultura e lazer das comunidades estudantis e população do Estado de Roraima;
18. Reestruturação, fortalecimento e institucionalização da Escola de Música, para desenvolver e promover a educação musical na Rede Estadual de Ensino;
19. Reestruturação, manutenção, aquisição de acervo da galeria de artes, como forma de fomentar e fortalecer o desenvolvimento das artes plásticas no Estado;
20. Ampliação e implantação de Pólos / Centros Multimídias de Educação à Distância - EaD.



21. Oferta de vestibulares regulares e ampliação de cursos superior, tecnológico e profissionalizante, nas modalidades presencial e EaD, ao interior do Estado, observadas as peculiaridades e necessidades regionais;
22. Formalização de convênios e/ou termos de cooperação técnica para cursos de pós-graduação Lato Sensu e Stricto Sensu (Especialização, Mestrado e Doutorado) presencial e em EaD para docentes e não docentes do Sistema Estadual, através do Sistema Mediado por Tecnologias (SMT);
23. Modernização do parque Tecnológico da EaD, fortalecendo a Inclusão Digital;
24. Realização de concursos públicos para a área de educação, desporto e cultura;
25. Ampliação da oferta atual de cursos de educação (formação geral e profissionalizante) para jovens e adultos, na modalidade EaD, nas áreas urbanas, campo, indígenas e aos privados de liberdade;
26. Implantação de políticas para a redução da evasão nos cursos de graduação e de pós-graduação;
27. Intensificar a parceria com o governo federal para a manutenção e ampliação dos cursos oferecidos pelo Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR);
28. Manutenção e ampliação do Programa Bolsa Trabalho;
29. Implementação e formalização de parcerias para execução do Programa Institucional de Inclusão e Acessibilidade às Pessoas com Deficiência (PRIAPE);
30. Ampliação e manutenção de parcerias para a realização de Estágios Curricular e Extra Curricular e de Atividades Complementares junto a diferentes instituições públicas e privadas;
31. Fortalecimento e ampliação da parceria com o governo federal para os grupos de Programa de Educação Tutorial (PET) da UERR;
32. Promoção de políticas de desenvolvimento pessoal e plano de capacitação para os servidores das IES;
33. Promoção de política de mobilidade docente, discente e técnico-administrativo (Programa de Intercâmbio);
34. Realização de Eventos Científicos e Culturais no Estado de Roraima;
35. Promoção e desenvolvimento da política de Estado para o fomento da economia criativa, promovendo a transversalidade cultural por meio de parcerias;

36. Implementação do Sistema Estadual de Informação e Indicadores Culturais (SEIIC) integrado ao Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), integrando os municípios ao referido Sistema;
37. Resgate, promoção e execução de registro da documentação, preservação, restauração, pesquisa, formação, aquisição e difusão de acervos de bens materiais e imateriais;
38. Implantação do Fundo Estadual de Cultura e apoio aos municípios na criação dos Fundos Municipais;
39. Promoção e intercâmbio à difusão cultural regional, nacional e internacional;
40. Fomento da Política de Estado da Cultura para o reconhecimento, preservação, implementação e difusão do patrimônio artístico cultural pelos agentes, promotores e articuladores do contexto da cultura na sociedade roraimense;
41. Institucionalização da apropriação social do patrimônio cultural brasileiro, mediante o reconhecimento nacional da Cultura Roraimense;
42. Fortalecimento das redes de equipamentos culturais do Estado;
43. Realização e participação em Conferências, Fóruns e Seminários que envolvam a formulação e o debate sobre as políticas culturais;
44. Construção de bibliotecas públicas estaduais e aquisição de acervo bibliográfico.
45. Garantia da execução dos processos de reforma, ampliação, manutenção, fortalecimento e aparelhamento das unidades de desporto e lazer.

4.1.8 – Saúde

Estratégias e Metas:

- 1 - Melhorar a infraestrutura e garantir a manutenção das unidades de saúde: reformar, construir, ampliar e aparelhar;
- 2 - Fortalecer a gestão de sistemas de informação integrada e de informática;
- 3 – Garantir de forma contínua, humanizada e de qualidade a assistência em saúde com profissionais, materiais médico-hospitalares e a dispensação de medicamentos;
- 4 - Treinar e qualificar permanentemente todos os profissionais da saúde;
- 5 - Pactuar ou repactuar as ações e o co-financiamento com os Secretários Estadual e Municipais de saúde com base nos indicadores para monitoramento e avaliação dos serviços da saúde pública;

- 6 - Fortalecer e ampliar as ações de Vigilância em Saúde: Epidemiológica, Ambiental e Sanitária;
- 7 – Criar Central de Regulação Única para padronizar o encaminhamento do usuário do SUS de forma integral e resolutive;
- 8 - Organizar a referência e contra referência das Redes de Atenção à Saúde tendo como ênfase o atendimento primário da Atenção Básica;
- 9 – Proporcionar a integração de políticas e ações específicas aos povos indígenas, ribeirinhos, negros, LGBT, homens e mulheres do campo e da floresta;
- 9.a - Proporcionar a integração de políticas e ações às pessoas privadas de liberdade;
- 10 – Reestruturar político-administrativamente o Conselho Estadual de Saúde, para garantir a efetiva participação e acompanhamento da sociedade civil organizada nas ações desenvolvidas;
- 11 - Regionalizar e descentralizar ações e serviços de saúde para promover a equidade, oportunizando a aproximação da assistência em saúde com a otimização dos recursos;
- 12 – Interiorizar e ampliar o Sistema de Esgotamento Sanitário, fortalecendo o desenvolvimento institucional do saneamento básico;
- 13 – Implementar as ações e políticas de assistência à saúde dos trabalhadores e trabalhadoras da saúde;
- 14 – Fortalecer e manter as ações da saúde itinerante a todas as populações vulneráveis;

4.1.9 - Trabalho, Emprego e Desenvolvimento Social

Estratégias e Metas:

- 1. Cumprimento das normativas vigentes para o fortalecimento da Política Pública de Assistência Social na Perspectiva do Sistema Único de Assistência Social – SUAS., priorizando a concretização das competências de cada ente federado em seu âmbito para garantia da Proteção Social, Vigilância Social e de Defesa Social e Institucional;
- 2. Garantir as condições estruturais e logísticas para efetivação do apoio técnico aos municípios prestado pelo Estado à gestão municipal, às equipes de referência e volantes dos CRAS, CREAS e Secretaria de Assistência Social dos 15 municípios;

3. Implantação da Vigilância Socioassistencial nos 15 municípios do Estado e de Sistema Informatizado, validado por consultores e técnicos especializados, para Monitoramento e Avaliação da Gestão;
4. Consolidação do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN (Conselho Estadual de Alimentação - CONSEA e a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN), garantindo a implantação e implementação de CONSEA e de CAISAN nos 15 municípios, fortalecendo as ações de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN;
5. Reordenamento e Monitoramento do Programa Estadual de Transferência Condicionada de Renda – PTCR, “Crédito Social”, inclusive com a criação de mecanismo legal para mudança de nome para “Crédito do Povo”, observando o cumprimento das condicionalidades, tendo como referência o Índice de Desenvolvimento da Família – IDF, em parceria com a rede intersetorial;
6. Implementação da Gestão do Trabalho do Sistema Único da Assistência Social – SUAS e do Programa CAPACITASUAS, para trabalhadores de nível médio e superior;
7. Criação do Programa Rede Cidadania Esporte, com o objetivo de fomentar projetos e ações de esporte e lazer, articular parcerias com entidades afins e fornecer suporte técnico e logístico às entidades esportivas do Estado.
8. Realização de estudos que fomentem a criação de uma política de prevenção e suporte, que atenda a população em trânsito nos municípios fronteiriços;
9. Criação e implementação da Coordenação de Habitação Social do Estado;
10. Consolidação do Sistema Público de Habitação, por meio da implantação e implementação de Política Estadual de Habitação em todos os municípios do Estado, através de ações direcionadas prioritariamente às famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica, medidas pelo Índice de Desenvolvimento Familiar – IDF;
11. Fortalecimento da Política Pública de Assistência Social na Perspectiva do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, para garantia de Proteção Social Básica, por meio do cofinanciamento entre Estado e Municípios, a título de participação no custeio do pagamento dos benefícios eventuais, conforme legislação e regulamentação vigente;
12. Ampliação e fortalecimento dos benefícios, serviços, programas e projetos da Política Pública de Assistência Social, nos níveis de Proteção Social Especial;



13. Reordenamento e expansão do serviço qualificado e regionalizado de acolhimento às crianças e aos adolescentes (Casa Lar e Família Acolhedora);
14. Reordenamento dos serviços de acolhimento para idosos – Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI e Centro de Convivência;
15. Apoio técnico aos gestores municipais para efetivação do Serviço de Proteção Social Básica em domicílio para idosos e pessoas com deficiência;
16. Implantação dos serviços de atendimento Especializado da Assistência Social - CREASPOP e Acolhimento institucional, para pessoas em Situação de Rua;
17. Ampliação dos Serviços de Proteção Social aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, em meio aberto, nos municípios do porte I;
18. Realização de estudo da viabilidade e impacto da implantação e implementação do Centro Sócio Educativo – CSE, enquanto Fundação;
19. Criação e implementação do Projeto Estágio Remunerado com plano de qualificação profissional para a juventude;
20. Implantação e estruturação do Centro de Educação Tecnológica do Trabalhador no Estado de Roraima em parcerias com instituições de ensino (UFRR, UERR...);
21. Implantação e estruturação da Rede Cidadania Juventude;
22. Criação e implementação do Programa Estadual de Economia Solidária, através de projetos e ações, compreendendo seis (06)eixos prioritários, conforme o Plano Nacional de Economia Solidária;
23. Implantação e implementação dos Centros de Produção Comunitária- CPCs e Centro de Produção de Serviços-CPS.
24. Implementação e revitalização dos Clubes de Mães, voltados para a geração de renda;
25. Efetivação do Projeto Balcão de Ferramentas;
26. Fomento a grupos informais, associações e cooperativas dos treze ramos, conforme legislação vigente, por meio de equipamentos e capital de giro;
27. Instituição da Feira Estadual da Economia Solidária e da Feira Estadual de Artesanato;
28. Elaboração e implementação de projeto que fomente a Rede de Cooperação Solidária Estadual de Resíduos Sólidos;
29. Elaboração e execução de projeto de qualificação, por meio de parcerias com as instituições de ensino, para o trabalhador formal e informal;

30. Instituição e implementação de ações de Políticas de Emprego, Trabalho e Renda, visando à qualificação de pessoas com deficiência;
31. Implementação do Programa do Artesanato de Roraima - PAR, fortalecendo o trabalho e renda, por meio de ações permanentes e itinerantes;
32. Estruturação da Coordenação Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres-CEPPM, visando à operacionalização de todos os programas, projetos e serviços voltados à promoção, prevenção e acolhimento institucional, contemplando os eixos do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e dos Planos Nacional e Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres;
33. Implementação e estruturação física e técnica dos Centros de Fronteira Seca-Pacaraima/Bonfim, garantindo os direitos sexuais, reprodutivos, enfrentamento à exploração sexual e do tráfico de mulheres.
34. Reativação/ implementação do restaurante do trabalhador.
35. Criar programas sociais voltados para a independência financeira dos beneficiados do crédito social (crédito do povo).
36. Implementação do projeto bombeiros mirins. (14-17 anos)
37. Implementação do comitê pop com a participação de toda a rede de assistência social e saúde.
38. Apoio ao fortalecimento de organismos e conselho de promoção e defesa dos direitos da mulher.

4.1.10 – Segurança Pública, Justiça e Cidadania

Estratégias e Metas:

1. Planejamento e Implantação de ações e operações integradas, permanentes e/ou transitórias, entre todos os órgãos do Sistema de Segurança Pública e Defesa Social, Assistência Jurídica do Estado e Justiça e Cidadania.
2. Construção, reforma, ampliação e modernização da infraestrutura do Sistema de Segurança Pública e Defesa Social, Assistência Jurídica do Estado e Justiça e Cidadania.
3. Aparelhamento, reaparelhamento, modernização e expansão das atividades dos Órgãos do Sistema de Segurança Pública, Defesa Social e Justiça e Cidadania.

4. Aperfeiçoamento da filosofia de Polícia Comunitária no Sistema de Segurança Pública.
5. Consolidação da integração estratégica e operacional entre todos os órgãos do Sistema de Segurança Pública e de Defesa Social, com destaque para as áreas de gestão do conhecimento e serviço de inteligência.
6. Implantação do Posto de Fiscalização Integrada no Baixo Rio Branco, com integrantes do sistema de segurança pública e defesa social, fiscalização fazendária, ambiental e sanitária.
7. Implantação do Núcleo de Comunicação e Línguas e de Estudos Superiores. (APICS)
8. Implantação do núcleo de Formação e Especialização dos Condutores de Veículos do Sistema de Segurança Pública e Defesa Social.
9. Criação e implantação do Grupamento Aéreo Integrado de Segurança Pública e Defesa Social.
10. Criação e implantação do Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social.
11. Criação, fortalecimento e ampliação dos Programas de Prevenção à violência, à criminalidade, à violência no trânsito e ao tráfico e uso de drogas.
12. Criação e implantação da Policlínica de Segurança Pública e Defesa Social.
13. Reorganização das estruturas administrativas do Sistema de Segurança Pública, Defesa Social, Defensoria Pública e Justiça e Cidadania.
14. Concurso público e readequação do PCCR do Sistema de Segurança Pública, da Defesa Social, da Assistência Jurídica do Estado e da Justiça e Cidadania.
15. Capacitação dos profissionais do Sistema de Segurança Pública, da Defesa Social, da Assistência Jurídica do Estado e da Justiça e Cidadania.
16. Intensificação das ações de valorização dos profissionais do Sistema de Segurança Pública e Defesa Social, Assistência Jurídica do Estado e Justiça e Cidadania, por meio da atenção biopsicossocial, visando à qualidade de vida e o desenvolvimento profissional.
17. Fortalecimento e ampliação das ações preventivas (CBM-RR) e de policiamento ambiental da Companhia Independente de Policiamento ambiental – CIPA;
18. Estruturar, fortalecer e expandir a atividade de policiamento rodoviário estadual.
19. Implantação de Bases Comunitárias Móveis da Polícia Militar na capital e interior.



20. Criação do policiamento especializado de turismo, com a implantação de um Pelotão da Polícia Militar e também a criação de UPAJ especializada.
21. Regulamentação do Fundo de Reequipamento da Polícia Militar, conforme previsto no Parágrafo único do artigo 159 da Lei Complementar 194/2012.
22. Fortalecimento das atividades de policiamento ostensivo e de inteligência;
23. Implantação do programa de preparação do profissional de segurança pública para a inatividade;
24. Fortalecimento das Corregedorias do Sistema de Segurança Pública do Estado e Justiça e Cidadania.
25. Criação e Implantação da banda de música do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima.
26. Reestruturação dos Centros de Manutenção de Viaturas do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar.
27. Criação e implantação do canil do Corpo de Bombeiros para busca e salvamentos diversos e da Polícia Civil.
28. Regulamentação do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar – FREBOM.
29. Assistência ao Custodiado, Egresso e Família.
30. Criação, implantação de políticas de Proteção e Defesa dos Interesses e Direito dos Consumidores.
31. Modernização e Estruturação do Serviço de Atendimento ao Consumidor
32. Promover e Apoiar ações aos Direitos Humanos e à Cidadania.
33. Realização de Conferências e Seminários de Políticas Públicas direcionadas aos grupos vulneráveis.
34. Realização da Conferência Estadual LGBT (Lésbicas, Gay, Bissexuais e Transgêneros).
35. Fortalecimento dos Conselhos de Direitos na Promoção da Cidadania e Justiça Social
 - Conselho Estadual Antidrogas – CONEAD
 - Conselho Penitenciário – COPEN
36. Implantar no âmbito da polícia judiciária o atendimento humanitário prestado aos grupos vulneráveis (Polícia Civil e Defensoria Pública).
37. Criação e implantação de unidades do Sistema de Segurança Pública e Defesa Social e Assistência Jurídica nos municípios onde não existem.

38. Criação de Sistemas de Metas à conclusão de inquéritos policiais iniciados há mais de cinco anos.
39. Criação e implantação de delegacias especializadas para apuração e combate aos crimes praticados por organização criminosa, combate à violência no campo e conflitos agrários;
40. Criação e implantação de uma assessoria militar nas dependências do Edifício Sede da Defensoria Pública.
41. Criação e implantação dos Núcleos Especializados: Execução Penal, Violência Doméstica, Infância, Criminal e Cível.
42. Criação e implantação do Complexo Administrativo e Operacional da PC/RR.
43. Criação e implantação do polo operacional da PC/RR em Rorainópolis com anexo dos institutos (Identificação, IC e IML).
44. Criação e implantação do sistema virtual de inquérito policial.
45. Criação e implantação do museu da Polícia Militar.
46. Realização de campanhas educativas e fortalecimento da "educação para o trânsito" nas escolas públicas.
47. Modernização e implantação de parque tecnológico que atenda o sistema de segurança do estado.
48. Unificação dos dados estatísticos do Sistema de Segurança do Estado.
49. Criação e implantação de canil nos municípios de Pacaraima, Bonfim, Rorainópolis, (sede do município e vila Jundiá) e Boa Vista (CIPG/PAMC).
50. Reestruturar e ativar a escola penitenciária.
51. Implementação de política pública e fomento, mediante parcerias, à prevenção ao uso e abuso de drogas e à violência no ambiente escolar da rede pública de ensino.
52. Criação e implantação do serviço de capelania no Estado de Roraima, em especial nas secretarias de saúde, segurança e educação.
53. Criação e implantação de polícia fluvial integrada ao sistema de segurança pública.
54. Implantação de política pública intersetorial para ressocialização, capacitação para o mercado de trabalho de pessoas egressas do sistema prisional.

4.1.11 – Modernização do Estado

Estratégias e Metas:

1. Viabilizar políticas de incentivos para atração de investimentos privado.
2. Promoção de ações para a transferência dos imóveis urbanos e rurais do patrimônio da União para o patrimônio do Estado
3. Reestruturação e fortalecimento da estrutura organizacional do Executivo
4. Fortalecimento das ferramentas de incentivos dos fundos estaduais
5. Fortalecimento das políticas de valorização do servidor público
6. Modernização da estrutura organizacional do Estado e processos administrativos
7. Desenvolvimento de políticas de melhorias da capacidade de gestão de pessoas.
8. Fortalecimento da capacidade de planejamento e de gestão de políticas públicas
9. Revisão, integração e modernização da gestão e dos sistemas de informação estaduais
10. Dinamização dos métodos de cobrança dos tributos e da execução da dívida ativa do Estado
11. Integração de serviços corporativos de Tecnologia da Informação:
12. Executar acordos de cooperação técnica com órgãos e organizações públicas, privadas e sociais para a troca de informações, estudos, pesquisas e experiências
13. Implantar políticas de gestão por resultados na administração pública direta e indireta
14. Realização de concurso público e contratação de servidores
15. Modernização e valorização do patrimônio do Estado:

4.2. O PROGREDIRR

O setor público praticamente esgotou sua capacidade de criar novos empregos. Somente o setor privado será capaz de suprir esta demanda, evitando que

a crise do desemprego já existente, seja aprofundada com imensas implicações sociais.

Por isso, o desafio de construirmos juntos – governo, produtores, empresários, técnicos e políticos – um Programa de Desenvolvimento Sustentável, Geração de Empregos e Renda para Roraima.

Porém, para que Roraima tenha capacidade de gerar novos empregos e renda em volume satisfatório, são necessários incentivos que estimulem o aumento da capacidade produtiva da economia, o que pressupõe investimentos públicos e privados.

Precisamos ampliar a capacidade de atendimento dos serviços públicos para atender ao aumento da população, significa dizer que temos necessidade de novos investimentos em infraestrutura econômica e social.

Nesta lógica de ter que atender a demanda de uma população que aumenta consideravelmente ao ano, é fundamental a realização de investimentos privados na ampliação da capacidade de produção da economia, para expandir a produção de bens e serviços.

Mas para crescer de forma acelerada, é imprescindível buscar novos mercados e explorar possibilidades de negócios com outros estados brasileiros e, principalmente com os países fronteiriços.

Como não queremos e nem podemos mais ter o Governo Estadual como o maior empregador em Roraima, a única saída é o setor produtivo. Neste aspecto, Roraima possui características e potencialidades favoráveis para um modelo de desenvolvimento fundamentado no agronegócio, na agricultura familiar, no turismo e desenvolvimento auto-sustentável das comunidades indígenas.

Roraima apresenta importantes vantagens competitivas no âmbito da agricultura. Dentre outros fatores agroclimáticos, a colheita na entressafra do restante do país, a elevada insolação e a ótima faixa de temperatura para o crescimento vegetal, propiciando precocidade às culturas e maior produtividade, conjugados ao relevo suave e plano, propício à mecanização, numa conjuntura de terras com preços ainda muito baixos, fazem de Roraima a terra das oportunidades para a produção.

Em função da sua posição geográfica o Estado tem possibilidade de atingir grandes mercados consumidores e, somado ao calendário produtivo diferenciado do resto do país, alcançar os melhores preços no mercado mundial para o que aqui for produzido.

Nos próximos anos, Roraima pode experimentar a mais extraordinária transformação de sua história. Vamos dar um salto de qualidade e produtividade, vamos multiplicar a área plantada de grãos, vamos transformar os grãos em rações e alimentar animais, agregando enorme valor à produção ao transformar as proteínas vegetais em proteínas animais, que ajudarão a abastecer o mercado local, do Amazonas, dos países vizinhos, do Caribe e mesmo os mais distantes.

Precisamos criar as condições favoráveis para o desenvolvimento em Roraima e para viabilizar este modelo é fundamental:

1. Priorizar o zoneamento ecológico-econômico, instrumento essencial de planejamento e ordenamento territorial com foco no setor produtivo.

O ZEE será um referencial fundamental para órgãos governamentais na concepção de planos, programas e projetos, para bancos na definição de políticas de financiamento agrícola e para investidores na aquisição e uso das terras. Outra consequência prática da aprovação do ZEE, combinado com o ZARC – Zoneamento Agrícola de Risco Climático – será a redução extremamente significativa dos custos do seguro agrícola incidente sobre financiamentos bancários.

2. Regularização fundiária. A proposta é acelerar a titulação de terras sob as quais não pesam dúvidas e estão destinadas à produção no curto prazo, para que empreendedores de pequeno e médio portes possam rapidamente dispor das garantias imprescindíveis ao financiamento bancário. É prioridade também, identificar para arrecadação e licitação, extensas áreas remanescentes do processo de titulação em diversas glebas, providência salutar para a atração de investidores.

3. O licenciamento e o monitoramento ambiental perfazem condição basilar para a adequada e correta disponibilização de áreas para a atividade produtiva. Desburocratização, agilização e eficiência são palavras de ordem que definem a ação de governo no âmbito dessa condição essencial ao desenvolvimento sustentável.

4. A estruturação da defesa sanitária animal e vegetal é um fator imprescindível à consecução da prosperidade almejada, posto que a sanidade de animais e vegetais é pré-condição para o consumo ou para a comercialização em outros mercados, no país ou no exterior.

5. Tecnologia é fator primordial para a competitividade. A transferência de tecnologias inovadoras para o setor produtivo se dará mediante profunda reestruturação dos serviços de assistência técnica e extensão, de tal sorte que o

conhecimento gerado nas universidades e institutos de pesquisa possa ser eficientemente transmitido para os empreendedores.

6. A infraestrutura produtiva, englobando estradas, pontes, armazéns, energia elétrica, saneamento básico, etc, é uma prioridade inalienável e urgente.

7. Outra condição relevante é o conjunto de incentivos à produção. Como exemplo: para os agricultores familiares e indígenas, o apoio consistirá na disponibilização gratuita do calcário, enquanto para os empreendedores do agronegócio empresarial será oferecido subsídio no frete do insumo.

Com a Lei 215, pretende-se atender todos os produtores de Roraima com a desoneração dos tributos estaduais incidentes sobre os insumos, combustíveis, materiais de construção, máquinas e veículos efetivamente utilizados no contexto da agropecuária. A Lei 215 será prorrogada e a fiscalização será muito mais efetiva. Com ela, será possível garantir condições de competitividade ao setor para alcançar outros mercados.

É preciso compreender que a renúncia fiscal propiciada pela Lei 215 deve ser amplamente compensada pelo incremento dos negócios rurais, pela consequente geração de empregos e renda com a melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores rurais e, em última análise, pela movimentação da economia, ampliando o consumo e a arrecadação de impostos.

8. A proposta é abrir mercados para os alimentos de Roraima, a começar pelos próprios programas de aquisição nos níveis federal e estadual. Amazonas, Guiana e Venezuela são objeto de permanente atenção, na perspectiva de consolidar Roraima como plataforma de produção de alimentos para esses potenciais mercados consumidores.

Relativamente à Venezuela, a idéia básica é tornar Roraima uma base preferencial de produção de alimentos para o Estado Bolívar, com o suporte institucional, promovendo o crescimento gradual nos próximos anos da oferta de alimentos.

9. Agroindústria - qualquer modelo de desenvolvimento do setor primário requer, para que seja bem sucedido, que se promova a agregação de valor à produção, via industrialização. A estruturação de cadeias produtivas e arranjos produtivos locais, desde a produção agrícola e pecuária até o processamento dos produtos e o aproveitamento de subprodutos, é prioridade absoluta. A grande referência será estabelecida pelo milho e a soja, que serão transformados em rações,

as quais alimentarão aves, suínos e bovinos, cujas carnes serão processadas e vendidas nos mercados local, regional e internacional.

10. Atração de Investimentos - Condição complementar indispensável à dinamização do empreendedorismo rural. O foco é a atração de investidores das principais regiões produtoras do Brasil.

11. A condição de acesso a crédito bancário, via financiamentos voltados para investimentos fixos e capital de giro, deriva da presença das condições anteriores, especialmente a regularização fundiária e o licenciamento ambiental. É o que o homem do campo exige: a propriedade legalmente reconhecida sobre sua própria terra, para facilitar o acesso às linhas de crédito que os bancos oferecem.

O título definitivo proporciona garantia real e abre as portas para a autonomia do produtor, que poderá obter os recursos suficientes para realizar seus projetos. O dever do Governo é propiciar os meios para que o produtor, sobretudo o pequeno, possa acessá-los.

Com esse propósito, a Agência de Fomento será fortalecida e intensificado o relacionamento institucional com o Banco do Brasil, Caixa Econômica e Banco da Amazônia.

Assim, estamos construindo o Programa de Desenvolvimento Sustentável, Geração de Empregos e Renda de Roraima – PROGREDIRR, e estabelecendo os onze Pilares do Desenvolvimento: Zoneamento Ecológico-Econômico, Regularização Fundiária, Licenciamento Ambiental, Defesa Sanitária, Tecnologia, Agroindústria, Infraestrutura, Mercados, Incentivos Fiscais, Atração de Investidores e Crédito.



Para financiar esses investimentos, diante do atual quadro crítico

orçamentário-financeiro em que Roraima se encontra, a solução é intensificar iniciativas para diversificar as fontes de financiamento e dispor de projetos que ajudem na captação de novos recursos.

Em síntese, muito mais do que a meta do crescimento, a proposta é trabalhar pelo desenvolvimento integrador e inclusivo, sustentável nas dimensões econômica, social e ambiental. Ademais, a produção gera riquezas que se direcionam do campo para as cidades e irrigam toda a economia, vitalizando todos os setores. Com base na agricultura, pecuária, piscicultura, agroindústria e indústria madeireira e consequente impacto significativo nos empregos do comércio, serviços e turismo.

O PROGREDIRR, está organizado em dois grandes grupos de projetos/iniciativas. Os chamados **Projetos Transversais** que objetivam preparar o ambiente para o desenvolvimento da produção e os **Projetos de Desenvolvimento**, que são os setores/potencialidades que serão priorizados para alcançar o desenvolvimento de Roraima.

Projetos Transversais:

1. Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE
2. Regularização Fundiária
3. Licenciamento e Monitoramento Ambiental
4. Infraestrutura Produtiva
5. Incentivo Fiscal
6. Viabilização do Acesso ao Crédito
7. Atração de Investimentos
8. Acesso à Tecnologia
9. Sanidade Animal e Vegetal
10. Agroindustrialização
11. Acesso a Mercados

Projetos de Desenvolvimento:

1. Agronegócio Empresarial
2. Agronegócio Familiar
3. Desenvolvimento do Setor da Indústria, Comércio e Serviços
4. Turismo

MODELO DE GESTÃO PROPOSTO PARA O PROGREDIRR

O *PROGREDIRR* tem como princípio fundamental a orientação da gestão pública voltada para resultados. Ao conceber um Programa com tamanha complexidade e abrangência, é necessário assegurar que a suas ações ocorram com a eficiência, eficácia e efetividade requeridas.

Para chegar aos resultados neste nível proposto, é necessário alcançar uma sinergia estratégico-operacional, que foi exercitada inicialmente na etapa de planejamento participativo, e congregar todos os agentes comprometidos em torno de uma instância máxima de deliberação. Mas, isso não exclui a obrigação primária de responsabilização de cada agente público no desempenho das atividades de suas respectivas instituições.

Pois, uns dos aspectos fundamentais para o PROGREDIRR é garantir que as metas estabelecidas sejam devidamente monitoradas e avaliadas de maneira contínua, de tal forma que seja possível produzir informações gerenciais em tempo hábil, que permitam a tomada de decisão na busca dos resultados almejados para o Programa.

Assim, concebeu-se como modelo de gestão para o PROGREDIRR uma Coordenação Estratégico-Operacional vinculado ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CONDES, que atuará como instância consultiva e deliberativa.

O CONDES tem como objetivo manter o processo de análise, adequação, monitoramento e avaliação das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento, e especialmente, na identificação e execução das metas e prioridades estabelecidas para o PROGREDIRR.

5. OS GRANDES NÚMEROS DO PPA 2016 - 2019

Como referência para as projeções das receitas e despesas para o PPA 2016 – 2019 utilizaram-se os índices de previsão de crescimento do PIB brasileiro e de inflação conforme o IPCA. Para o ano de 2016 o índice estimado para o PIB Real foi de 1,5% e para o IPCA de 5,6%. Já para os anos de 2017 a 2019 o crescimento do PIB Real de 1,9%, 2,4% e 2,4% respectivamente, e o IPCA permanecendo em 4,5%.

A Tabela a seguir indica os índices que serviram de base para estimar o crescimento médio de Receita do Estado para o próximo quadriênio.

EXERCÍCIO	INFLAÇÃO - IPCA	CRESC. PIB
2016	5,6%	1,3%
2017	4,5%	1,9%
2018	4,5%	2,4%
2019	4,5%	2,4%

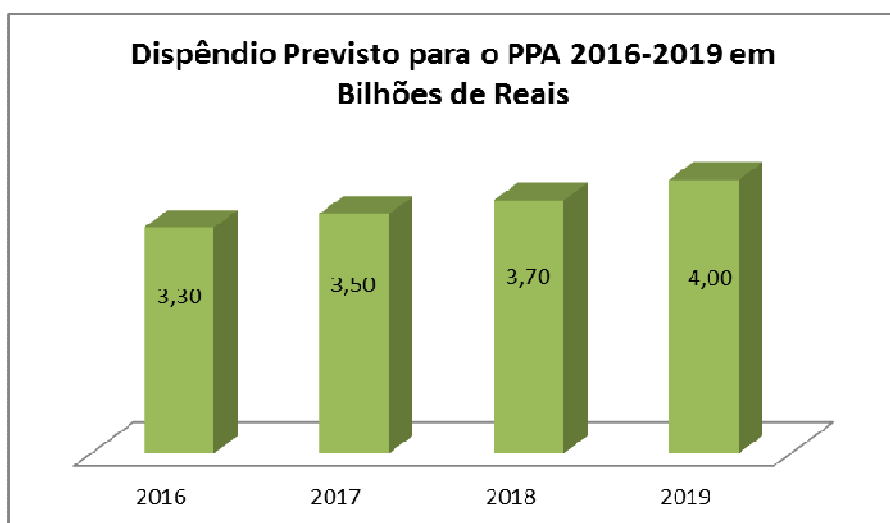
Fonte: Coordenadoria Geral de Orçamento Público/SEPLAN

Com base nestes índices, pode-se estimar para o período do Plano um volume de aproximadamente 14,5 bilhões de reais em recursos de fontes orçamentárias, considerando aqui, inclusive, as receitas do IPER.

Nesse contexto, o planejamento das ações do Governo para os próximos anos será essencial para compatibilizar os objetivos de alcançar o máximo crescimento possível, ampliar a inclusão social, reduzir o desemprego e fortalecer a cidadania com as restrições decorrentes da necessidade de financiamento na consolidação dos programas do Plano Plurianual (PPA) 2016–2019.

Cabe ressaltar o grande desafio posto ao Governo do Estado: conciliar a necessidade de disponibilizar recursos para a implementação de programas estratégicos com uma restrição orçamentária. No entanto, tal restrição tem sido ratificada pelo estabelecimento de limites legais para alguns indicadores de composição de gastos e de endividamento. Sendo assim, obter a sustentabilidade da dívida consolidada, ao mesmo tempo em que se busca garantir a efetivação dos programas discutidos com a sociedade, tornam maior a responsabilidade na efetivação do PPA 2016–2019.

O Gráfico abaixo evidencia a previsão de dispêndio para os quatro anos do Plano, em torno de 14,5 bilhões de reais.



Dispêndio por Dimensão Estratégica

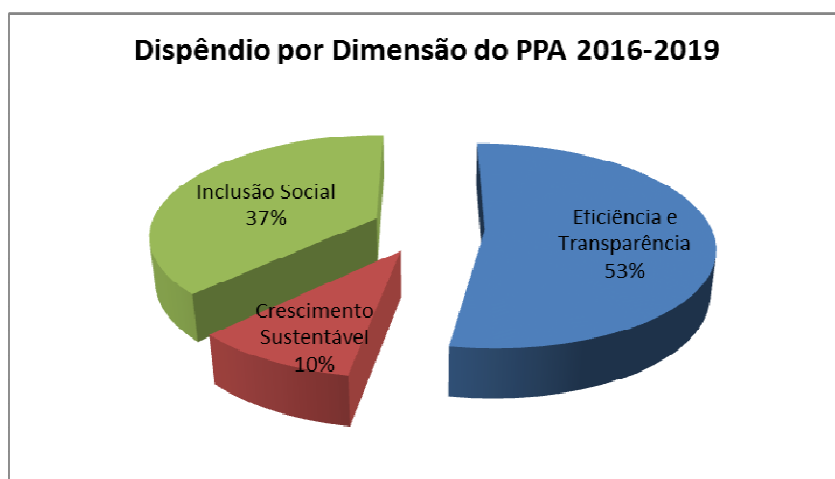
Os programas do PPA estão agrupados em três grandes Dimensões Estratégicas:

1. Dimensão Inclusão Social
2. Dimensão Crescimento Sustentável
3. Dimensão Eficiência e Transparência da Gestão

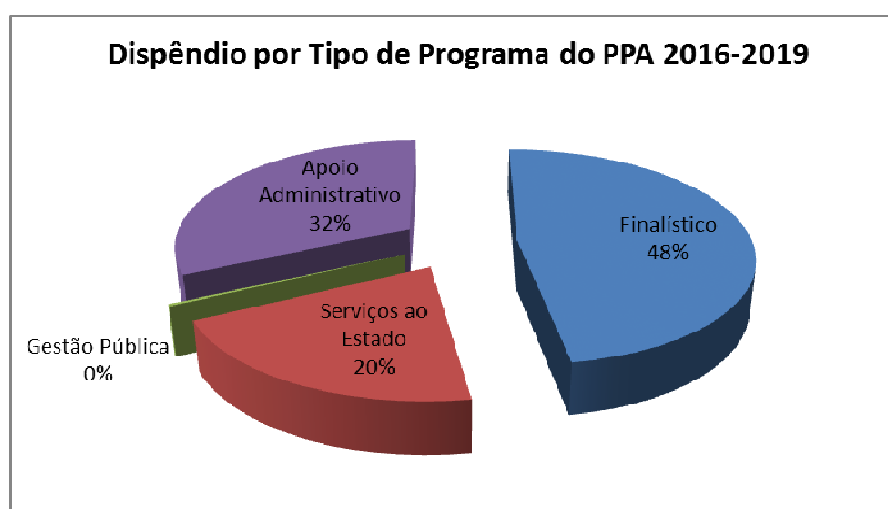
Verifica-se no Gráfico abaixo o total de recursos previstos por Dimensão para os programas contidos no PPA, excluindo o de Apoio Administrativo. A Dimensão Inclusão Social, representa 37%, totalizando aproximadamente R\$ 3,7 bilhões para os quatros anos do Plano. Nesta Dimensão destacam-se programas das áreas do trabalho, emprego, assistência social, saúde, educação e segurança.

Na dimensão Crescimento Sustentável, estão os programas das áreas voltadas para a produção agropecuária, indústria, comércio, turismo, infraestrutura, meio ambiente e ciência e tecnologia. Esta dimensão corresponde a 10% do total de recursos para o Plano, significando aproximados R\$ 978 milhões.

A dimensão Eficiência e Transparência da Gestão representa 53%, em torno de R\$ 5,2 bilhões do total, destacando-se os programas que visam à regularização fundiária e modernização tributária.



Os programas finalísticos representam 48% do total dos recursos para os quatro anos do PPA, significando aproximados R\$ 6,9 bilhões. Os tipos de programa considerados como Serviço e Gestão, juntos, representam 20% do total, o que representa em torno de R\$ 3 bilhões, enquanto que o Apoio Administrativo representa 32% para os quatro anos, somando R\$ 4,6 bilhões do Plano. Conforme demonstra o Gráfico abaixo.



6. DEMONSTRATIVOS DOS PROGRAMAS POR DIMENSÃO ESTRATÉGICA

6.1 – Dimensão Crescimento Sustentável

Programa:	018-Gestão do Planejamento Governamental
Objetivo:	Promover a gestão, o acompanhamento e a avaliação do planejamento estadual
Unidade responsável:	16.101-Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento



Programa:	072-Desenvolvimento dos Setores Produtivos
Objetivo:	Melhorar o desempenho dos setores produtivos
Unidade responsável:	16.101-Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento
Programa:	082-Gestão Ambiental e Promoção do Desenvolvimento Sustentável
Objetivo:	Promover e executar as políticas de meio ambiente, defesa, preservação, uso, conservação e recuperação dos recursos naturais
Unidade responsável:	16.201-Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima - FEMARH-RR
Programa:	084-Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento
Objetivo:	Formular, promover e executar as políticas de ciência, tecnologia e inovação, mediante estímulo, fomento, apoio, promoção, produção e difusão do conhecimento visando o desenvolvimento sócio-ambiental para a melhoria da qualidade de vida da população
Unidade responsável:	16.301-Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima - IACTI-RR
Programa:	034-Abastecimento Agroalimentar
Objetivo:	Promover Ações que assegurem a regularização do Abastecimento de Gêneros Alimentícios
Unidade responsável:	18.101-Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Programa:	058-Assistência Técnica e Extensão Rural
Objetivo:	Desenvolver processos permanentes e construtivistas, visando a formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, objetivando melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento rural sustentável.
Unidade responsável:	18.101-Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Programa:	073-Desenvolvimento do Agronegócio
Objetivo:	Estimular a extensão e a modernização da produção agropecuária
Unidade responsável:	18.101-Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Programa:	077-Fortalecimento da Agropecuária Familiar
Objetivo:	Estimular a expansão e modernização da produção agropecuária familiar
Unidade responsável:	18.101-Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Programa:	035-Regularização Fundiária
Objetivo:	Proteger a Integridade do Território do Estado e Promover a Regularização Fundiária
Unidade responsável:	18.301-Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima – ITERAIMA



Programa:	033-Defesa Agropecuária
Objetivo:	Promover a sanidade animal e vegetal, garantindo a saúde pública
Unidade responsável:	18.302-Agência de Defesa Agropecuária do Estado de Roraima – ADERR
Programa:	049-Infraestrutura do Saneamento Básico
Objetivo:	Assegurar a Oferta de Água de Boa Qualidade e Ampliar o Sistema de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário
Unidade responsável:	20.501-Companhia de Águas e Esgotos de Roraima – CAER
Programa:	042-Inovação Tecnológica nas Telecomunicações
Objetivo:	Garantir a prestação dos serviços de telecomunicações de forma contínua, primando pela inovação tecnológica.
Unidade responsável:	21.101-Secretaria de Estado da Infra-Estrutura
Programa:	043-Execução de Obras Públicas e Urbanismo
Objetivo:	Dotar os Espaços Públicos com Infraestrutura Adequada
Unidade responsável:	21.101-Secretaria de Estado da Infra-Estrutura
Programa:	075-Infraestrutura do Sistema Viário
Objetivo:	Promover a Ampliação e Manutenção da Malha Viária do Estado de Roraima
Unidade responsável:	21.101-Secretaria de Estado da Infra-Estrutura
Programa:	047-Geração de Energia Elétrica
Objetivo:	Ampliar a Capacidade de Geração de Energia Elétrica
Unidade responsável:	21.501-Companhia Energética de Roraima – CERR
Programa:	048-Transmissão, Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica
Objetivo:	Garantir a Manutenção, a Ampliação e a Comercialização dos Sistemas de Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica no Interior do Estado
Unidade responsável:	21.501-Companhia Energética de Roraima – CERR

6.2 – Dimensão Eficiência e Transparência na Gestão Pública

Programa:	060-Operacionalização da Representação Civil e Política do Governo Estadual
Objetivo:	Promover Assessoramento Direto ao Governador, em Assuntos de Natureza Política, Social e Parlamentar.
Unidade responsável:	13.101-Casa Civil
Programa:	015-Segurança e Defesa do Estado
Objetivo:	Representar o Estado Judicial e Extrajudicialmente e Interpretar Atos Normativos, Unificando a Aplicação da Lei no âmbito do Poder Executivo.
Unidade responsável:	13.107-Procuradoria-Geral do Estado de Roraima-PROGE
Programa:	065-Gestão da Previdência Social do Estado de Roraima
Objetivo:	Assegurar aos Servidores Contribuintes e seus Dependentes os Benefícios Previdenciários estabelecidos em Lei
Unidade responsável:	15.301-Instituto de Previdência do Estado de Roraima
Programa:	051-Fortalecimento e Modernização da Gestão Fiscal
Objetivo:	Fortalecer a Administração Tributária, modernizar o Sistema de Arrecadação e promover a justiça fiscal do Estado.
Unidade responsável:	22.101-Secretaria de Estado da Fazenda
Programa:	061-Operações Especiais
Objetivo:	Amortizar Encargos das Dívidas Públicas, Contribuir Para a Formação do Patrimônio Público do Servidor - PASEP e Promover a Melhor Distribuição de Recursos Destinados aos Municípios
Unidade responsável:	22.101-Secretaria de Estado da Fazenda
Programa:	066-Extinção e Liquidação de Entidades Públicas Estaduais
Objetivo:	Liquidar saldo devedor com fornecedores e causas trabalhistas constantes nos processos.
Unidade responsável:	22.101-Secretaria de Estado da Fazenda
Programa:	001-Atuação do Poder Legislativo
Objetivo:	Formular e apreciar proposições legislativas, exercer a fiscalização e controle externo do poder público e desempenhar as demais funções constitucionais, legais e regimentais
Unidade responsável:	01.101-Assembléia Legislativa do Estado de Roraima
Programa:	002-Execução do Controle Externo



Objetivo:	Zelar pela correta aplicação dos recursos públicos do Estado e auxiliar a Assembléia Legislativa na função de exercer o controle externo
Unidade responsável:	01.101-Tribunal de Contas do Estado de Roraima
Programa:	003-Prestação Jurisdicional da Justiça Estadual
Objetivo:	Realizar justiça para promoção da paz social por meio de uma prestação jurisdicional acessível, célere, efetiva, transparente e sustentável
Unidade responsável:	12.101-Tribunal de Justiça do Estado de Roraima
Programa:	013-Divulgação e Difusão de Informações
Objetivo:	Promover a Divulgação de Informações de Interesse Público e Difusão do Sistema de Rádio
Unidade responsável:	13.104-Secretaria de Estado da Comunicação Social
Programa:	094-Execução do Controle Interno
Objetivo:	Executar procedimentos de controle interno, visando à avaliação de resultados, que possam subsidiar reformulações e ajustamento das políticas de governo do Estado, zelando pela aplicação eficiente e eficaz do gasto público.
Unidade responsável:	13.105-Controladoria-Geral do Estado
Programa:	064-Gestão da Logística de Transporte
Objetivo:	Otimizar o Gerenciamento dos Meios de Transporte do Governo do Estado
Unidade responsável:	15.101-Secretaria de Estado da Gestão Estratégica e Administração
Programa:	068-Gestão de Recursos Humanos Estadual
Objetivo:	Coordenar e implementar medidas administrativas, realizando tarefas e atividades específicas, visando o controle efetivo de pessoal
Unidade responsável:	15.101-Secretaria de Estado da Gestão Estratégica e Administração
Programa:	069-Gestão de Patrimônio
Objetivo:	Aperfeiçoar a Máquina Administrativa, incrementando os Mecanismos Legais, Operacionais, Administrativos e Tecnológicos necessários à Gestão de um Estado Moderno e Empreendedor
Unidade responsável:	15.101-Secretaria de Estado da Gestão Estratégica e Administração
Programa:	089-Governo Eletrônico
Objetivo:	Viabilizar, Normatizar, Regulamentar e Coordenar a Gestão da Informatização, provendo os Meios para a Modernização e Desenvolvimento da Administração Pública.



Unidade responsável:	15.101-Secretaria de Estado da Gestão Estratégica e Administração
Programa:	010-Apoio Administrativo
Objetivo:	Prover os órgãos do Estado dos Meios Administrativos para a Implementação e Gestão de seus Programas Finalísticos
Unidade responsável:	16.101-Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento
Programa:	090-Gestão de Informação, Estudo e Pesquisa para o Desenvolvimento Sócio-econômico
Objetivo:	Produzir e difundir informações sócio-econômicas
Unidade responsável:	16.101-Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento
Programa:	063-Registro Mercantil
Objetivo:	Expandir os Serviços Mercantis da JUCERR no Estado de Roraima
Unidade responsável:	22.301-Junta Comercial do Estado de Roraima – JUCERR
Programa:	004-Defesa da Ordem Jurídica e dos Interesses Sociais e Individuais Indisponíveis
Objetivo:	Defender a Ordem Jurídica, o Regime Democrático e os Interesses Sociais e Individuais
Unidade responsável:	25.101-Ministério Público do Estado de Roraima

6.3 – Dimensão Inclusão Social

Programa:	024-Desenvolvimento da Educação Profissional
Objetivo:	Implementar a Rede de Educação Profissional
Unidade responsável:	17.101-Secretaria de Estado da Educação e Desporto
Programa:	029-Qualificação de Profissionais para a Educação
Objetivo:	Habilitar e Capacitar os Profissionais da área de Educação para o aperfeiçoamento do ensino público
Unidade responsável:	17.101-Secretaria de Estado da Educação e Desporto
Programa:	030-Desenvolvimento do Desporto e do Lazer
Objetivo:	Promover o desenvolvimento do Desporto e do Lazer, favorecendo o acesso às práticas desportivas e recreativas
Unidade responsável:	17.101-Secretaria de Estado da Educação e Desporto
Programa:	067-Desenvolvimento da Educação Superior
Objetivo:	Proporcionar a Formação Acadêmica em Nível Superior
Unidade responsável:	17.101-Secretaria de Estado da Educação e Desporto
Programa:	080-Desenvolvimento da Educação Básica
Objetivo:	Desenvolver e fortalecer o ensino com condições de qualidade nos diversos níveis e modalidades
Unidade responsável:	17.101-Secretaria de Estado da Educação e Desporto
Programa:	012-Defesa Civil
Objetivo:	Prevenir e minimizar desastres, socorrer e assistir as populações atingidas
Unidade responsável:	19.102-Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Roraima
Programa:	038-Vigilância em Saúde
Objetivo:	Fortalecer o processo de promoção, prevenção, recuperação, controle e avaliação da saúde, por meio de implementação das políticas estratégicas da vigilância em saúde
Unidade responsável:	20.601-Fundo Estadual de Saúde
Programa:	078-Atenção Integral à Saúde
Objetivo:	Ampliar e melhorar as condições de acesso universal aos serviços de saúde, buscando integralidade da atenção à saúde
Unidade responsável:	20.601-Fundo Estadual de Saúde



Programa:	079-Gestão da Política de Saúde
Objetivo:	Organizar em 100% a Assistência à Saúde de Forma Regionalizada e Hierarquizada no Estado
Unidade responsável:	20.601-Fundo Estadual de Saúde
Programa:	053-Programa Estadual de Habitação de Roraima - BEM MORARR
Objetivo:	Permitir o acesso à moradia, visando à redução do déficit habitacional no Estado de Roraima.
Unidade responsável:	23.101-Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social
Programa:	054-EmpregaRR
Objetivo:	Ampliar as Oportunidades de Trabalho e Renda
Unidade responsável:	23.101-Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social
Programa:	055-Proteção Social Especial
Objetivo:	Garantir o direito à assistência social de pessoas em risco pessoal e social no Estado de Roraima
Unidade responsável:	23.101-Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social
Programa:	070-Segurança Alimentar e Nutricional
Objetivo:	Atender famílias necessitadas que diariamente sofrem com a fome e com a pobreza
Unidade responsável:	23.101-Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social
Programa:	083-Proteção Social Básica
Objetivo:	Promover ações de atendimento às famílias em vulnerabilidade e risco social no Estado de Roraima
Unidade responsável:	23.101-Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social
Programa:	085-Desenvolvimento Social
Objetivo:	Integrar Políticas Públicas para o Desenvolvimento Social
Unidade responsável:	23.101-Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social
Programa:	093-Gestão das Políticas de Trabalho, Combate a Fome, Habitação e da Assistência Social
Objetivo:	Coordenar, planejar, monitorar, avaliar e implementar políticas de Assistência Social
Unidade responsável:	23.101-Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social
Programa:	095-Proteção Integral a Criança e ao Adolescente
Objetivo:	Garantir a proteção integral à criança e ao adolescente, conforme determina o artigo 4º do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/93)



Unidade responsável:	23.101-Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social
Programa:	036-Gestão do Sistema Penitenciário
Objetivo:	Aperfeiçoar o Modelo Penitenciário e Promover a Reintegração do Preso à Sociedade.
Unidade responsável:	26.101-Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania
Programa:	037-Segurança e Defesa do Cidadão
Objetivo:	Promover a Defesa do Cidadão, Aprimorando a Capacidade Gerencial e Operacional dos Órgãos de Segurança Pública
Unidade responsável:	26.101-Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania
Programa:	062-Proteção e Segurança ao Consumidor
Objetivo:	Divulgar e Fiscalizar os Direitos do Consumidor à Sociedade.
Unidade responsável:	26.101-Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania
Programa:	087-Gestão das Políticas de Etnodesenvolvimento
Objetivo:	Promover Ações que assegurem o Crescimento e Desenvolvimento Produtivo, Cultural e Social nas Comunidades Indígenas
Unidade responsável:	27.101-Secretaria de Estado do Índio
Programa:	096-Prestação da Defesa Jurídica e da Cidadania
Objetivo:	Assegurar a Assistência Jurídica, judicial e extrajudicial, de caráter integral ao cidadão necessitado do Estado de Roraima.
Unidade responsável:	32.101-Defensoria Pública do Estado de Roraima
Programa:	031-Proteção, Produção e Difusão Cultural
Objetivo:	Promover, apoiar, proteger, difundir, incentivar e fortalecer a proteção e produção cultural do Estado de Roraima
Unidade responsável:	34.101-Secretaria de Estado da Cultura – SECULT



ADENDO

PLANEJANDO COM O POVO

1. PLANEJANDO COM O POVO (Fóruns de Desenvolvimento Sustentável)

Desde o início da gestão, a prioridade absoluta é a criação de programa de desenvolvimento capaz de fomentar a produção agrícola e industrial, dinamizar o comércio, os serviços e o turismo, oferecer apoio e suporte a empreendedores informais e formais, no campo e nas cidades, de pequeno a grande portes, indígenas, produtores, autônomos, profissionais liberais e empresários, fazendo de Roraima um lugar bom para trabalhar, gerar riquezas e prosperidade para todos.

O desafio é criar um ambiente favorável aos empreendedores, preparando o solo onde serão plantadas as sementes do progresso, aplainando o terreno, removendo o pedregulho, arando para oxigenar os negócios e fazer com que suas raízes se fixem bem e resistam às inconstâncias do tempo. Gerar ambiência propícia aos negócios, à produção e ao empreendedorismo é a palavra de ordem! Entretanto, esse discurso somente faz sentido se puder ser traduzido em programa estruturado, inteligente e articulado composto de projetos e ações, elaborado a partir de diagnóstico preciso dos problemas e necessidades que travam o aproveitamento das potencialidades e oportunidades de Roraima.

Pilares que estruturam o ambiente favorável à produção em Roraima



Por isso, o trabalho de identificação das condições necessárias à criação desse ambiente fértil ao desenvolvimento consumiu muitas horas de planejamento

participativo com empreendedores dos mais diversos segmentos, ainda em 2014, sob os auspícios da União dos Empreendedores de Roraima – UNIRR. Assim, nossa gestão pôde beneficiar-se desse trabalho pregresso, aprofundá-lo e expandi-lo, delineando tecnicamente ações estruturantes capazes de superar esses desafios. Desafios que podem ser expressos como condições ou então como pilares sobre os quais será construído um novo Roraima, pujante, autossuficiente e competitivo.

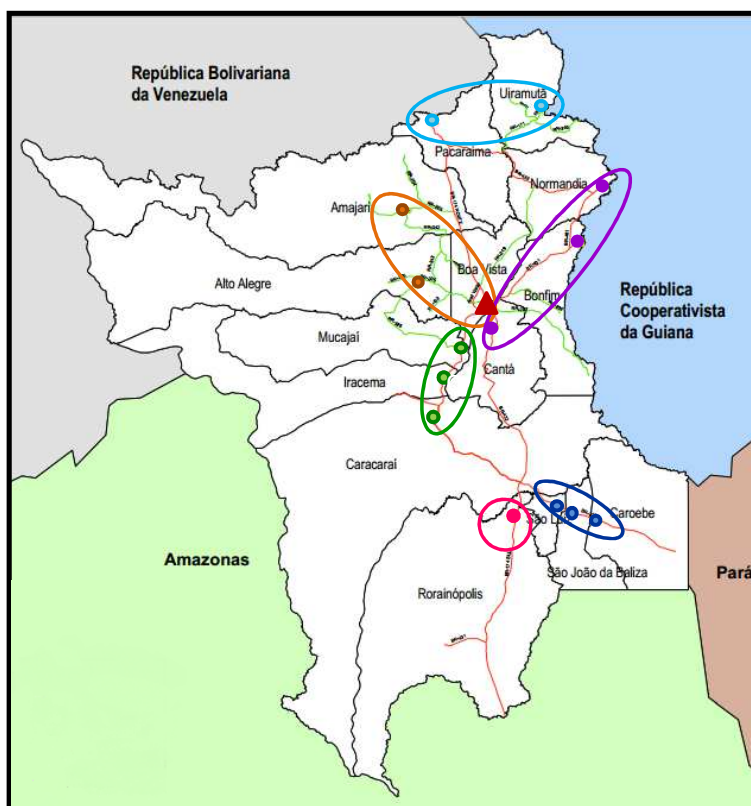
Anteriormente isoladas, ensimesmadas, como se fossem compartimentos estanques, esses órgãos de governo muitas vezes sequer dialogavam, por vezes competiam, superpunham esforços e ações. Pois esse trabalho de concepção de ações transformadoras da realidade propiciou a integração das equipes dirigentes e técnicas de um conjunto de instituições do Governo do Estado, unindo SEPLAN, SEAPA, SEINF, SEI, ADERR, AFERR, CAER, CERR, CODESAIMA, FEMARH, IACTI e ITERAIMA num mesmo propósito, ideal e jornada.

O alinhamento estratégico deu um norte ao conjunto de organizações de governo diretamente vinculadas à questão do desenvolvimento econômico de Roraima. Animadas por essa direção comum, suas equipes se prepararam para uma experiência ímpar, que consolidou em definitivo o sentimento e a convicção de pertencimento a uma unidade fundamental – Governo – cuja razão de ser é servir ao Povo. O trabalho com os empresários descortinou as condições, com os técnicos foram desenvolvidas soluções, contudo todo esse arcabouço precisava ser reconhecido, debatido, criticado, enriquecido, validado e legitimado pelo Povo, Povo de Roraima.

Portanto, por determinação da Governadora, formou-se a Caravana do Povo, com o propósito de planejar com o Povo os rumos do desenvolvimento para o período 2016-2019, no âmbito do Planejamento Plurianual – PPA, considerando, contudo, tendências de futuro no contexto do longo prazo. A ideia básica era perscrutar as diferentes realidades das comunidades de Roraima, considerando a diversidade cultural e de demandas, idiosincrasias, carências, aspirações e potencialidades, em harmonia com as diferentes vocações associadas ao uso do solo, às riquezas cênicas e à localização geoeconômica. Assim, concebeu-se a proposta de pólos regionais:

Considerando a natural atratividade de Boa Vista como pólo centralizador, a estratégia foi desenhada e sequenciada segundo critérios de logística e similaridade, indicando-se em negrito, as cidades-sede das microrregiões: 1. Mucajaí, **Iracema** e

Caracaraí; 2. São Luiz, **São João** e Caroebe; 3. **Rorainópolis**; 4. Normandia, **Bonfim** e Cantá; 5. **Uiramutã** e Pacaraima; 6. Alto Alegre, Boa **Vista** e Amajari.



A estruturação de pólos regionais de desenvolvimento obedeceu à lógica de manifestar o caráter democrático e participativo do Governo, que ficou expresso no lema “Governo do Povo, pelo Povo e para o Povo”; na vontade política inarredável de planejar com o Povo, em última instância em prol da maximização dos resultados das políticas públicas de desenvolvimento; para promover prestação de contas das ações de Governo; para propiciar a regionalização das ações e metas governamentais; para organizar a atividade produtiva; para catalisar a sinergia intragovernamental e com os atores sociais; para otimizar a aplicação dos recursos públicos; para interiorizar o desenvolvimento; para avançar nas contribuições para o PPA e, particularmente, para a construção coletiva do Programa de Desenvolvimento Sustentável, Geração de Empregos e Renda – PROGREDIRR.

Concomitantemente, o objetivo era o de contribuir para a criação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social – CONDES, e com a eleição de representantes para o CONDES.

O cronograma contemplou seminários de planejamento estratégico participativo nas cidades-sede, conforme a seguinte programação: Iracema – 19/06; São João da

Baliza -25/06; Rorainópolis – 26/06; Bonfim – 30/06; Uiramutã – 03/07; e Boa Vista – 29 a 31/07. A agenda dos eventos no interior compôs-se de:

Manhã

- Apresentação dos participantes
- Contextualização do Programa de Desenvolvimento
- Debates para adequação à realidade do Pólo

Tarde

- Debates para adequação à realidade do Pólo
- Considerações complementares referentes à elaboração de Documento-proposta
- Eleição de representantes para o Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social - CONDES

Iracema/Mucajaí/Caracaraí



O primeiro seminário do “Planejando com o Povo”, também denominado fórum de desenvolvimento sustentável, ocorreu nas dependências da Biblioteca Municipal de **Iracema**, com a participação de representantes de 31 instituições federais, estaduais, municipais e não governamentais e, em especial, de produtores rurais, microempresários do comércio, serviços e indústria, totalizando 107 participantes.

Os debates e contribuições versaram, sobretudo, sobre o tema infraestrutura, particularmente as reivindicações de melhorias nas pontes, bueiros e conservação e manutenção das rodovias estaduais e vicinais.

As demandas mais relevantes por obras foram o asfaltamento da vicinal do Tamandaré, na região de Mucajaí; a recuperação/asfaltamento da Vicinal 09 e ramais do PA Vila Nova (parceria via INCRA); a recuperação/asfaltamento da Vicinal T da Vila Nova em conjunto com as vicinais 14, 15 e 17 na mesma linha; a recuperação da vicinal Serra Dourada – Caracaraí; a recuperação/pavimentação da vicinal 10 de Iracema; a recuperação e pavimentação da RR 325 – Mucajaí – Apiaú; e a interiorização do Sistema de Esgotamento Sanitário (2016-2019). Merece destaque ainda a solicitação de recebimento pela CAER do Sistema de Esgotamento Sanitário de Mucajaí.

No tema transversal Meio Ambiente, Planejamento e Ordenamento Territorial foi enfatizada a promoção da exploração madeireira e não madeireira de forma sustentável: Realizar plano de manejo florestal em áreas de posse; incentivar o florestamento e reflorestamento com espécies madeireiras para a recuperação de áreas degradadas.

No tema Agronegócio, o fortalecimento da agroindústria para beneficiamento de produtos: Recuperar a agroindústria de filetagem de tambaqui em Iracema. A viabilização da aquisição de calcário: Subsídio no frete do calcário adquirido (Lei



803/11); a reestruturação do moinho de calcário e o incentivo à produção, industrialização e comercialização das culturas de Açaí, Castanha do Brasil e Farinha.

Visando à ampliação de mercados: Incentivar empresas que queiram fazer o registro de exportador/importador nas instituições anuentes do comércio exterior e contribuir para que seus prepostos e funcionários possam se inserir nas diversas ações e atividades do segmento, principalmente o de capacitação e prática documental.

Nesse contexto, ainda, a promoção do engajamento de representantes dessas empresas em cursos, seminários, encontros, missões empresariais em nível nacional e internacional, em parceria com instituições representativas de segmentos empresariais tais como FIER, FECOMÉRCIO, FAERR, SEBRAE, SUFRAMA, MRE e outras, com a finalidade de prospectar novos mercados para seus produtos.

E, finalmente, identificar produtos potenciais do setor primário, visando à negociação com o mercado exterior e facilitando a interlocução entre os governos e os setores empresariais dos países vizinhos, para aproximação e formatação de negócios.

São João da Baliza/São Luís do Anauá/Caroebe



O segundo fórum do “Planejando com o Povo” ocorreu em **São João da Baliza**, cidade-sede da microrregião integrada ainda por São Luís do Anauá e Caroebe. O evento ocorreu nas dependências do SESC e foi prestigiado por numerosas autoridades locais, inclusive o Prefeito Municipal. 41 instituições se fizeram presentes, sendo 4 federais, 11 estaduais, 6 municipais e 20 não governamentais, número bastante expressivo, com entidades tais como: APRUBS – Associação dos Produtores Rurais de Banana – Caroebe; Sindicato Produtores Rurais de Baliza - S. João da Baliza; STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – S. João da Baliza e Caroebe; Associação de Pequenos Produtores Rurais – Caroebe; Associação Vicinal 31 – S. João da Baliza; Colônia dos Pescadores – São Luiz. O número total de participantes ascendeu a 92.

Dentre as principais contribuições, cabe registrar: promover a manutenção/conservação/pavimentação das BRs 174/210/401/432 (através do DNIT); promover melhorias em pontes, bueiros e galerias (indicações da Secretaria do Índio e SEAPA) e substituição de pontes.

No âmbito do Agronegócio: Melhorar a produtividade média das lavouras – tecnificando as áreas já abertas; Melhorar o padrão de qualidade dos grãos produzidos – Adotando tecnologias adequadas; Erradicar a febre aftosa – classificação de risco livre de aftosa com vacinação; Estruturar o órgão fiscalizador (Fortalecer as barreiras sanitárias - ADERR); Reformar o MAFIR e manter o SIF; Firmar parcerias com as prefeituras para viabilizar os matadouros municipais de pequenos e médios animais e implantar o SIM;

Fortalecer a agroindústria para beneficiamento de produtos; Realizar diagnóstico e estudo de mercado completo da agroindustrialização no Estado; Estabelecer parcerias entre órgãos públicos e privados para incentivar o desenvolvimento de agroindústrias artesanais/SIE;



Recuperar (concluir) a agroindústria de filetagem de tambaqui em Iracema; Incremento da pecuária de corte, leiteira e de pequenos animais na agricultura familiar, abrangendo o melhoramento genético, inclusive de raças leiteiras, e o estímulo à recuperação de pastagens degradadas - utilização sistema de manejo em piquetes rotacionados; Incentivar a mandiocultura, piscicultura e avicultura, principalmente junto às comunidades indígenas e tradicionais.

Outros temas: Manter e ampliar incentivos fiscais; Promover a exploração madeireira e não madeireira de forma sustentável; Ampliar as áreas de florestamento e reflorestamento com espécies florestais; Criação de viveiros agroflorestais; Implantação de um laboratório de análise de solo; e criação de pólos moveleiros.

Considerações relevantes: O município tem carne de boa qualidade, porém tem dificuldade na comercialização por falta de um matadouro e do atendimento às demais exigências sanitárias. Como alternativa para combater o abate clandestino, foi incluído na proposta original que sejam firmadas parcerias com as prefeituras para viabilizar matadouros municipais de pequenos e médios animais e implantar o SIM.

Rorainópolis



Em **Rorainópolis**, o fórum de desenvolvimento sustentável contou com a participação do Prefeito, Vice-Prefeito e secretários municipais, dentre outras autoridades. Ocorreu nas instalações da UERR. 28 instituições presente, sendo 2 federais, 11 estaduais, 6 municipais; e 9 não governamentais, contando com 79 participantes.

Mereceram a atenção da platéia a recuperação das pontes da BR 431, de Jundiá (estradinha do Jundiá) e de um conjunto de vicinais, assim como a recuperação/asfaltamento de vicinais, tais como as vicinais da BR 431, de Jundiá (estradinha do Jundiá).

No que concerne ao Agronegócio: Estruturar e melhorar a assistência técnica e extensão rural oficial aos produtores. Embora reconheçam a importância do futuro CDT (Centro de Difusão Tecnológica) de frutas, em Novo Paraíso, os munícipes reclamam da falta de assistência técnica, para que possam fazer o beneficiamento da produção. Ressaltam que na Casa do Produtor Rural há técnicos, mas não existe estrutura suficiente para o desempenho de suas funções.

Quanto ao problema da energia elétrica fornecida pelo Jatapu, o representante da CERR informou que em aproximadamente seis meses as turbinas serão reativadas. Outro questionamento referiu-se à substituição dos postes de madeira, momento em que foi informado que este serviço já está sendo executado em todo o Estado. Na oportunidade, o vice-prefeito sugeriu a realização de campanhas educativas para evitar as ligações clandestinas (os gatos).

Uma das maiores polêmicas levantadas, no município, foi quanto à priorização de substituição de pontes próximas às áreas de produção, uma vez que quase todas as pontes estão em situação calamitosa.

Bonfim/Cantá/Normandia



Em **Bonfim**, estiveram presentes a Prefeita Municipal, Secretários e Vereadores, além de representantes do município de Normandia, de 10 instituições estaduais e 13 não governamentais. Os participantes priorizaram no contexto da “Infraestrutura e Urbanismo” a agilização das obras de extensão da linha de transmissão de Tucuruí para Manaus e Boa Vista; a ampliação e melhoria dos serviços de distribuição de energia para as propriedades rurais e comunidades indígenas, compreendendo eletrificação rural, atendendo 10.512 produtores; energia eólica e solar para comunidades isoladas; construção de mini centrais hidrelétricas (piloto) para atender especificamente as comunidades indígenas e rurais para a produção agrícola; substituição de postes de madeira por concreto (em andamento); expansão dos sistemas de rede de distribuição urbana e rural; conclusão da LT de 69 KV e da SE Bonfim até 2016; melhorias nas pontes, bueiros e galerias, e a substituição e recuperação de pontes de madeira por concreto (32 pontes com 900m de extensão); pavimentação de vicinais prioritárias para a produção; recuperação e pavimentação de RRs; interiorização do Sistema de Esgotamento Sanitário (2016-2019); articulação do Estado e Municípios para efetivar soluções para a universalização do saneamento-abastecimento de água, esgotos, drenagem e resíduos sólidos.

Quanto a “Meio Ambiente, Planejamento e Ordenamento Territorial”, enfatizou-se a transferência das Terras da União para o Estado; licitação das áreas remanescente para atrair investidores; regulamentação da Lei de Terras; regularização das áreas urbanas do Estado; fiscalização para coibir invasões e vendas ilegais de áreas públicas urbanas; construção de plano estadual de reforma agrária conforme plano nacional; agilização do licenciamento ambiental do Plano de Manejo Florestal e corte raso (pequeno produtor); promoção da exploração madeireira e não madeireira de forma sustentável: incentivos para recuperação de APPs e manutenção de áreas de reserva legal; criação de florestas estaduais para o Manejo Florestal Sustentável.

No âmbito da “Ciência, Tecnologia & Inovação” (C,T & I), a plenária reivindicou pesquisas sobre combate às pragas dos grãos (arroz, feijão, milho, soja), a serem direcionadas à produção de defensivos biológicos ou orgânicos para as lavouras; pesquisas para aumentar a produtividade de grãos por hectare no Estado, principalmente em relação à soja, arroz e milho; pesquisas na área florestal sobre os fármacos; pesquisa e desenvolvimento tecnológico em manejo florestal madeireiro; transferência de tecnologia, assistência técnica e extensão rural, visando suporte especializado do plantio à colheita, qualificação da mão de obra familiar e indígena, agregação de valor (beneficiamento).

Ademais, dentre outras atividades, o fomento ao desenvolvimento de tecnologias para o aumento da produtividade apícola em Roraima (projetos de pesquisa); centro de referência para produtos oriundos do extrativismo vegetal; intensificação das ações dos Centros de Difusão Tecnológica (CDTs): implantação de pontos de coleta do leite, mel e frutas na região e abrangência de cada CDT.

Relativamente ao “Agronegócio”, defendeu-se a importância do apoio governamental visando à ampliação da área plantada com culturas de grãos, em especial, arroz, soja e milho; a melhoria da produtividade média das lavouras; a melhoria do padrão de qualidade dos grãos produzidos; a viabilização da aquisição de calcário: articulação junto à Venezuela para viabilizar a importação do calcário e subsídio ao transporte de calcário para produtores familiares com baixa renda.

Considerando as condições edafoclimáticas de Bonfim e região, propôs-se o fortalecimento da agroindústria para beneficiamento de produtos; a realização do diagnóstico completo da agroindustrialização no Estado; a identificação, mediante critérios preestabelecidos, de empresários ou organizações de produtores com recursos e competência para implementar as agroindústrias; a seleção de agroindústrias prioritárias para investimento, tendo como base a oferta de matéria-prima e disponibilidade de mercados atrativos, considerando os abatedouros de animais de pequeno porte (aves, suínos, ovinos, caprinos) : casas de mel, unidades de extração de mel, fruticultura e produtos lácteos.

Uiramutã



No município do **Uiramutã**, o fórum de desenvolvimento sustentável ocorreu em salão aberto da Escola Estadual Joaquim Nabuco, com vista paradisíaca das montanhas. Estiveram presentes diversas autoridades municipais e representantes de 31 instituições federais, estaduais e municipais, além de organizações não governamentais, tais como o CIR; Fórum de Agricultura Familiar; SODIUR; Comunidade Maturuca; Comunidade Macunaíma; Comunidade Lilás; Comunidade Flexal; Comunidade Camararém. A quantidade de participantes alcançou o número de 116 pessoas, sendo que 64 cidadãos pertenciam a órgãos de governo e 52 a não governamentais.

Algumas das proposições mais relevantes foram: Criação do banco de germoplasma para sementes crioulas (sementes tradicional/regionais); Criação do Matadouro Municipal de Uiramutã ou regional que atenda Pacaraima e Uiramutã; atração de empresas públicas ou privadas voltadas para o processamento de frutas; qualificação das pessoas da região, ensinar a fazer doces, balas, banana passa.

Algumas considerações: Quanto à pavimentação da rodovia de acesso, houve consenso de que traria o desenvolvimento para o município, desde que fosse feito um planejamento conjunto com as lideranças locais, o que requer um estudo no médio prazo, não se constituindo em ação imediata. Um dos grandes problemas do Uiramutã é a oscilação frequente de energia, tendo o representante da CERR afirmado que a solução seria a integração do Estado ao Sistema Nacional de Energia Elétrica. Nesse sentido foram solicitadas audiências públicas para tratar do assunto, bem como de outras fontes alternativas de energia.

Fórum Estadual de Desenvolvimento Sustentável



O trabalho de planejamento estratégico participativo realizado no interior do Estado foi consolidado com a realização do fórum estadual de desenvolvimento sustentável em **Boa Vista**, iniciando-se com solenidade no dia 29/07 no auditório do Centro Amazônico de Fronteiras da Universidade Federal de Roraima, com a presença de numerosas autoridades governamentais, representantes de entidades empresariais, da sociedade civil organizada, da academia, dos trabalhadores, correspondendo a um público de 1.200 pessoas.



Apresentações culturais conferiram leveza e emoção ao evento, que contou com o discurso firme, sereno e repleto de confiança no povo de Roraima, feito pela Governadora Suely Campos, com a contextualização do PROGREDIRR e das perspectivas de desenvolvimento sustentável do Estado, que marcaram a palestra do Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Alexandre Henklain e, finalmente, com

a apresentação plena de entusiasmo, conhecimento de causa e visão de futuro sobre o agronegócio e sua capacidade de transformação econômica, rumo à prosperidade, realizada pelo Ex-Governador e Consultor Político do Governo, Neudo Campos.

Câmaras Temáticas Estaduais do Planejando com o Povo



Nos dias 30 e 31/07, representantes dos mais diversos segmentos da sociedade participaram de trabalho exaustivo, porém extremamente produtivo e estimulante, orientado para a análise, proposição, refutação, validação e sistematização de estratégias de ação, para superação dos desafios a serem enfrentados no próximo quadriênio, no universo das políticas públicas. O trabalho foi desenvolvido nas dependências da Universidade Federal, sendo o primeiro dia dedicado aos debates em câmaras temáticas e o segundo dia à plenária, visando à consolidação do planejamento plurianual.

Plenária Final do Planejando com o Povo



1.1 – Metodologia

Organizado em 11 Câmaras Temáticas, o PLANEJANDO COM O POVO teve como subsídio a apresentação de documento preliminar proposto pelo Executivo, contendo proposições estratégicas. Tal documento foi utilizado como referência nas discussões das Câmaras Temáticas.

Na seqüência, cada Câmara Temática, constituída por representantes da sociedade civil organizada e do governo, analisou e aprovou o documento que foi apresentado na Plenária Final.

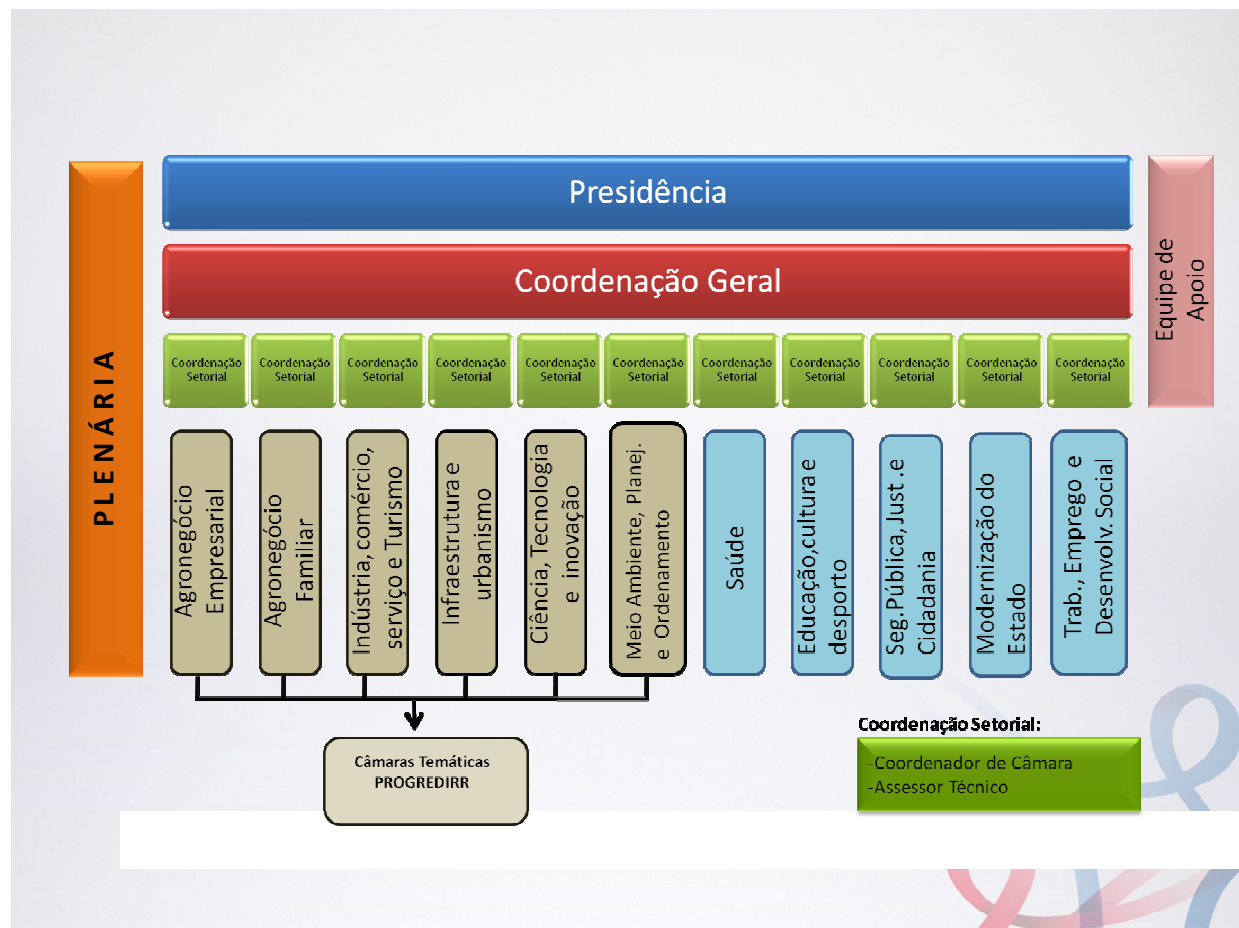
1.2 – Câmaras Temáticas:

1. Câmara Temática do **Agronegócio Empresarial**
Coordenada pelo Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (PROGREDIRR);
2. Câmara Temática do **Agronegócio Familiar e Indígena**
Coordenada pelo Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (PROGREDIRR);
3. Câmara Temática da **Indústria, Mineração, Comércio, Turismo e Serviços**
Coordenada pelo Secretário Estado do Planejamento e Desenvolvimento (PROGREDIRR);
4. Câmara Temática de **Infraestrutura e Urbanismo**
Coordenada pelo Secretário de Estado da Infraestrutura (PROGREDIRR);
5. Câmara Temática de **Ciência, Tecnologia & Inovação**
Coordenada pelo Presidente do Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação (PROGREDIRR);
6. Câmara Temática de **Meio Ambiente, Planejamento e Ordenamento Territorial**
Coordenada pelo Presidente da Fundação de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (PROGREDIRR);
7. Câmara Temática de **Saúde**
Coordenada pelo Secretário de Estado da Saúde;
8. Câmara Temática de **Educação, Cultura e Desporto**
Coordenada pela Secretária de Estado de Educação;
9. Câmara Temática de **Segurança Pública, Justiça e Cidadania**
Coordenada pelo Secretário de Estado de Segurança Pública;
10. Câmara Temática de **Modernização do Estado**
Coordenada pelo Secretário de Estado de Gestão Estratégica e Administração;

11. Câmara Temática de Trabalho, Emprego e Desenvolvimento Social

Coordenada pela Secretária de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social.

1.3 – Estrutura do Planejando com o Povo (Fórum Estadual)



1.4 – Órgãos Inscritos

OMERR	IACTI
CMMEBV	SINDACSE
SECULT	ASS. ECON. SOLID. CULTURAL
CAER	ASS. MORADORES CRUVIANA
UNIVIRR	SESP
SINTRAIMA	COLÔNIA DE PESCADORES
APROFI	DETRAN
ASSPRUIRIS	COOFECs
OMEBe	FÓRUM RR economia solidária
ADESSCO	AFERR
DPE	SETRABES
CERR	OCB-RR
CBM	EMBRAPA
UNIRR	SODIUR



JUCERR	SEJUC
UERR	CASA CIVIL
COREN	APRE/ADC/APREUDEP
SINDIMAR	DODESAIMA
SEFAZ	SEPLAN
PM	BB
FIER	CGPTERR
OMIR	APITSM
AREA	FETAG
SEINF	STIURR
FAERR/SENAR	KUAIKIRT
PC	ADERR
SEED	APIRR
FEMARH	MDA
SEGAD	SEI
IFRR	TWM
SEMAMTUR	APIRR
COOP' AGI	ITERIMA
SESAU	ISA
SINDPRER	



Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento

Alexandre Alberto Henklain Fonseca

Coordenadoria Geral de Planejamento Estratégico

Alessandra Hallem Pimentel Vilhena

Divisão de Planejamento

Maria Inês Damaceno da Silva

Divisão de Normatização e

Carmen Benedita Pastana da Penha

Divisão de Acompanhamento e Avaliação

Ilta de Maria Figueiredo da Silva

Assessora Especial

Rosilene Maia

Técnicos:

Jorge Romeu Freitas Miranda

Agamenon Castelo Branco

Apoio:

Antonio da Silva Magalhães

Madalena Souza Cruz

Sâmara Magalhães Amoras

Rua Coronel Pinto, 241 – Centro

Boa Vista – Roraima

Fone: (95) 2121 2527 / 2529